

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**SANDRA ELIANA DA SILVA LIMONTA**

**A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO:  
OPORTUNIDADE OU OPRESSÃO?**

**FRANCA**

**2017**

**SANDRA ELIANA DA SILVA LIMONTA**

**A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO:  
OPORTUNIDADE OU OPRESSÃO?**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade**

**Orientadora: Profa Dra Maria Cristina Piana**

**FRANCA**

**2017**

Limonta, Sandra Eliana da Silva.

A inserção de adolescentes no mundo do trabalho : oportunidade ou opressão? / Sandra Eliana da Silva Limonta. – Franca : [s.n.], 2017.

178 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Maria Cristina Piana

1. Serviço social com a juventude. 2. Adolescentes - Emprego.  
3. Capitalismo. I. Título.

CDD – 362.7

**SANDRA ELIANA DA SILVA LIMONTA**

**A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO:  
OPORTUNIDADE OU OPRESSÃO?**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Cristina Piana**

**1ª Examinadora:** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria José de Oliveira Lima – FCHS/UNESP**

**2ª Examinadora** \_\_\_\_\_

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Lucia Aparecida Parreira - UNIFEB**

**Franca, 27 de outubro de 2017.**

*Dedico este trabalho a quem está lendo e  
a quem colaborou para sua elaboração*

## AGRADECIMENTOS

Fiquei muito agradecida desde que fui aprovada para o mestrado. Até hoje e acredito que continuarei grata a tudo que me envolveu nesse processo, especialmente as pessoas que me rodearam, sem contar aquelas que me protegem e eu não consigo visualizá-las, seja em espírito ou à distância. Na verdade, dentro de minha pequenez me segurei até última hora para não demonstrar gratidão para umas pessoas e cometer a injustiça do esquecimento para com outras, assim, de antemão já peço perdão pelo feito.

Sinto-me grata em pertencer ao grupo Seara do Mestre onde continuo na tentativa de crescimento enquanto filha de Deus que ganhou uma família de modo especial para todo o sempre.

Gratidão a toda UNESP de Franca, todo pessoal que trabalha para que ela continue nesse prestígio que lhe é inerente, sejam aqueles que são remunerados independentemente de seu cargo ou aqueles que contribuem para o avanço da intelectualidade acadêmica e vem abastecer em sua fonte para seguir adiante no cotidiano extra muros unespianos.

E essas bancas? Sem muita explicação para resposta além de sabedoria em contribuir para esse trabalho, desde a qualificação até pós defesa. Obrigada!!!

Em especial, à minha orientadora que recebeu durante essa preparação muitos golpes de ansiedade e aflição motivados pelas minhas limitações, mantendo sua seriedade que reconheço e procuro me espelhar.

Agradeço à equipe da Upa que com suas inúmeras faces me propiciaram concretizar essa fase nada fácil, porém desejada de todo coração.

Aos amigos e amigas obrigada pela compreensão desse cotidiano ímpar e também pela área desigual por estarem em outras preocupações profissionais e pessoais.

Ao Núcleo de Assistentes Sociais de Passos (NAS) que me aceitou como participante onde na troca de saberes eu saio ganhando.

Obrigada por participar da Comissão de Assistentes Sociais da prefeitura de Passos para a equiparação salarial, sendo comemorada sua finalização exitosa na mesma época dessa Dissertação.

Às amadas famílias de coração e de sangue pelos inúmeros momentos que não consegui estudar e outros tantos que essa escolha não foi possível, porém

nunca com arrependimento de minha opção por esse título necessário ao meu cotidiano profissional, no qual tenho a imensa gratidão de ocupar esses espaços acadêmicos também. Gratidão ao meu esposo que por vezes perdeu a concorrência

Sou muito grata com a imensidão de pessoas que me auxiliaram nessa etapa na tentativa de que eu não perdesse essa oportunidade de finalizar esse trabalho, moradores de diversas cidades e habitantes do meu coração.

Ao pessoal da UEMG de Passos, discentes, docentes e demais funcionários, externo incomensurável gratidão, especialmente ao curso de Serviço Social e à biblioteca local, torcidas do coração.

Sou grata em pertencer a esse mundo contraditório e entendê-lo como provisório e por sua brevidade desejo agradecer essa minha passagem nele com ações que possam contribuir no aprendizado do amor entre os que nos fazem companhia nessa jornada. Espero que assim seja e que assim se faça!

LIMONTA, Sandra Eliana da Silva. **A inserção de adolescentes no mundo do trabalho: oportunidade ou opressão?** 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

## RESUMO

O trabalho é um ato intrinsecamente ligado à ação e ideação humana presente em todo o processo histórico da humanidade. Este estudo teve como objeto o primeiro trabalho formal do (a) adolescente mediante condições e possibilidades atuais e como problematização: que oportunidades têm os (as) adolescentes, filhos (as) da classe trabalhadora de se inserirem no mundo do trabalho formal e de efetivar seu primeiro emprego, bem como, que condições o (a) adolescente tem para conquistar sua inserção formal no trabalho e quais critérios de exigência existem para a formalização do primeiro trabalho formal na adolescência? Foi escolhida como cenário desta pesquisa, a cidade de Passos/MG e seu universo a Organização da sociedade civil “Rede Cidadã” que oportuniza trabalho por meio da Lei do Jovem Aprendiz de n. 10.097/2000 e desenvolve o curso de formação técnico-profissional na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) - em sua Unidade acadêmica de Passos/MG, espaço em que foram realizadas entrevistas com os participantes da pesquisa, adolescentes vinculados à Rede Cidadã e seus responsáveis legais, a coordenadora e educadora desta instituição e egressos da SAMP, a qual intermediava o primeiro trabalho formal em Passos num período anterior à Rede Cidadã. Esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar as possibilidades e as condições da inserção do (a) adolescente no mundo do trabalho formal. Com os resultados da pesquisa bibliográfica e de campo, afirma-se que a inserção de adolescentes no mundo do trabalho está colocada num cotidiano de opressão inserido no sistema capitalista, onde se descortinam situações de exploração em que muitas vezes não é possível continuar qualitativamente o processo de escolarização. O adolescente da classe trabalhadora almeja muitas vezes a sua inserção no mundo do trabalho como uma oportunidade na sociedade de classes de garantir sua subsistência, mas nem sempre há uma visão ontológica do trabalho no sentido de crescimento pessoal. Assim a venda de sua força de trabalho atende a necessidade primordial do movimento dinâmico da marcha capitalista que é absorção da classe trabalhadora, incluindo seus filhos (as). Esta pesquisa revela que apesar da precarização e flexibilização no mundo do trabalho desta sociedade capitalista, poderá quiçá, exercitar a cidadania e a vivência dos direitos, mesmo diante das contradições existentes, da situação de exploração inerente a essa ordem societária de classes. Refletir as possibilidades do acesso do (a) adolescente ao primeiro trabalho formal é um grande desafio que a pesquisadora se propôs. No desenvolvimento desta pesquisa estão os dados que resultaram das entrevistas com os (as) participantes, dialogando sobre o possível acesso ao trabalho formal que oportunize condições dignas a esse (a) jovem trabalhador (a).

**Palavras-chave:** adolescente. capitalismo. inserção. trabalho formal.

LIMONTA, Sandra Eliana da Silva. **The insertion of adolescents in the world of work: opportunity or oppression?** 2017. 178 f. Dissertation (Master's in Social Work) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

### **ABSTRACT**

Work is an act intrinsically linked to the human action and ideation present in all its historical process of humanity. This study had as its object the first formal work of the adolescent under current conditions and possibilities and as problematization: what opportunities do the adolescents, children of the working class have to enter into the world of formal work and to make effective his first job, as well as, what conditions does the adolescent have to conquer his formal insertion in the work and what criteria of exigency exist for the formalization of the first formal work in adolescence? The city of Passos / MG was chosen as the scenario for this research and its universe the civil society organization Rede Cidadã, which offers work through the Young Apprentice Law n. 10.097 / 2000 and develops the technical-professional training course at the University of the State of Minas Gerais (UEMG) - in academic unit of Passos / MG, a space where interviews were conducted with the participants of the research, adolescents linked to the Rede Cidadã and their legal representatives, the coordinator and educator of this institution and graduates of SAMP, which intermediated the first formal work in Passos in a period before the Rede Cidadã. This research has the general objective of investigating the possibilities and the conditions of the insertion of the adolescent into the formal world of work with the results of the bibliographical and field research, it is affirmed that the insertion of adolescents in the world of work is placed in a daily life of oppression inserted in the capitalist system, where it is possible to discover situations of exploitation in which it is often not possible to continue the process of schooling qualitatively. The working-class adolescent often craves insertion into the world of work as an opportunity in class society to guarantee its subsistence, but there is not always an ontological view of work in the sense of personal growth. Thus the sale of their labor power meets the primordial necessity of the dynamic movement of the capitalist march which is absorption of the working class, including its children. This research reveals that despite the precariousness and flexibilization in the world of work of this capitalist society, it may be that citizenship and the experience of rights, even in the face of existing contradictions, may occur in the exploitative situation inherent to this societal order of classes. Reflecting the possibilities of the adolescent's access to the first formal job is a great challenge that the researcher proposed. In the development of this research are the data that resulted from the interviews with the participants, discussing the possible access to the formal work that provides decent conditions to this young worker.

**Keywords:** adolescent. capitalism. insertion. formal work.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Faixa etária de adolescentes da Rede Cidadã de Passos .....	99
GRÁFICO 2 – Escolaridade de adolescentes da Rede Cidadã de Passos .....	100
GRÁFICO 3 – Cargos de adolescentes da Rede Cidadã de Passos .....	101
GRÁFICO 4 – Área de atuação das empresas conveniadas.....	102
GRÁFICO 5 – Faixa etária de adolescentes da pesquisa.....	104
GRÁFICO 6 – Faixa etária de egressos da SAMP da pesquisa .....	105
GRÁFICO 7 – Gênero de adolescentes da pesquisa.....	106
GRÁFICO 8 – Renda per capita de adolescentes da pesquisa.....	106
GRÁFICO 9 – Renda per capita de egressos da SAMP.....	107
GRÁFICO 10 – Escolaridade de egressos da SAMP participantes da pesquisa .....	108
GRÁFICO 11 – Composição familiar de adolescentes participantes da pesquisa .....	109
GRÁFICO 12 – Composição familiar de egressos participantes da pesquisa..	110
GRÁFICO 13 – Condição civil dos egressos da SAMP participantes da pesquisa .....	110

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 – Nomes fictícios de participantes da pesquisa .....</b>	<b>96</b>
<b>QUADRO 2 – Adolescentes participantes da pesquisa .....</b>	<b>103</b>
<b>QUADRO 3 – Responsáveis legais participantes da pesquisa .....</b>	<b>111</b>

## LISTA DE SIGLAS

Abong	Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais
Caps	Centros de Atenção Psicossocial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Código Civil
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNC	Confederação Nacional do Comércio
CNS	Confederação Nacional de Saúde
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
Conai	Confederação Nacional da Indústria
Cress	Conselho Regional de Serviço Social
DSR	Descanso Semanal Remunerado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESFL	Entidades Sem Fins Lucrativos
FDC	Fundação Dom Cabral
Fesp	Fundação de Ensino Superior de Passos
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
Geformss	Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Profissional em Serviço Social
Geind	Grupo de Estudos Sobre o Novo Desenvolvimentismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Educação Primária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAS	Núcleo de Assistentes Sociais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
POS	Parceria com Organizações Sociais
Prapes	Grupo de Prática de Pesquisa

RGTR	Rede de Geração de Trabalho e Renda
SAMP	Sociedade de Assistência ao Menor de Passos
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Senac	Serviço Nacional do Comércio
Senai	Serviço Nacional da Indústria
Senat	Serviço Nacional de Transporte
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sest	Serviço Social de Transporte
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIP	Piores Formas de Trabalho Infantil (tradução do termo originário em inglês)
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
Unabem	Universidade Aberta para a Maturidade
Unati	Universidade Aberta à Terceira Idade
Unesp	Universidade Estadual Paulista
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 TRABALHO, EMPREGO E SOCIABILIDADE</b> .....	<b>19</b>
1.1 O trabalho como ato humano.....	20
1.2 O trabalho no sistema capitalista vigente.....	28
<b>CAPÍTULO 2 O ESTADO, RESPONSABILIDADE E PODER</b> .....	<b>36</b>
2.1 O poder governamental na condução do mundo do trabalho .....	37
2.2 A legislação para inserção de adolescentes ao trabalho formal .....	54
2.2.1 A aplicabilidade da Lei Federal nº 10.097/2000 sobre aprendizagem.....	55
<b>CAPÍTULO 3 O TERCEIRO SETOR E A EMPREGABILIDADE JOVEM</b> .....	<b>64</b>
3.1 O espaço ocupado pelo Terceiro Setor .....	65
3.2 A SAMP como pioneira no trabalho com adolescentes trabalhadores .....	74
3.3 A Rede Cidadã e o acesso do (a) jovem ao mundo do trabalho .....	79
3.4 O Percurso Metodológico.....	85
3.5 Análise dos Dados .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>145</b>
<b>APÊNDICES</b>	
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....	157
Apêndice B - Termo de Assentimento.....	158
Apêndice C - Questionários semiestruturados das entrevistas .....	160
<b>ANEXOS</b>	
Anexo A - Lei Federal nº 10.097/2000 .....	167
Anexo B - Fotos de atividades da SAMP (arquivo da instituição) .....	171
Anexo C - Lei Municipal que concede Área Azul à Samp .....	172
Anexo D - Talão de cobrança da Samp indicando Decretos .....	173
Anexo E - Foto da Coordenadora e adolescentes da Rede Cidadã de Passos.....	174
Anexo F - Folder “Vida e trabalho” Rede Cidadã .....	175
Anexo G - Folder Programa de Aprendizagem Prodizagem (Rede Cidadã) .....	176
Anexo H - Mapa Passos-Belo Horizonte .....	177
Anexo I - Mapa Passos-Franca.....	178

## **INTRODUÇÃO**

Na elaboração do projeto de pesquisa para o mestrado em Serviço social houve uma questão que impulsionou sua construção, a experiência profissional numa Instituição social que oportunizava a inserção de adolescentes no mundo do trabalho, antes sem ter noção dessa riqueza de detalhes que estava no entorno desta temática. A pesquisadora desta investigação trabalhou como Assistente Social na Sociedade de Assistência ao Menor de Passos (SAMP), vivenciado por quinze anos o crescimento de crianças e adolescentes em busca do exercício de sua cidadania, com desejo em aprender usufruir de direitos e deveres no cotidiano real da classe trabalhadora que desde a tenra idade aspira uma ocupação que se materialize na garantia de sua sobrevivência. Portanto, a escolha do tema está diretamente ligada à experiência enquanto Assistente Social na Sociedade de Assistência ao Menor de Passos (SAMP).

Os dados a seguir fazem parte do histórico da instituição que foram elaborados pela pesquisadora. A SAMP é uma organização não governamental que foi fundada em 10 de abril de 1980, como associação civil de caráter assistencial para desenvolver, a princípio, atividades educativas para crianças e adolescentes. Dentro deste trabalho está disponível sua trajetória histórica em páginas específicas para essa finalidade, bem como para a Rede Cidadã<sup>1</sup>, com sede principal em Belo Horizonte, estando presente também em Passos/MG, como instituição formadora que é uma das portas de entrada para o primeiro trabalho formal, em consonância com a legislação vigente da aprendizagem, a Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), que oficializa empregos a jovens de 14 a 24 anos atualmente instalada em salas cedidas pela Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG/Unidade Acadêmica de Passos e que terá seu detalhamento no desenvolvimento da investigação.

O presente estudo teve como objetivo geral, investigar a inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal, bem como as condições e possibilidades de inserção do (a) adolescente no trabalho formal.

Para fins de esclarecimentos, será usado o termo adolescente, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2004), se refere à idade de 12 a 18 anos e ressalta sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. O termo jovem será usado quando se tratar da faixa

---

<sup>1</sup> Instituição social que será apresentada em detalhes no decorrer deste trabalho em um subitem específico. Vide Sumário.

etária de 19 a 24 anos, como critério de idade para a Lei da Aprendizagem de nº 10.097/2000 ampliada pelo Decreto Federal 5.598/2005 (BRASIL, 2005a). Essa lei tem a determinação para empresas de médio e grande porte empregar de 5% a 15% do seu quadro de funcionários jovens de 14 a 24 anos, devendo este estar matriculado em escola regular (ensino fundamental ou médio) e frequentar curso de formação profissional na instituição conveniada com a empresa empregadora, o que será detalhado posteriormente.

Apesar dos poucos recursos institucionais, a SAMP assumiu compartilhar com poder governamental e com familiares um compromisso de atender crianças e adolescentes dentro de seu espaço entrelaçando interesses em comum em prol de uma adolescência que nasce para o trabalho formal.

A SAMP tornou-se um campo de trabalho para o Serviço Social de forma a requerer da pesquisadora o acompanhamento de adolescentes que eram admitidos formalmente para trabalhar como arrecadador no Estacionamento Rotativo nas principais ruas de Passos/MG, conhecido como Área Azul. Além da admissão em si, com processo seletivo dos adolescentes a partir de 16 anos, desenvolvia-se um trabalho de avaliação de desempenho juntamente com a orientação familiar e criação de atividades educativas com escalas de frequência concomitantes com seu trabalho na arrecadação, o qual viabilizava sua inserção no mundo do trabalho formal, que possibilitava seu encaminhamento a convênios onde prestava serviços tendo a oportunidade de se efetivar no segundo emprego formal em sua maioridade. Somente nesta área de convênios admitiam-se adolescentes do universo feminino.

Desde 2015, ano do início desta pesquisa e do desligamento da pesquisadora com a instituição, a SAMP não tem mais a concessão de Área Azul, tendo continuado com projetos voltados a atividades educativas, o que não serão detalhadas por serem secundárias a essa pesquisa. A partir dessa nova realidade institucional, a de não haver mais a admissão para Área Azul, houve vários momentos de desejar conhecer melhor os caminhos que levam a efetivação do trabalho para o adolescente. Surge a alternativa de desenvolver uma investigação sobre o tema “A inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal, tendo como objeto de estudo, o primeiro trabalho formal”.

Esta investigação diz respeito ao mundo do trabalho e sua dinâmica, no sentido de investigar tal realidade e trazer conhecimento de uma maneira crítica sobre o trabalho como sendo fundante para a vida da pessoa humana.

Pode-se, de um modo geral, afirmar que o trabalho, sempre foi necessário para a existência humana adquirir visibilidade em seu processo histórico e continuar presente no dia a dia da humanidade em desenvolvimento constante.

Esse estudo teve como objetivos específicos, pesquisar sobre as possibilidades que o (a) adolescente encontra para sua inserção no trabalho, saber quem é esse (a) adolescente que se inscreve na Rede Cidadã e é admitido (a) para o primeiro trabalho formal.

O percurso metodológico foi definido de modo a chegar até essa realidade vivida e conseguir dados suficientes para atingir o que foi previsto. Durante a pesquisa foram realizadas leituras diversas que pudessem esclarecer a problematização que instigava encontrar informações, sendo algumas indagações pertinentes ao estudo, como “que oportunidades têm os (as) adolescentes, filhos de trabalhadores (as) de efetivarem seu primeiro emprego?” E ou “que condições eles (as) possuem de se inserirem no mundo do trabalho com quais exigências para se efetivar esse trabalho?”, posteriormente entendidos como acesso a essa formalização e por fim eram desconhecidos os espaços que adolescentes poderiam ocupar para desenvolverem-se e trabalharem formalmente, pois, apesar de já saber da exclusão do sistema capitalista havia uma sede por mais conhecimento sobre essa área temática que envolve a pessoa humana e seus principais anseios.

O fato de ignorar a vastidão de leituras desse assunto foi estímulo para constantes encontros com autores que contribuíram com elementos teóricos que reafirmaram que o ato do trabalho, historicamente constituído pela pessoa reserva sua centralidade na existência da humanidade buscando satisfazer necessidades de sobrevivência e de valorização da vida no sentido de ter o reconhecimento como sujeito de sua história.

No intuito de apresentar este trabalho, a seguir será descrito a organização de seu conteúdo. Esta pesquisa tem três principais partes definidas em capítulos. O Capítulo 1 apresenta o título “Trabalho, emprego e sociabilidade” e seus subtítulos “o trabalho como ato humano” e “o trabalho no sistema capitalista”, onde se discorreu sobre o trabalho como fundante na vida humana e essencial a essa pesquisa.

A seguir escrito no Capítulo 2 sobre o “Estado, responsabilidade e poder” com seus subtítulos “O poder governamental na condução do mundo do trabalho”,

apresentando o estado em seu processo histórico para entender seu nascimento e finalidade dentro do sistema do capital e dentro das poucas obrigações que assume.

Finalizando este capítulo, foi inserida a Lei nº 10.097/2000 após o subitem: “A legislação para inserção de adolescentes ao trabalho formal”, para servir de material de referência de estudo com o subtítulo “A aplicabilidade da Lei nº 10.097/2000 sobre o jovem aprendiz”, onde foi possível fazer comentários e usar alguns resultados da investigação.

O terceiro capítulo apresenta-se com o título “O terceiro setor e a empregabilidade jovem” com subtítulos, “O espaço ocupado pelo terceiro setor”, “A SAMP como pioneira no trabalho com adolescentes trabalhadores”, “A Rede Cidadã e o acesso do (a) jovem ao mundo do trabalho”, perpassando historicamente sobre as organizações sociais e suas finalidades, descrevendo melhor as duas instituições ligadas a esta pesquisa. Também neste capítulo há o percurso metodológico e a análise dos dados onde está o caminho percorrido com método escolhido para realizar a pesquisa e a seguir os resultados das entrevistas com depoimentos dos (as) participantes da pesquisa juntamente com quadros e gráficos com sua caracterização. Logo após estão expostas as considerações finais registrando reflexões surgidas diante da realidade vivida e investigada.

Estão anexados documentos pertinentes à pesquisa, bem como fotos da SAMP e da Rede Cidadã para dar visibilidade ao trabalho por elas desenvolvido.

Desde seu início até sua finalização, este estudo pretende suscitar reflexões alicerçadas na legislação relativa à inserção do (a) adolescente da classe trabalhadora no mundo do trabalho formal e que se direciona para a busca de garantia de direitos dentro da realidade concreta imposta num mundo capitalista contemporâneo.

Diante de oportunidades dentro de um sistema excludente e que oprime toda uma classe, aquela que sobrevive da venda de sua força de trabalho, há ainda possibilidades de algo positivo na entrada de adolescentes no mundo do trabalho formal, porém não nos iludamos que essa fase será diferenciada e plena dessa garantia de direitos que é desejada para todos em todas as idades.

Este trabalho é um convite a toda pessoa que necessita executar uma atividade trabalhista e quiçá encontrar algo além da mera satisfação material para que possa se manter nesse mundo que absorve a força de trabalho e consome a

liberdade humana. Estão anexos nesta dissertação documentos como leis e material visual para mostrar um pouco desse universo estudado.

## **CAPÍTULO 1 TRABALHO, EMPREGO E SOCIABILIDADE**

## 1.1 O trabalho como ato humano

O trabalho é um ato intrínseco ao ser humano, pois, é comum que toda pessoa passe por essa experiência, a de trabalhar, salvo raras exceções. A natureza humana busca satisfações e sentido da vida com a atividade do trabalho, considerando que a pessoa se transforma na medida em que transforma a natureza, onde é fonte para sanar suas necessidades de acordo com cada época.

O trabalho é, antes de tudo, um processo do homem com a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 2015, p. 255).

O mundo do trabalho nasceu com o início da humanidade e desenvolveu-se de diferentes formas no decorrer dos tempos. Sempre foi essencial para a humanidade fazer suas escolhas coletivas quanto ao modo de manter sua sobrevivência e com isso foi se aperfeiçoando em seu mecanismo da ordem social, sendo construído um modelo de sociedade dentro do processo histórico do ser humano e seus pares. Desde seu modo primitivo a pessoa humana aprendeu a buscar satisfação de suas necessidades básicas, tais como; comer, dormir, alimentar-se e abrigar-se, etc.

Ainda, que até hoje as necessidades primárias não sejam garantidas para todo ser vivente, a história da humanidade traz visivelmente um avanço considerável no modo de vida humana, pois qualquer que seja o mecanismo social que se criou não alcançou um nível igualitário para todos, visto a existência de sociedades que se compõem com classes antagônicas e interesses opostos.

Marx (2010, p. 79), em “Manuscritos econômico-filosóficos”, resume que “[...] no final das contas, toda sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.”

O trabalho, como ato humano, vem se tornando mais complexo no decorrer dos anos. É uma atividade que acompanha a pessoa em diferentes épocas e organizações sociais passando de uma fase a outra, como por exemplo, Idade Antiga para moderna, feudalismo para capitalismo, sem ter a definição exata de quando ocorrerá essa passagem. Apesar de não ter definida a data de sua durabilidade, acredita-se que o capitalismo também é uma organização social

provisória, porém não se tem o controle exato sobre o ponto em que irá ocorrer sua transição para outra ordem societária. Pode-se, de um modo geral, afirmar que o trabalho foi necessário para que a existência humana pudesse adquirir visibilidade em seu processo histórico e continuar presente no dia a dia da humanidade para dar concretude em seu desenvolvimento social. O trabalho permanece presente no cotidiano do ser humano e é um dos pontos principais da vida como um todo. Assim firma Suzana Albornoz (1986, p. 8):

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designam a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. O homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

Pode-se afirmar que, a pessoa humana não vive sem o trabalho para sobreviver, seja para satisfazer suas necessidades básicas e imediatas como a de comer, beber, habitar, ou outras para atender novas necessidades criadas de acordo com seu desenvolvimento. O trabalho para humanos é uma atividade diferenciada das atividades realizadas pelos demais animais.

Essas atividades são variadas nas espécies de animais. Se for espécie animal ela está ligada estritamente ao natural, ou seja, já nasceu com essa finalidade. Ex: o João de barro nasceu para fazer sua casa de barro assim como a abelha nasceu para produção da colmeia, já é algo geneticamente determinado. O que chamamos trabalho esta além dessa teoria natural, pois houve uma ruptura ao longo do tempo, pois: Em primeiro lugar o trabalho não se opera diretamente com a natural, ele exige instrumentos; Em segundo lugar o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas, pelo contrário passa a exigir habilidades e conhecimentos; Em terceiro lugar porque o trabalho não atende a um elemento limitado e praticamente invariável de necessidades, ou seja, para satisfazer as várias necessidades humanas utiliza-se de varias formas de atendê-las e, sobretudo o desenvolvimento pode gerar novas necessidades. (PAULO NETTO, 2004, p. 57).

O trabalho humano se materializa quando sua ação é idealizada para sanar carências na medida em que se estabelece enquanto ser dotado de inteligência para idealizar sua própria objetivação.

[...] importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia - mais exatamente, é importante

ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. [...] implica, pois, um movimento indissociável de dois planos: num plano subjetivo [...] e num plano objetivo [...]; assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua. (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 32).

É por meio da objetivação para a satisfação de suas necessidades, imediatas e posteriormente criadas, que a pessoa encontra a possibilidade de, no trabalho, realizar seu desejo de continuar transformando a natureza em seu benefício. A história humana está intrinsecamente ligada ao trabalho, segundo George Lukács (1997, p. 13),

O homem, criatura natural, dotado de uma base orgânica, em que se encontram inscrito infinitas capacidades e possibilidades. Para prover suas necessidades, interage com objetos da natureza orgânica e inorgânica. Ainda que parte da natureza, suas atividades vitais diferenciam-se pelo trabalho, dos demais seres naturais, que se limita a consumir diretamente os objetos dados no meio natural. Sendo o trabalho atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, transformando valores de uso.

O trabalho humano está também ligado ao imaginário coletivo de esforço físico pessoal e ao sacrifício individual que gera melhoria do nível de qualidade de vida e satisfação material, vindo da ideia de como alguém que “ganha a vida” com suor do seu rosto, consegue ascensão social e financeira pelo seu esforço individual, apontando seu sucesso como recompensa de seu desempenho.

Desde a sociedade escravagista, existe um parâmetro para compreender o trabalho como atividade exclusiva da classe subalterna que desempenhava o trabalho braçal, seja o trivial para o homem na lavoura, em construções, no cuidado com animais e conduções dos senhores ou o trabalho braçal feminino como o serviço doméstico, manufaturado e/ou cuidados pessoais com as crianças e senhores. O trabalho para garantir a sobrevivência era uma ação obrigatória e aceita como necessidade natural e própria de pessoas que nasciam para serem escravas com o destino único de serem subservientes e viverem restritas no trabalho determinado independente de vontade própria. Fato naturalizado por não terem nenhuma liberdade de escolha, como se os escravos nascessem de um local onde

fossem plantados e cultivados para essa condição, eternizando sua missão de servir sempre àqueles considerados seus proprietários, senhores de si e deles. Ainda assim, são fatos que eram verdades ideologicamente e culturalmente aceitas na época e hoje se reconhece a provisoriedade desses fatos.

O escravismo, com todos os seus horrores, significou [...], um passo adiante na história da humanidade: introduziu a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e exploração do homem pelo homem, diversificou a produção de bens e, [...] estimulou o comércio entre distintas sociedades. (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 66-67).

Atualmente, as necessidades humanas se sofisticaram e tornaram as relações sociais complexas abrangendo todo o globo terrestre, impossibilitando generalizar essa reflexão acerca da humanidade como um todo neste trabalho. Sabe-se que as diferentes conquistas para a manutenção da sobrevivência se modifica conforme o processo histórico de cada local, conduzido concretamente a um rumo específico de sua organização social, como historicamente há peculiaridades no desenvolvimento dos povos em locais e épocas diferentes. Dependendo donde estão vivendo, os encontramos em lugares rudimentares e concomitantemente a essa realidade temos outra população pertencente a uma sociedade considerada avançada tecnologicamente e em outros aspectos de acordo com padrão de cada local.

Assim, ilustra a desigualdade estampada no decorrer dos séculos com a formação de sistemas econômicos que sustentam cada sociedade resultando em grande parte do mundo atual o capitalismo como ordem vigente. O trabalho como ato humano traz a dinâmica da vida, para viver em sociedade, sobretudo a capitalista, precisa-se de bens de consumo e quem os produza. Parafraseando Marx (2015), o que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas sim “como”, com que meios de trabalho que se produz.

Estamos diante de realidades contraditórias sendo verídica a existência de locais com miserabilidade onde possivelmente nenhuma condição básica alcançou seus moradores com um mínimo de alimentação ou de higiene, construindo uma gangorra da realidade social tão próxima de nós brasileiros.

O mundo desapegou-se dos horrores do escravismo e aderiu aos do capitalismo, que se constituiu após a metade do século XV, ainda na Idade Média, resultado de movimentos considerados revolucionários como a Revolução Francesa

e a Industrial. Movimentos esses que direcionaram o sistema feudal para sua derrocada criando um sistema que pudesse atender, pelo menos idealmente, milhares de pessoas que clamavam por melhorias de condições de vida, as quais pertenciam a classe dominante na época.

Porém, se hoje criticamos a questão da materialidade das relações sociais no capitalismo, é bom que se tenha a certeza de suas mutações inerentes a cada conjuntura. E que é provisoriamente necessária a circulação de mercadorias para se efetivar o giro de capital e gerar lucros aos proprietários dos meios de produção. Há que se compreender que apesar das restrições atuais quanto às condições da classe trabalhadora frente ao mundo do trabalho, trata-se de um estágio da humanidade. O capitalismo não se eternizará como sociedade infinita e se apresenta em alguns aspectos, avanços em relação às sociedades anteriores, a escravagista e a feudal, no sentido de acúmulo de conhecimento sobre a natureza e a própria humanidade. Afirma-se isso por acreditar que não há retrocesso na experiência coletiva humana existindo um passo a frente comparado com passado. Antigamente a pessoa escrava era tida como um objeto por não era considerada como gente.

Compreendia-se que o mundo girava naturalmente e as relações sociais eram fenômenos que ocorriam na natureza. Hoje, com o advento de estudos mais avançados e, sobretudo do materialismo histórico de Karl Marx, no final do século XIX iniciou-se o entendimento, de que a humanidade tem uma construção histórica dentro de um processo formado coletivamente pelas ações provocadas pela luta de classes.

Após os sistemas escravagista e feudal, a consideração pelo trabalhador enquanto pessoa detentora de uma relativa liberdade para vender sua força de trabalho nasceu do sistema capitalista. Na relação capital/trabalho houve conquista de alguns direitos trabalhistas que foram se deteriorando com o tempo, os quais sofrem hoje novos abalos. Em suas crises temporais, o sistema capitalista aponta seu amadurecimento com o acirramento das más condições de vida para classe subalterna. Revela-se como um mecanismo social instável em relação a sua marcha ao futuro, visto que nada se eterniza, principalmente quando se trata de uma ordem societária que desagrade um número considerável de pessoas que buscam sua transformação para uma sociedade que não seja injusta.

A maioria dos homens e mulheres está ainda em condição de subordinação a uma minoria de outros homens e mulheres que os dominam e os tratam como

mercadorias, sempre os inferiorizando e lhes apartando de boas condições de vida tendo a obrigação de se render ao trabalho subordinado a outrem que absorve sua força de trabalho para lhe pagar o mínimo para manter sua subsistência.

Entende-se que o processo de amadurecimento societário é fruto de uma construção histórica e coletiva da pessoa humana enquanto partícipe de sociedade de classes que modificaram seu modo de produção no decorrer dos tempos. É possível esse fato concreto por meio do processo de trabalho como atividade humana impulsionadora de seu desenvolvimento.

Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, o objeto e, em terceiro, seus meios.

O objeto de trabalho só é matéria prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho.

O meio de trabalho é uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. (MARX, 2015, p. 256).

Acredita-se que diante da marcha humanitária em busca de um diferente modo de produção, criar-se-á futuramente outra forma de se organizar socialmente de acordo com novas aspirações e conquistas da humanidade. No decorrer dos anos, a pessoa humana vem se apresentando como criatura sempre em construção, vivendo as resoluções de suas relações sociais e econômicas, visto que são seres racionais insatisfeitos com essa sociabilidade que está posta. Acredita-se que ainda há uma incessante busca coletiva para a formação de uma sociedade diferente da que já se conhece, pois nenhuma estrutura econômica e social está pronta, ainda não atingiu um grau de satisfação unânime com essa realidade vivida, pois são intensas as mazelas direcionadas à maioria da população empobrecida.

O capitalismo traz em seu bojo a presença de duas classes antagônicas fundamentais para a manutenção da produção e reprodução capitalista. Temos no sistema capitalista a classe dominante, a burguesa e a dominada, a classe trabalhadora, as quais são interdependentes. Segundo Yamamoto (2001, p. 67) “[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da dominação: reprodução ampliada do domínio de classe.”

Ainda que se conte com os percalços do mundo do trabalho na realidade capitalista atual quanto a sua precarização, homens e mulheres que nascem no sistema do capital têm a idealização, de viver o trabalho além da satisfação de suas necessidades básicas, mesmo que não alcancem a sua plena realização em sua

existência imediata. Há que se expandir mais as reflexões e discussões quanto ao sentido ontológico do ser social, socializando conhecimentos que busquem a emancipação humana, já almejada para a humanidade.

Enquanto pessoa humana, que se diferencia dos animais irracionais, vivencia sua fase adulta realizando atividade laboral para sua sobrevivência e também por necessidades de idealização de participar de um mundo em constante mudança e que isso depende de sua ação ativa dentro da divisão social do trabalho, juntamente com várias pessoas com o mesmo objetivo. Segundo Paulo Netto e Braz (2008, p. 34) dessa forma,

O trabalho é sempre atividade coletiva [...] comunicação propiciada pela linguagem articulada, [...]. Esse caráter coletivo da atividade do trabalho é [...] aquilo que se denominará social. [...] foi através do trabalho que , de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – [...] distinto de ser natural: o ser social.

Com a atividade do trabalho, individual e coletiva, a pessoa se reconhece numa totalidade que é partícipe enquanto sujeito de sua própria história e de determinações estruturais que se constroem gradativamente.

[...] o ser social constitui-se como um ser que, [...] é capaz de:

1. realizar atividades teleologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. escolher entre alternativas concretas;
6. universalizar-se; e
7. sociabilizar-se.

O ser social é síntese dessas determinações estruturais. Só ele é capaz de agir teleologicamente, só ele se propõe finalidades e antecipa metas – em suma, só ele dispõe da capacidade de projetar. (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 41).

O trabalho é envolto de sentido para a continuidade da vida, dado a importância que essa atividade possui enquanto significado além da remuneração e ou do status que traz. A ação humana coletiva voltada para o trabalho condiciona a marcha da humanidade para organizações societárias que se formam em cada etapa da história mundial.

A humanidade desenvolveu também sua capacidade de sobreviver pelo trabalho em contato com a natureza e outros homens. O ato do trabalho garante a busca pela satisfação das necessidades da pessoa humana, construídas por meio

dos tempos e modificadas na medida em que se alteram as relações sociais e seus interesses coletivos. Para melhor compreensão, nos remetemos a Paulo Netto e Braz (2008, p. 46-47):

À medida que o ser social se desenvolve - ou seja: à medida que a sociedade mais se diferencia da natureza e enriquece com novas objetivações -, mais complexa se torna a relação entre os homens tomados singularmente a genericidade humana. Para compreender essa crescente complexidade, devemos levar em conta pelo menos duas ordens de razões. Em primeiro lugar há de se considerar o enriquecimento do ser social. [...] Ou seja: quanto mais rica em suas objetivações é uma sociedade, maiores são as exigências para a sociabilização dos seus membros. Em segundo lugar, dado que o desenvolvimento histórico se efetivou até hoje especialmente em sociedades marcadas pela alienação [...], a possibilidade de incorporar as objetivações do ser social sempre foi posta de forma desigualmente para os homens singulares. [...] até hoje, o desenvolvimento do ser social jamais se expressou como o igual desenvolvimento da humanização de todos os homens; ao contrário: até nossos dias, o preço do desenvolvimento do ser social tem sido uma humanização desigual [...]. No seu processo de amadurecimento, e conforme as condições sociais que lhe são oferecidas, cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sua sociedade; nessa apropriação reside o processo de construção de sua subjetividade.

A história da humanidade é construída com o ato do trabalho e em diferentes épocas apresenta determinações que regem suas relações com a natureza e com outros homens, modificando gradativamente suas relações sociais e econômicas em cada conjuntura, pois o trabalho está na base da “atividade econômica”.

Dentro de um conjunto de anseios enquanto perspectiva de vida está o desejo de se desenvolver enquanto pessoa e atingir a fase de executar o ato do trabalho, na busca de satisfações inerentes à pessoa humana, especialmente na fase da adolescência, onde se descortinam novos mundos a serem explorados, inclusive o do trabalho. A diferença é que neste mundo é o (a) adolescente que será explorado (a). Como a necessidade de trabalhar faz parte de seu crescimento, sobretudo para adolescentes da classe trabalhadora principalmente pelo fator econômico, se inserem no mundo do trabalho nem sempre cientes de permanecerem nessa subordinação. Tem a expectativa que essa inserção garanta sua própria sobrevivência e independência financeira, ou também complementar renda familiar. O (a) adolescente também quer crescer profissionalmente e se multiplicar em sonhos e realizações satisfatórias, construir seu caminho para maturidade. Tem o desejo de aprender como se vive no mundo adulto entendendo que só pelo trabalho há uma expansão do sentido da vida, pois por meio dele é que advêm outras

satisfações de subsistência dentro do mundo atual e material. A realidade do (a) adolescente será discutida mais adiante nesta pesquisa.

## **1.2 O trabalho no sistema capitalista vigente**

A classe trabalhadora vive da venda de sua força de trabalho, a qual permite receber o valor que lhe mantém nessa condição de classe oprimida que vive do trabalho, pois o excedente não lhe é pago por pertencer ao seu empregador.

Concomitantemente a essa venda, é gerada a riqueza para a classe burguesa, a qual se apropria de bens materiais para conservar os meios de produção acumulados em sua propriedade e garantir a continuidade da exploração do ser desprovido desses meios, possibilitando que a exploração seja contínua. O capitalismo se dinamiza com a circulação de mercadoria, a compra da força de trabalho por um valor menor gerando um valor excedente após a obtenção do produto e a circulação de mercadorias obedecendo a uma dinâmica capitalista.

Esse ciclo alimentado pela atividade econômica nas relações sociais é crucial na sociedade capitalista, para que o ato do trabalho, exercido pelos homens e mulheres componentes dessas duas classes principais, mantenha esse movimento combinado dentro dessa ordem e suas contradições.

No sistema capitalista o trabalho é uma experiência de exploração da classe que vive do trabalho pela classe dominante garantindo o excesso que é acumulado, visto que não se paga pelo trabalho excedente na geração de produtos. Excedente esse que é transformado em acúmulo de miséria de um lado e acúmulo de riqueza do outro, resultando na desigualdade social. O sistema baseado no capital criou meios que possam garantir a manutenção das relações sociais de classes antagônicas essenciais. Essas relações sociais são permeadas de interesses distintos ligados à classe que pertencem. Entende-se que a permanência dessas relações sociais garante a manutenção dessa engrenagem que gira em torno do trabalho subordinado ao capital.

A atividade do trabalho ocupa um lugar essencial na vida da humanidade, há que se afirmar que sem ele não existiria desenvolvimento humano, porém este ato está mediado atualmente entre os interesses da burguesia e do proletariado.

Em outras palavras, todo ato de trabalho nas sociedades dominadas pelo capital é mediado pela contradição entre as classes burguesa e proletária. Pois, há dois momentos distintos do trabalho que são exercidos por indivíduos diferentes, e que pertencem a distintas classes sociais: ao trabalhar, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumento para a execução das necessidades de outrem. (LESSA, 1999, p. 30).

O desejo de desempenhar uma atividade laborativa ainda acompanha os anseios humanos, apesar dos embates criados no percurso desse processo histórico da humanidade, o ser humano busca no trabalho a satisfação de suas necessidades mesmo que ainda não se vivencia uma sociedade sem exploração e desigualdade, é um meio de convívio social e sobrevivência. O trabalho é o ato que diferencia a pessoa humana em seu desenvolvimento societário.

Para as sociedades modernas, com forte predominância do trabalho assalariado, o emprego não representa apenas a possibilidade de troca de uso da força de trabalho por poder de compra equivalente ao custo dos bens básicos à sobrevivência. O trabalho também representa um quesito de julgamento de status e da utilidade social de cada um no sistema econômico. (POCHMANN, 1996, p. 165).

Desde que o capitalismo surgiu, vem sobrevivendo a etapas históricas, provocando, superando e criando novas crises, caminhando com resistência ferrenha em interesses para sua consolidação dentro da sociedade contemporânea. Porém, na crença de que nada é eterno, nos baseamos em estudos que vislumbram o declínio desse sistema, como em Marx (2015) e ou Mészáros (2011) como um evento inevitável mediante ação revolucionária da classe trabalhadora, com organização popular concomitantemente com colapso financeiro e informacional. Já se passaram outras fases do capitalismo com crises que iniciam o abalo à sua estrutura.

Quanto ao movimento do capitalismo até o momento atual, há necessidade de se lembrar de alguns fatos importantes ocorridos na sua história para melhor compreensão do mundo do trabalho e suas alterações.

Desde o início da industrialização, no século 17<sup>2</sup>, acirrando a exploração da força de trabalho da classe pobre, independente de sua idade até o prematuro século 21, houve inúmeros modos de se apropriar da vida dos trabalhadores. No passar dos anos foram surgindo teorias e práticas relativas aos ritmos diferenciados de trabalho no intuito lucrativo de tornar cada vez mais potentes a produção como,

---

<sup>2</sup> Vide o livro “História da riqueza do homem” de Leo Huberman (2010).

por exemplo, o taylorismo e fordismo nos E.U.A. do início do século XX e posteriormente o toyotismo iniciado no Japão, conhecido também como acumulação flexível a partir dos anos 70, inaugurando uma fase de se repensar continuamente a forma de produção e reprodução de sistemas de trabalho para classe dominada.

As mudanças operadas no modo de produção capitalista, em especial com a crise dos recursos energéticos e o avanço da alta tecnologia, a partir dos anos 70, determinam uma nova dinâmica na composição das formas de acumulação. De organização de produção e dos processos e relações de trabalho, escamoteando os sinais de esgotamento do modelo fordista e instaurando uma nova fase pautada no que se convencionou chamar de acumulação flexível. (ALMEIDA, 1996, p. 38).

Sempre no intuito de acelerar e multiplicar a produção e o lucro, essas modificações de como melhor explorar a força de trabalho, culminando na reestruturação produtiva vem trazer uma injeção de ânimo no capitalismo para se sustentar ainda vantajoso em detrimento da classe que vive do trabalho.

Foi nos anos 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da lean production, do sistema just-in-time, kanban, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho, daquilo que, seguindo Juan Jose Castillo, vimos denominado como liofilização organizacional. (ANTUNES, 2002-2003, p. 17).

Constantemente novas formas de manutenção da ordem social do sistema capitalista vão sendo criadas ou reinventadas para sustentar a tradicional acumulação trazendo ao capitalismo o poder de gerar produção em massa, por exemplo, nas indústrias de bens materiais que não serão consumidos por aqueles que os fabricam. Por outro lado, uma indústria geradora de diversas expressões da questão social como a violência, o desemprego, a prostituição, a exclusão social, levando a existência de milhões de trabalhadores a uma redução para uma vida ínfima.

É diferente viver num sistema capitalista central comparando-se com um país periférico, apesar de que independente do país que o capitalista habitar, está visando seu excedente para que este possa reverter a seu favor. Porém, há níveis diferenciados em relação à qualidade de vida, direitos trabalhistas e execução de políticas públicas destinadas à classe trabalhadora. Apesar de continuar mantendo

a regra de lucro desenfreado para classe dominante se manter no poder e os conflitos de interesses, reconhece-se a possibilidade diferenciada diante dessa realidade.

No tocante as mutações surgidas dentro da dinâmica do capitalismo em seus últimos vinte anos e a manutenção de um sistema de dominação da classe burguesa pela classe trabalhadora, permanece a necessidade do trabalho para continuar gerindo as relações sociais entre si, determinando sua atividade econômica “[...] que é processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais ou coletivas dos membros de uma sociedade.” (PAULO NETTO; BRAZ, 2008, p. 29).

Vale lembrar que em uma conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais.

Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais, necessários à manutenção do processo de reprodução social. (MOTA; AMARAL, 2000, p. 27).

Sabe-se que o mundo já conheceu bastantes alternativas para o controle sobre a pessoa humana subordinada a classe burguesa não restando somente a escolha de obedecer piamente ao ritmo imposto de produção que satisfaça os donos do poder, também há opções de sobressair enquanto classe trabalhadora portadora de direitos, de voz e voto, que se fortalece pela união de ideias e ações entre seus pares. Com isso, há um embate no cotidiano atual do capitalismo quanto aos enfrentamentos nas questões que refletem diretamente à vida humana e sua sobrevivência. Assim continua a busca de pessoas de toda faixa etária, inclusive adolescente, que possa fazer parte do corpo de trabalhadores que se confundem por entre as máquinas do poder.

Estas pessoas contam com o risco de não encontrarem oportunidades dentro divisão social do trabalho por conta de seus concorrentes no exército industrial de reserva ou de não permanecerem trabalhando por não suportarem as condições de

trabalho impostas pela rigidez de normas de eficácia e eficiência e são logo substituídos por “peças” melhores.

Diante dessa realidade, o sistema capitalista encontra seus pilares nessa dinâmica de modificações temporais para sua sobrevivência como sistema vigente ditando os direcionamentos de dominação do capital, sempre firme nesse propósito de abafar o poder da classe que vive do trabalho, aproveitando-se de todo um arsenal institucional que ampara o poder e a dominação por meio de leis e órgãos governamentais que prestam serviços à classe privilegiada e se isentam de sua responsabilidade para com seu povo.

O trabalho ocupa grande relevância na vida da pessoa humana, sendo objeto de preocupação e investigação de tantos estudiosos, na espera de entender melhor os rumos a serem tomados relativos a essa atividade exercida coletivamente pelos homens e mulheres no decorrer dos tempos que constituem a história da humanidade.

A crise da sociedade do trabalho tem sido debatida através de um conjunto de reflexões que, em linhas gerais, é constituído por duas grandes vertentes de análise: uma, teórico-metodológica, que privilegia uma abordagem conceitual de categorias sociológicas que explicam a centralidade do trabalho nas sociedades modernas, tomando como referência as principais transformações históricas em curso; e outra, que analisa os indicadores dessa crise, seus impactos na vida social e as perspectivas abertas por esse novo momento no mundo do trabalho. (BORGES; DRUCK, 1993, [p. 2]).

Dentro do mundo do trabalho no sistema capitalista e no decorrer do desenvolvimento do ser humano, a adolescência é um marco para iniciação dessa atividade laborativa, principalmente para o (a) filho (a) da classe trabalhadora que dependerá da venda de sua força de trabalho muitas vezes para sua subsistência ou para auxiliar na renda familiar. Juncá (1996) afirma corroborando com a ideia de que a existência se torna frágil dentro das condições impostas para a vida humana em geral, e que adolescentes não serão poupados, mas em especial para um ser em desenvolvimento aparentemente fragilizado pela sua imaturidade de experiência de vida, tendo que desde o início de seu processo histórico, se submeter a condições bem mais restritas que seu plano de futuro poderia vislumbrar, esperando primeiramente a satisfação das necessidades básicas.

Visivelmente se constata que o nível de carência e privação parece concentrar se cada vez mais diretamente nos bens imprescindíveis à vida, ou melhor, dizendo, à sobrevivência física, tornando-se esta a preocupação permanente e até mesmo obsessiva da grande maioria da população. (JUNCA, 1996, p. 108).

Levada em conta a precarização no mundo do trabalho, bem como suas contradições inerentes a inserção de adolescente no trabalho formal, geralmente oriundo (a) da classe que vive do trabalho, é prevista que sua conquista ao primeiro trabalho formal seja trilhada por uma estrada incerta. O adolescente não está isento da realidade excludente do sistema capitalista, apesar da diferenciação destinada para sua faixa etária ao iniciar a vida trabalhista.

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego acaba muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 339).

Mesmo no atual contexto, permanece a centralidade do trabalho na vida humana, mesmo apresentando-se nas mais variadas formas de absorver homens e mulheres ao mundo do trabalho, como a exploração intensa camuflada em convite à flexibilidade. A infinita cobrança de habilidades múltiplas da força de trabalho, o cerceamento da liberdade dominada pelos rodeios que o trabalho lhe oferece, a cobrança excessiva para o trabalhador se disponibilizar para seu emprego, são exemplos reais. Essa pesquisa traz essa discussão mostrando a inserção de adolescentes no mundo do trabalho como uma necessidade permanente de alimentar o ciclo da vida que está cada vez mais cobrando do pobre um preço alto para viver.

É pelo trabalho que a pessoa humana sobrevive em sociedade, refazendo suas relações sociais, considerando as diferentes modalidades de trabalho contemporâneas, onde permanece a necessidade de sobrevivência da classe que vive do trabalho apesar das formas restritas oferecidas a ela, com diminuição de direitos trabalhistas e precárias condições de trabalho.

Criou-se também a necessidade imperiosa, pelos capitais, de expandir as diferentes formas de trabalhos informais, dos trabalhos terceirizados, dos trabalhos precarizados. Esses novos contingentes de trabalhadores e de trabalhadoras que são mais ou menos assemelhados nas suas condições

de precarização, que estão na franja da empresa. Por um lado, um núcleo central mínimo se preserva que é o núcleo mais qualificado, polivalente, multifuncional (ANTUNES, 1999, p. 4).

Contando com desafios futuros, previstos em todas as descobertas, tem-se dentro das possibilidades de inserção no mundo do trabalho por adolescentes, uma realidade de um mundo contraditório e repleto de conflitos, sabendo que desta experiência não resultará somente em saldos positivos, sobretudo referindo-se sobre o modo de produção e reprodução capitalista.

Pelo contingente de adolescentes e jovens a espera do trabalho, principalmente o formal, é visto que não é possível inseri-los no mundo do trabalho mesmo em condições provisórias como contratos de trabalho intermediados por organizações e ou pessoas que viabiliza vagas diferenciadas pela Lei da Aprendizagem, como exposto adiante nos dados da pesquisa, confirmando a exclusão da maioria de adolescentes que busca essa oportunidade levando currículos para serem convocados à admissão.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) há em Passos em média de nove mil pessoas de 10 a 14 anos e na faixa etária de 15 a 19 anos é visto que esse número continua aumentando, sendo homens e mulheres com idade 10 a 14 totaliza-se 8.668 pessoas e na idade de 15 a 19 obtém-se a soma de 9.037 adolescentes sem inserção no mundo do trabalho formal.

No início de 2017 quando foi feita a pesquisa de campo havia dois mil currículos arquivados na rede Cidadã sem perspectivas de convocação para iniciarem o trabalho formal.

Esse texto e seu estudo condizem com a realidade atual, a qual visa lucratividade, secundariza a dignidade almejada pelos trabalhadores, seja qual idade tiver, e os acompanha em outra situação de incertezas dentro da venda de sua força de trabalho, que é ameaçada pelo desemprego crescente pareando com queda de salário e condições barateamento de instrumental de trabalho.

Nestes termos, o desemprego pode confirmar um rompimento com as normas fundantes da sociabilidade capitalista, bloqueando o acesso aos direitos básicos de cidadania. Além, é claro, de tornar inviável ou extremamente precária a sobrevivência digna do desempregado em uma economia de trocas entre mercados de trabalho e de produtos. (POCHMANN, 1996, p. 165).

O (a) adolescente inserido nesta trajetória de emprego como pessoa ainda a se qualificar, encontra alternativas reduzidas para o enfrentamento no mundo do trabalho formal devido a omissão de políticas públicas ligadas a sua efetivação, sendo lhe apresentada alternativas de exclusão em sua oferta de força de trabalho, particularmente no Brasil, que herda uma história de dificuldades em transformar essa realidade excludente.

O desemprego no país, além dos efeitos econômicos conjunturais, possui um forte componente de natureza estrutural, decorrente da formação e dos desdobramentos históricos da economia brasileira. De um lado, o desemprego seria fruto do continuado abandono da questão do emprego no desenho das políticas de desenvolvimento, que foram conduzidas sem a realização concomitantemente de reformas clássicas do capitalismo moderno, como a alteração da estrutura fundiária e tributária, a construção do Estado de bem-estar social, o estabelecimento de um sistema democrático de relações. (POCHMANN, 1996, p. 167).

Levando se em conta o cenário mundial e a realidade nacional de perdas de direitos trabalhistas, encontra-se na atualidade do mundo do trabalho o acirramento nos contratos a se efetivarem com grande concorrência vinda do exército industrial de reserva, a precarização dos postos de serviço, a inserção do (a) adolescente no trabalho formal se concretiza como um grande desafio, porém possível sua concretização dada à necessidade tanto na pessoa a satisfazer suas necessidades humanas como o próprio movimento do capital a requisitar trabalhadores (as) em suas empreitadas, desde que se garanta um bom nível de vantagens tanto para o empregador originário quase sempre do setor empresarial como para o poder estatal, que compartilha de regulamentações mantenedoras do sistema capitalista, no qual o (a) adolescente não tem outra opção a não ser participar dessa aventura. Este estudo prossegue apresentando o Estado no próximo capítulo para dar continuidade a essa discussão que contribui para o entendimento de como se efetiva a inserção no mundo do trabalho formal para adolescentes.

## **CAPÍTULO 2 O ESTADO, RESPONSABILIDADE E PODER**

## 2.1 O poder governamental na condução do mundo do trabalho

Todas as sociedades de classe, como exemplo, a feudal e a capitalista, são resultados de vivências em comunidade e seu desenvolvimento vem de encontro ao aperfeiçoamento de suas criações no mundo. A humanidade dependeu dos recursos que se teve acesso até a atualidade, bem como do acúmulo de informações que foram repassadas, acrescidas em cada momento de concretude de sua vida.

Sua evolução depende de múltiplos fatores conjugados de acordo com suas necessidades reais, as descobertas possíveis, sua utilidade, condições climáticas e possibilidade da pessoa poder se desenvolver por meio dessa busca motivada por interesse e acesso que lhe permitam crescer enquanto pessoa única e participe dos avanços em coletividade, transformando gradativamente sua visão de mundo. Acrescenta-se em cada época um conhecimento socializado de geração em geração e um entendimento sobre a vida e seu modo de estar sobrevivendo ao tempo.

A pessoa humana aprendeu com seu trabalho a buscar na natureza um modo de sobreviver, à priori, sozinha, pois não havia o sentimento de pertencimento a nenhum grupo. Passou a conhecer recursos naturais e transformá-los em instrumentos para sua vida diária, como a caça para sua alimentação e a construção de casa para se abrigar.

Foi incrementando sua forma de ver o mundo, ver a si mesmo e seus semelhantes unindo-se no escopo de satisfação de necessidades essenciais para seu andamento e adiantamento enquanto pessoa que foi aos poucos adquirindo o sentimento do pertencimento, unindo em grupo de seus pares. No decorrer do tempo, com suas descobertas principais como a do fogo e da roda pôde dar saltos em seu desenvolvimento.

Nessa fase já existia acordos rudimentares de viver em grupo como já haviam delimitado territórios para o cultivo de alimentos e divisão de trabalho entre os seus. Geralmente estavam envolvidos em conflitos e guerras que resultavam em perder, manter ou expandir seu poderio no tocante ao domínio da terra e a conquista da propriedade privada.

Com mais alguns anos, a humanidade conquistou o conhecimento de construir conduções como bigas, carroças e navios. Também foram construídas casas, povoados, vilarejos, futuramente cidades. Já havia determinação de classes que mandavam e outras que obedeciam, no qual era definido tradicionalmente quem

controlava o poder, geralmente pela força física ou armamentista. Todos eram cientes de seu lugar na sociedade, controlados para manter sua vida e contribuir para a coletividade, definindo o que cabia a cada um no espaço que era designado para morarem. Há os que foram escravizados, principalmente se fora preso em batalhas e eram obrigados a trabalhar forçosamente para garantir a continuidade do progresso local.

Havia aqueles que formavam um exército e eram destinados a cuidar da segurança e manter a estabilidade no terreno em comum. Havia também aqueles que se permitiam não gastar suas energias físicas com o trabalho braçal, ou eram religiosos que deveriam manter a crença necessária a um ser divino e autoritário no qual todos temiam e deviam obediência eterna e outros que cuidavam das regras de convivência por meio de tratados primitivos com escritos embrionários de normas para serem seguidas visando à manutenção da ordem estabelecida, mesmo que provisoriamente, como foi a fase da sociedade baseada no feudalismo (HUBERMAN, 2010). Sempre houve necessidade de organização para manter um sistema societário que resulta do processo histórico humano.

[...] alguém tinha que fornecer alimentação e vestuário para clérigos e padres que pregavam, enquanto os cavaleiros lutavam. Além desses pregadores e lutadores existia, na Idade média, outro grupo: os trabalhadores. A sociedade feudal consistia nessas três classes-sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, sendo que o homem que trabalhava produzia para ambas as outras classes, eclesiástica e militar. (HUBERMAN, 2010, p. 3).

Cada um com seu exercício diário em locais diferentes colaboravam para o conjunto de resoluções que acordavam entre si para satisfazer necessidades sempre crescentes, sempre foi necessário um grupo de trabalhadores (as) dentro de suas diferenciações para manterem o sistema da ordem social vigente, seja no escravismo, feudalismo ou capitalismo.

Com essas descobertas que possibilitaram a formação de povoados dependendo do comando de algumas pessoas, geralmente por força física ou bélica, ditavam o ritmo daqueles locais determinados como morada fixa, compondo sociedades motivadas pelo sedentarismo.

Na Grécia antiga havia um conjunto de pessoas que se reunia num local denominado “àgora” (praça pública) que é também um termo grego que significa “lugar de reunião”, usado para discutir as questões e observações relativas à vida e

ao mundo, na qual os “homens livres” (da escravidão) tinham interesse em interagirem nas reflexões e colóquios para socializarem seus entendimentos quanto à vida humana em si, suas origens e destinações. Com essa ação coletiva iniciou-se o que ficou conhecido como “polis”, um pequeno território utilizado como espaço para o nascimento de ideias na gênese da intelectualidade dentro da história humana. Com a oportunidade de discussão sobre a questão pública, o termo “polis” passou a significar cidade-estado, onde ficou como referência ao exercício da política (LANÇA et al., 2010).

Para Lança et al. (2010, p. 16), o termo política “[...] é derivado do grego antigo (politéia) e indicava todos os procedimentos relativo a *pólis*, ou cidade-Estado.” Lança et al. (2010, p. 17) sintetiza que “Aristóteles caracterizava a Política como a ciência suprema, à qual todas as outras estão subordinadas e da qual as demais se servem numa cidade”, complementando posteriormente que esse pensador “[...] foi o primeiro grande sistematizador das coisas públicas - res-publica.” Continua expondo:

No decorrer do tempo, foram atribuídas novas significações para o termo política.

[...]

Vale ressaltar que a política compreendida como forma de atividade ou práxis humana, remete ao conceito de poder, definido tradicionalmente como meio para se obter alguma vantagem, para se conseguir os efeitos desejados, para dominar outros homens. (LANÇA et al., 2010, p. 18) .

Pode-se fazer interlocução com a atual política, pois juntavam corpos e ideias relativas ao coletivo e ao uso de poder para tal. Apesar de que era restrito aos “homens livres”, tal ocupação nesse espaço de então, foi válida por terem passado a expor suas ideias com interesse ao coletivo, um passo adiante do despotismo da era anterior.

Nas sociedades orientais e não gregos o poder e o governo eram exercidos como autoridade absoluta da vontade pessoal e arbitrária de um só homem ou de um pequeno grupo de homens que decidiam sobre tudo, sem consultar a ninguém e sem justificar suas decisões para ninguém. Os gregos inventaram a política (palavra que vem de polis, que, em grego, significa cidade organizada por leis e instituições) porque instituíram práticas pelas quais as decisões eram tomadas a partir de discussões e debates públicos e eram adotadas ou revogadas por voto em assembleias públicas; porque estabeleceram instituições públicas (tribunais, assembleias, separação entre autoridade do chefe da família e autoridade pública, entre autoridade político militar e autoridade religiosa) e, sobretudo porque criaram a ideia da lei e da justiça como expressões da vontade

coletiva pública e não como imposição da vontade de um só ou de um grupo, em nome de divindades. Os gregos criaram a política porque separaram o poder político e duas outras formas tradicionais de autoridade: a do chefe de família e a do sacerdote ou mago. (CHAUÍ, 2010, p. 31).

Acrescenta-se em cada época um conhecimento socializado de geração em geração e um entendimento sobre a vida e seu modo de estar no mundo.

Do mesmo modo que hoje se assiste uns poucos decidirem pela maioria, estão legitimamente autorizados pela ação democrática da população acreditando que vão defender seus interesses de classe, porém contraditórios. Mas ainda é restrito o usufruto desse poder, no sentido de poucos terem acesso a direcionar o rumo da coletividade sem, na maioria das vezes, essa maioria ser prejudicada.

Há que se ressaltar que mesmo ímpares cada época tem contribuído para um caminho de aprimoramento da vida em comunidade, tendo como exemplos tanto a sociedade grega quanto a romana que serviram de raízes para a civilização ocidental. Faz parte de uma construção histórica para humanidade, diferenciada tanto ao nível racional como emocional para a pessoa humana e seus pares.

A política grega originalmente foi baseada na Razão, enquanto que entre os romanos (povo que muito contribui para a ampliação do conceito de política), prevalecia o amor a Roma, pois consideravam sua cidade como sua família e seu fundador - Rômulo - como ancestral comum a todos. Esse pensamento os levava a considerar que o bem da pátria deveria ter precedência sobre os interesses privados.

Nas sociedades grega e romana buscava-se minimizar a distância entre os governantes e os governados. Minogue pontua que, tanto na pólis grega quanto na república romana, podia-se confiar em certo espírito público para dar aos governantes e governados base comum de ação. (LANÇA et al., 2010, p. 17).

Essas pessoas, os chamados homens livres, que não ocupavam seu tempo com o trabalho forçado ou braçal, o qual era determinado para escravos, destinavam seus questionamentos cada vez mais aguçados sobre a vida e modos de viver em sociedade. Iniciou-se a acumulação de conhecimentos cada vez mais sistematizados e racionais. Cabe acrescentar que esse momento histórico se serviu de um pouco mais de organização no sentido de se exercer a política para usar o poder no comando de uma localidade com seus habitantes.

No senso comum, refere-se à arte de guiar ou influenciar o modo de governo por um partido político e a influência da opinião pública [...]. Na conceituação erudita, consiste nos meios utilizados para a obtenção de qualquer vantagem, no conjunto dos meios que permitem alcançar os

efeitos desejados, na arte de conquistar, manter ou exercer o Poder, ou, o governo e na e sua orientação e atitude em relação a assuntos e problemas de interesse público com a área Financeira, a Política Educacional, as praticas sociais.

Na conceituação moderna, é a ciência moral normativa do governo da sociedade civil e o conhecimento ou estudo das relações de regularidade ou concordância dos fatos comum os motivos que inspiram as lutas em torno do poder do Estado e entre os Estados.

Em qualquer de seus usos, o termo Política faz referência ao exercício de alguma forma de poder e às suas consequências. E, sua principal preocupação diz respeito ao encaminhamento de interesses para a formulação e tomada de decisões (LANÇA et al., 2010, p. 19).

Chega um momento em que se reconhece que ninguém vive sozinho e quando as pessoas se unem acordam decisões para disciplinar a convivência em grupo. Estendendo esse pensamento a locais cada vez maiores que um simples clã, pode-se ter a noção de uma sociedade mais complexa onde é necessário criar órgãos ligados a toda ação que envolve múltiplas vidas. A partir daí surge o Estado para normatizar a vida civilizada.

Com isso firmou-se um poder organizado para sobressair entre os demais subordinados a essas decisões de alguns para com todos, principiando o nascimento de instituições e leis discutindo os limites e possibilidades de uma organização social que se objetivava justa e que até hoje se vê déspotas no poder. Com passar dos anos, criaram-se diversos cargos para dar legitimidade à sua dinâmica mandatária ditando os ritmos a serem seguidos na ordem societária do capital.

O Estado enquanto gigante de pedra representa o grau de respeitabilidade exigido para permanecer o capitalismo em pé, mesmo porque é por meio dele que ocorre todo financiamento da coisa pública em detrimento da privada, onde o comércio, a indústria, além da agricultura, sempre foi beneficiado com verbas estatais para sobreviver.

A denominação Estado (do latim status = estar firme), significando situação permanente de convivência é ligada à sociedade política, aparece pela primeira vez em "O Príncipe" de Maquiavel escrito em 1513" passado a ser usado pelos italianos sempre ligados ao Firenze. Durante o sec. XVI e XVII a expressão foi sendo admitida em escritos franceses, ingleses e alemães. Na Espanha, até o sec. XVIII aplicava-se também a denominação de estados a grandes propriedades rurais do domínio particular, cujos proprietários tinham poder jurisdicional. De qualquer forma, é certo que o nome Estado indicando uma sociedade política só aparece no sec. XVI e este é um dos argumentos para alguns autores que não admitem a existência do estado antes do sec. XVII. Para eles, entretanto sua tese, não se reduz a uma questão de nome, sendo mais importante o argumento de

que o nome Estado só pode ser aplicado com propriedade à sociedade política dotada de certas características bem definidas. A maioria dos autores, no entanto, admitindo que a sociedade ora denominada Estado é na sua essência igual a que existiu anteriormente, embora com nomes diversos, dá essa denominação, a todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência de seus membros. (DALLARI, 2001, p. 52).

O Estado passa a ser incorporado na sociedade moderna como um conjunto de instituições dirigidas por pessoas que representam a ação governamental que media interesses entre as classes sociais presente na ordem societária vigente.

Efetivamente ao tratarmos hoje do Estado não podemos abstrair o fato de que ele surge dentro de um momento histórico particular e vinculado a um projeto determinado de sociedade, o projeto Iluminista, que deriva na Revolução Francesa e que foi reconduzida a um ponto onde não passasse de uma revolução meramente da burguesia para a burguesia. (MONTAÑO, 2002, p. 48).

Devido seu aparecimento e permanência concomitante com o desenvolvimento capitalista, o Estado impera a cada conjuntura com seu poder de manutenção do sistema que lhe criou. A sua estrutura física e burocrática significa menos que seu poder político advindo da classe dominante na lógica do capital, representadas por instituições oficiais que permitem privilegiar seus interesses de classe dominante para manter a desigualdade social.

Em suma, o Estado é uma forma social que sofre variações temporais e espaciais. Não se trata de um valor universal, de um ideal abstrato, de uma forma fixa, irregular ou aleatória. Ao contrário, o fenômeno estatal obedece a leis que trazem a marca da história, em articulação orgânica com as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo. (FARIAS, 2001, p. 29).

Na sociedade capitalista existe um aparato governamental sustentado pelo Estado onde se criam meios de oficializar as decisões que tratam da coletividade. Imperativo numa organização social existir um órgão que responda pelo bem comum e traga para o cotidiano de seu povo respostas de suas reivindicações como forma de atender socialmente essa população com serviços utilitários a todos. Encontra-se a seu cargo o fornecimento de iluminação elétrica ou de água e outras responsabilidades em áreas da interdependência humana que atinge a todos com necessidades em comum, como a saúde, habitação, segurança, educação e

trabalho. Bom seria se o dinheiro pago via tributos garantissem o financiamento para que o Estado assumisse sua total responsabilidade.

Embora de finalidade pública e de interesse da coletividade, as políticas públicas sempre expressaram a contraditória relação entre o público e o privado, em que nem sempre os interesses da maioria (trabalhadores ou população) se configuram enquanto interesses do capital (minoría [...]): [...]. (LANÇA et al., 2010, p. 44).

Seria ingenuidade tratar esse assunto ligado ao poder e a pessoas e não reconhecer o mecanismo da ordem societária do capital que representa uma sociedade originalmente contraditória onde existe o domínio de uma classe sobre a outra. O Estado responde por ações acordadas entre a população e seus representantes quanto à criação e manutenção de instituições que zelam pelo interesse coletivo, nem sempre esse coletivo é o popular. Seu poder instala-se em estruturas físicas para serem usadas como referências de localização geográfica em espaços públicos como prefeituras, palácios ou como escolas e hospitais.

Estabelece-se a manutenção de sua estrutura para garantir sua vigência, não tendo outro objetivo se não a acumulação capitalista. Montaño (2001, p. 49) alerta que “[...] o estado moderno tem, portanto, uma lógica fundante e essencial à sua natureza, ele é um Estado de uma sociedade regida pelo capitalismo, e participa então da ‘lógica do capital’.”

O Estado é o órgão de governabilidade com poder oficial sobre toda população, porém precisa responder por ações que beneficiem também a classe trabalhadora, a qual muito contribui para a riqueza gerada coletivamente e anseia por ter uma parcela dessa riqueza convertida em serviços de qualidade em sua vida em sociedade.

Já que não será assim que a estrutura capitalista irá se transformar, pelo menos que o Estado destine um pouco mais de seu dispêndio para as políticas sociais, como educacionais, habitacionais, culturais, sociais, econômicas, de segurança, de trabalho e de geração de rendas e outros.

Necessário o governo trabalhar não só com recursos burocráticos para essas áreas, não apenas na criação de sistemas e programas, mas principalmente efetivando-se de modo contínuo as chamadas políticas sociais para que se converta em recursos maiores a atender continuamente a satisfação de necessidades básicas da maioria da população.

[...] políticas sociais são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais, sobretudo a partir de sua expansão na segunda metade do século XX. (BOSCHETTI, 2016, p. 25).

O Estado na atual sociedade capitalista é composto por vários órgãos, sendo necessários para garantir a ordem nacional respondendo pelos anseios de classes antagônicas, fazendo a intermediação de interesses contraditórios no intuito de encontrar um ponto de equilíbrio para perdurar suas articulações políticas e econômicas.

A classe trabalhadora paga compulsoriamente impostos que por justiça devem e podem ser revertidos em bens para toda população, por meio de serviços públicos, nas principais áreas da coletividade como saúde, educação, trabalho, lazer, assistência social, como pontuado anteriormente.

O povo elege seus representantes para defendê-lo e ou melhorar sua condição de vida, os poderosos aceitam atender, mesmo que parcialmente, algumas de suas reivindicações populares desde que o povo continue trabalhando na geração de riqueza, com intuito de manter-se como classe não só rica, mas também dominante. A classe burguesa brasileira sempre foi acanhada no reconhecimento de direitos da classe trabalhadora, dado seu passado oligárquico com pensamento conservador. A burguesia, ocupando cargos públicos refletiu em atitudes arcaicas na história do país.

Engana-se em pensar que corre risco de perder seu poder de classe dominante ou que os trabalhadores dominarão o país se receberem um pouco mais de direitos em atendimento de suas necessidades enquanto políticas públicas direcionadas ao povo. O proletariado não deixará de ser classe trabalhadora por ser atendido parcialmente em suas necessidades, portanto essa negação de viabilizar recursos para que a população tenha uma saúde e ou educação de qualidade, só mostra a radicalidade da luta de classes.

Necessário continua sendo o acréscimo de informações e condições para dar força aos movimentos sociais e trabalhistas para reivindicarem com conhecimento de causa uma gestão pública que favoreça a maioria de pessoas, sobretudo as que vivem neste país.

O Estado brasileiro ganhou uma visibilidade maior com Getúlio Vargas que ditou o governo de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954, nesse meio tempo que se afastou da presidência foi senador por dois Estados.

A chamada “Era Vargas” contou com medidas de grande modificação do sistema de governar, a princípio quebrando o ciclo da política “café com leite”, onde mineiros e paulistas se revezavam na presidência. Presidiu o Brasil investindo em seu carisma e sendo popularmente intitulado como o “pai os pobres”. Instituiu uma fase inovadora com caráter populista e conquistas aparentemente democráticas, apesar de mostrar sua afinidade com governos nazifascistas como na Itália e Alemanha.

Com receio do crescimento das ideias comunistas no Brasil, conduziu uma ditadura caricaturada de abertura política, econômica e social. Alavancou o país em credibilidade interna e externa, contando com intervenções pós-crise de 1929 advinda da queda da Bolsa de Nova Iorque que afetou os cafeicultores brasileiros e sua elite, salvos por serem privilegiados em negociações governamentais.

Criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e atuou como ditador fechando Congresso Nacional para iniciar o Estado Novo em 1937 instalando uma nova Constituição extinguindo todos partidos políticos, surgindo outros em 1945 para elaboração da nova Constituição de 1946. Em 1942, é fundada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), por sua esposa Darci Vargas, inaugurando o “primeiro damismo” no Brasil.

No intuito de combater a simpatia crescente pelas ideias comunistas no país, colocando seus deputados e senador na ilegalidade. Já estava em alerta quanto aos movimentos trabalhistas de então, evitando levantes e inserindo gradativamente medidas para apaziguar os gritos de protestos operários, criando em 1943 a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Incentivou o início da industrialização, tanto nacional como a indústria siderúrgica quanto a internacional como a fábrica da Volkswagen (alemã) aumentando a oferta de emprego, instituiu o valor do salário mínimo, oficializou o horário de trabalho, sobretudo da mulher e menores de idade. Implantou o voto feminino a frente de países europeus como a Suécia. Criou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 e a Petrobrás em 1953. Nesta década que se criou o sistema “S” (ex: Senai, Sesi) que será explicitado no decorrer deste trabalho em momento oportuno (COSTA, M., 2016).

Há que se lembrar de que essa foi época da criação de Escolas de Serviço Social 1936 em São Paulo e 1937 no Rio de Janeiro, dada necessidade de um olhar especial para expressão da questão social, com demandas urbanas crescentes, inculcando uma atribuição benemerente frente às mazelas do capitalismo periférico, avançando em seu mecanismo de produzir desigualdades.

O Estado Novo representou o estreitamento da aliança entre a burguesia industrial e o governo após a grande instabilidade que, do ponto de vista desta elite, significou, primeiro, a ação da ANL na tentativa de organização dos trabalhadores e do golpe de estado e, segundo, a possibilidade de retorno ao poder da oligarquia do café nas eleições que se realizaria em 1938. (COSTA, M., 2016, p. 114).

Nos anos seguintes, de 1956 a 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, a “Era JK” também foi um marco para o Estado capitalista brasileiro, na construção acelerada de estradas rodoviárias. Inovou-se planejando uma cidade inteira, Brasília, destacada por sua construção moderna, inaugurada em 1960. Apresentou um período de desenvolvimentismo intensificando o investimento estatal na industrialização iniciada na década anterior com atrativos para o capital estrangeiro.

No período de 1945 a 1960, o governo brasileiro incentivou a formação e o desenvolvimento das indústrias de base, ou seja, aquelas que produzem matérias primas como chapa de ferro e de aço, para abastecimento de pequenas indústrias, parafuso pregos, ferramentas- que por sua vez, abasteceriam as grandes indústrias (muitas delas multinacionais), como as automobilísticas. (COSTA, M., 2016, p. 118).

Como um legítimo Estado capitalista, que não valoriza o atendimento integral das necessidades primárias da maioria da população, essa fase desenvolvimentista trouxe como consequência também uma crescente corrente de reivindicações de melhoria para classe trabalhadora, inclusive por meio do fortalecimento gradativo de sua organização sindical.

A partir dos anos 1950, sobretudo no governo JK, o forte incentivo à industrialização foi responsável, por outros dois fenômenos correlatos. Primeiro, a urbanização com a imigração do trabalhador do campo para cidade em busca de melhores condições de vida. Segundo, o aumento cada vez mais considerável- à medida que as indústrias iam surgindo, elas alavancaram também o setor de comércio e serviços- do número de trabalhadores e sua consequente sindicalização. (COSTA, M., 2016, p. 118).

Após os anos de 1950 nota-se um aumento da população ocupando o espaço urbano, segundo Marcos Costa (2016, p. 118) “[...] 24% da população rural migra para as cidades, 36% em 1960 e em 40% em 1970, correspondendo nessas três décadas a 40 milhões de pessoas.” Estima-se que a população brasileira atual já tenha ultrapassado os 206 milhões de pessoas, sendo hoje em média de apenas 15% a população rural (IBGE, 2011).

Passado o governo de JK, já no primeiro ano, seu sucessor, Jânio Quadros, se renuncia. A partir do momento que seu vice João Goulart, conhecido como Jango, toma posse, torna-se alvo prioritário da classe dominante, pois já o tinha como inimigo, apesar de ser mais votado que o próprio presidente, Jango, desde antes, era figura política de inúmeras controvérsias por apoiar publicamente o governo comunista cubano.

A elite brasileira volta a se sentir ameaçada e, temerosa, encontra meios de, junto com o poderio militar e opositores ao então presidente, esvaziar sua cadeira. Com três anos no poder, Jango é deposto e busca exílio político no Uruguai após se convencer que o golpe era irreversível, iniciando uma fase obscura da história brasileira, com diversa nomenclatura como Revolução de 64, Golpe militar e ditadura militar, a qual perdura por três décadas. Sua base foi construída num Estado autoritário, porém fortalecido pelo apoio aparentemente popular e democrático em nome da família e propriedade privada.

Em 1967, é elaborada uma substituta à lei maior, faz-se a 6ª Constituição que proíbe a organização partidária. O governo continua radicalizando sua ação por meio de Atos Institucionais- AI (ao todo foram cinco) para restringir direitos individuais civis e políticos. A repressão governamental sobreviveu de 1964 a 1984, com medidas econômicas de incentivo ao investimento industrial e comercial comandado pelo capital nacional e internacional, propagando o advento do “milagre econômico” (COSTA, M., 2016).

Esse período foi assim denominado para transmitir tranquilidade em nome da segurança nacional garantida aos investidores quanto à estabilidade econômica, sem riscos da estrutura capitalista se abalar. Realmente os números foram exitosos, haja vista que, segundo Marcos Costa (2016, p.141) “[...] entre 1968 e 1973, o PIB cresceu 11% ao ano.” Fez-se um governo impiedoso ao preço caro de retrocesso na qualidade de seu ensino, na liberdade de expressão, na efetivação de direitos sociais e civis.

O Brasil desta época menosprezou a conquista da cidadania e avanços em suas políticas sociais ao passo que intensificou a sua atenção à classe média financiando bens de consumo dos produtos fabricados internamente graças à abertura do país ao capital. Marcos Costa (2016, p. 141), elucida a história no sentido em que “[...] a grande indústria brasileira investiu em fábricas e, com incentivo do governo concedendo crédito aos consumidores-sobretudo os da classe média- pois a grande massa de assalariados estava excluída do processo-cresceu cerca de 30%.”

O Estado materializou seu poder nesses anos pelo abafamento de ideias que solicitavam um maior usufruto da prosperidade gerada na nação que trabalhava para seu futuro promissor sem a intenção de vender o país ao capital internacional. Os números dos índices econômicos dão visibilidade frente às vidas subtraídas em número até hoje desconhecido além de perdas irreparáveis e invisíveis a qualquer análise estatística. Complementa Marcos Costa, (2016, p. 142) “[...] desse modo, o milagre econômico durante a ditadura militar, seguiu o padrão brasileiro de modernização: excludente e selvagem.”

Com vistas a escapar dessa escuridão, gradativamente movimentos de resistência foram iluminando um caminho para amenizar o terror instalado no país e aos poucos a arena política ganhou novos atores permitindo uma vagarosa abertura democrática possibilitando eleições diretas, apesar de não é ser um processo confiável na defesa integral dos interesses da maioria da população.

Os anos de 1980 historicamente apresentam uma transição na trajetória histórica do Brasil, pois ao mesmo tempo em que traz um burburinho de expectativas com final da ditadura militar não avança tanto quanto é necessário no sentido político e econômico, rebatendo no social. Somente no final da década que se concretiza as tão aclamadas eleições diretas, um ano depois de a Assembleia Constituinte elaborar a considerada “Constituição Cidadã”.

Contudo, por mais que seja um ganho legal, não trouxe para realidade a efetivação de direitos previstos em seu conteúdo. Arrojado para época, “[...] mas no afã de abraçar o mundo e atender a todos os anseios reprimidos da sociedade, a Constituição resultou num texto prolixo”, pondera Marcos Costa (2016, p. 145).

Reconhece-se que os anos 1990, continuaram a criação de novas leis como, somente para exemplificar, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Roanet de incentivo à cultura, a Lei da reforma da Educação, a Lei orgânica da Saúde. Em

especial, para a categoria profissional da (o) Assistente Social, a Lei de regulamentação da profissão, o código de Ética profissional, a lei de diretrizes e bases, A Lei Orgânica da Assistência Social, assim como várias publicações científicas no espaço acadêmico trazendo enriquecimento teórico crítico no âmbito do Serviço Social.

Para manter a relação capital e trabalho, mesmo com diferentes reações em nível mundial, iniciou-se uma alternativa política e econômica tendo no Brasil repercussões com caráter peculiar. Lembra Marcos Costa (2016, p. 145) que “[...] a partir dos anos 1990, começa a ocorrer no Brasil, um processo que na Europa já acontecia desde o final de 1970, que era a ascensão do chamado neoliberalismo.”

O “projeto/processo neoliberal” representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capitalismo, fase à crise ao avanço tecnológico à reorganização geopolítica e as lutas de classe que se desenvolvem no pós-70, e que desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (as leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas reestruturação produtiva e reforma do estado. (MONTAÑO, 2002, p. 26).

Com o passar dos anos é visível à deterioração de um sistema munido de justificativas oficiais para se isentar de sua responsabilidade relativa à melhoria de condições de trabalho e vida. Vê-se o Estado e seus governantes executando o mínimo de políticas sociais possível abrindo as portas para a livre iniciativa com o aparente falseamento de serviços bem prestados.

Este movimento determina: a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, as novas composições de força no mercado internacional, além da formação de oligopólios globais via processo de concentração e descentralização do capital; e as transformações no processo de trabalho como uma exigência do reordenamento das fases do processo de produção e realização da mais-valia, fazendo emergir também outras formas de constituição e reprodução do trabalhador coletivo, além de redefinir as fronteiras entre os processos de “subsunção real e formal” do trabalho ao capital. (MOTA; AMARAL, 2000, p. 27).

Além da classe burguesa sempre atuante no direcionamento do país, o povo adormecido volta com sua maior participação nas ruas e nos diversos espaços a serem ocupados pelo exercício de conjugar o verbo esperar.

Findado o golpe militar, com uma herança acabado o milagre vindo a realidade de inflação incontornável, assim como a dívida externa (como se ouvia: eterna) o Brasil vem sofrendo sucessivos golpes civis, desde 1989.

O povo tem sido excluído de planos governamentais apesar de não terem faltado, na redemocratização, sucessivas tentativas de reverter os bons percentuais para o bolso do (a) brasileiro (a) elaborando planos econômicos emergentes.

Iniciado em 1986 com os Planos, Cruzado, Cruzadinho e Cruzado II, em 1987 com o Plano Bresser, no janeiro de 1989 o Plano Verão, em 1990 o Plano Collor e em janeiro de 1991 o Plano Collor II que impôs abusivamente até para a classe mais abastada o aumento de tributos, todos sem êxito, porém finalizado esse conjunto de planos sucessivos com o Plano Real em 1994, que renomeou a moeda brasileira de “real”, principiado com Itamar Franco e continuado com Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Conforme informa Marcos Costa (2016, p. 151), “[...] obteve êxito de imediato no controle inflação e estruturação da economia do país. Foi o ‘salvador da pátria no sentido econômico e político.’ Com sua reeleição em 1998, deu continuidade às ações consonantes com a política reformista.

As reformas foram apresentadas como essenciais à modernização do país e à estabilidade e retomada do crescimento econômico. Entre as mudanças aprovadas destacam-se a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a alteração do conceito de empresa nacional, no sentido de não discriminar o capital estrangeiro. Diversas outras reformas foram discutidas pelo congresso nacional, como da Previdência Social e o Estatuto do Funcionalismo Público, derivando alterações pouco reestruturantes. Propôs ainda reforma tributária, financeira e política para os próximos anos. Deu continuidade ao Plano Real, que promoveu alguns ajustes na economia como a desvalorização do câmbio e o aumento da taxa de juros, estratégias para desaquecer a demanda interna, estimular as exportações e equilibrar a balança comercial. (LANÇA et al., 2010, p. 39-40).

O Estado brasileiro foi alterando suas ações conforme cada conjuntura política, isso engloba também a participação popular com suas reivindicações. Seu envolvimento na vida pública é como um termômetro da aceitação ou rejeição da política adotada por cada governo. Como a cada presidente há um caráter peculiar de assumir seu mandato, o governo seguinte, de 2002 a 2010, foi marcado diferentemente por Lula ter dado maturidade ao anterior “Bolsa Escola” para incrementar o Programa Bolsa família, bem como aprimorar o sistema de proteção social, criando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Na era FHC não havia ocorrido uma mudança substancial nas condições de vida da parcela mais pobre da população. [...] a criação de programas de distribuição de renda para aqueles que viviam na linha da miséria, combinada com o aumento da oferta de crédito para a classe média, fez com que um princípio básico da economia ocorresse de forma sistemática, e o aumento do poder aquisitivo da população fez girar a roda da economia. (COSTA, M., 2016, p. 159).

A próxima gestão, de Dilma Rousseff (de 2011 a 2014) pela qual conseguiu reeleição, assim como seus dois antecessores, ganhou credibilidade na tentativa de sedimentar um plano de governo que agradasse várias frentes políticas, dada à miscelânea que se faz para permanência no poder. Seu segundo mandato (2015-2016), nascera com estrutura abalada motivada pelo número crescente de denúncias e investigações referentes à corrupção desde mandatos de governantes anteriores. Tornou-se mais difícil governar durante e após a Copa do Mundo em 2014, sediada no Brasil que apresentava obras superfaturadas e ainda fora do “padrão Fifa”, termo que ficou conhecido referente às exigências técnicas e legais para construção e reformas nos estádios de futebol.

O povo percebeu que, se houvesse essa mesma vontade política para a construção de hospitais, escolas, creches ou infraestrutura- saneamento, água, etc. -, o país poderia ser melhor. Os recursos existiam na sétima economia mais robusta do mundo e havia uma disparidade entre essa posição no *ranking* da riqueza e a (85ª) no *ranking* do IDH (Índice de desenvolvimento humano). (COSTA, M., 2016, p. 160).

A situação se agravou com o “mensalão”<sup>3</sup> (que tem sua raiz em 1998) em 2005 com presidente Lula. O clima de ódio, sobretudo ao Partido dos trabalhadores, o PT, tomou um direcionamento para a presidente ser acusada de crime de responsabilidade resultando no seu impeachment, com o seu declínio veio também a incredulidade contagiante de todos os eleitores a todos os políticos.

Após o *impeachment* de Dilma Russef afastada desde maio de 2016 e a posse de seu vice, Michel Temer, em setembro de 2016 continuou o descontentamento pelo chefe maior do poder executivo, o que atualmente encontra-se num impasse sobre o seu e o futuro da nação, permanecendo na já conhecida instabilidade econômica e política, mais uma vez em capítulo reprisado na história nacional. Marcos Costa (2016, p.144) afirma que “[...] a desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiável e aberto aos cidadãos,

---

<sup>3</sup> Esquema de corrupção iniciado com compra de votos de parlamentares denunciado no primeiro mandato de Lula.

à corrupção e o clientelismo são males arraigados no Brasil.” O autor volta a comentar sobre os índices da riqueza e do IDH, afirmando que a única justificativa para essa discrepância é a existência de um projeto de nação do Brasil que mantém de forma planejada e sistemática o povo na ignorância. Escreve que para quem estiver no poder, “[...] eleição após eleição, independente de partido- possa aparelhar o Estado para o usufruto exclusivo de seus beneficiários.” (COSTA, M., 2016, p. 159).

No decorrer desses longos anos, o mundo com seus habitantes se movimentou para o amadurecimento do sistema capitalista. Nunca esteve estagnado, entretanto modifica sua velocidade de acordo com cada etapa que vai passando, por vezes ocorrem crises, contudo não se transformou noutra sistema social.

O mesmo capitalismo de sempre, aliás, aquele que havia desembarcado aqui em 1500 no processo de expansão comercial e marítima. Entre o que somos como nação e o que queremos ser, existe um abismo. Para se enquanto nação, chegar até lá é preciso que sejam construídas algumas pontes- com alicerces sólidos- que podem ser traduzidas como projeto de nação. Sem esse projeto, o país e seu povo vão permanecer divididos entre duas realidades perversamente distantes. Somos, enquanto nação, uma espécie de ornitorrinco social cujo habitat se localiza em algum lugar entre o Principado de Mônaco e o Haiti estamento. Vivendo à beira desse abismo até quando ignoramos que ele não é, no entanto obra da natureza? (COSTA, M., 2016, p. 169).

Como entendido anteriormente que o que está posto na sociedade é resultado de uma construção histórica, o Estado é um fruto desse processo.

Na consolidação da política em nossa atualidade criou-se uma divisão para discriminar os poderes do Estado no mundo capitalista. Foi em 1789 com a Revolução Francesa que se definiu a nova formulação inspirada em Montesquieu. No Brasil, esse aparato estatal se firmou após a primeira Constituição Republicana em 1891, dividido em Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

O poder executivo está representado pelos governos que administram a gestão em execução das políticas públicas e colocam legitimidade nas ações oficiais em nome da população realizando atividades de acordo com sua esfera de poder, ou seja, no âmbito nacional é representado pelo Presidente da República, o vice-presidente e seus ministros nomeados pelo Presidente em diversas áreas, como agricultura, habitação, saúde, educação, transporte, meio ambiente, etc. No âmbito

do governo estadual, o poder executivo é composto de seu governador e vice-governador.

O prefeito e vice-prefeito respondem pelo poder executivo do município. Assim como o presidente, o governador e o prefeito nomeiam sua equipe de confiança de acordo com alianças políticas e partidárias, sendo designados secretários estaduais e municipais responsáveis pelas pastas referentes a áreas semelhantes a dos ministérios. Os executivos de todas as três esferas de governo são eleitos por mandatos de quatro anos para cuidar dos principais interesses coletivos e administrar o uso de dinheiro público.

O poder judiciário aplica, interpreta e julga as leis quanto ao seu cumprimento, intervindo oficialmente em casos de algo ilegal, que fere as leis judiciais e constitucionais, elaboradas pelo legislativo e aplicadas pelo executivo. É o órgão do Estado responsável pela administração da justiça, composto com juízes, desembargadores e promotores de justiça. É composto pelo Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais do trabalho e Tribunais Militares, cada qual trata de diferentes questões como militares, civis, trabalhistas, eleitorais, penais. Não são eleitos pelo voto popular como nos Poderes Executivo e Legislativo, sendo indicados pelo Presidente da República, governadores, conforme versa a Constituição Federal e a Lei da Magistratura Nacional. Dentre os magistrados, somente os juízes assumem os cargos por meio de concurso público de provas e títulos.

O Poder Legislativo é responsável por elaborar as leis que regem toda dinâmica da “ordem societária” ditando normas escritas para todo assunto que envolve a vida comunitária, ou seja, tudo que faz parte da vida plural como as Instituições públicas precisam ter normas que as sustentem na sociedade, fazendo parte de uma estrutura que o sistema econômico se fundamenta. A maior lei de um país é sua Constituição Federal.

No Brasil, a mais recente, denominada também Carta Magna, foi em 1988, considerada Constituição cidadã devido seu processo de elaboração ter sido mais democrático por conta de maior manifestação popular no pós-ditadura (BRASIL, 2015a). Os legisladores também são eleitos pelo voto popular para mandatos de quatro anos, sendo que em nível nacional vota-se a composição do Congresso Nacional, para o cargo de Senadores (as) e de Deputados (as) Federais.

No âmbito estadual, são os deputados (as) estaduais que são eleitos (as) para legislar na Câmara dos Deputados e no município elegem-se para a Câmara Municipal, os (as) vereadores (as) todos (as) por quatro anos, cada um concomitante com o executivo correspondente. Ao longo da história do Estado, criaram-se inúmeras leis além da sua máxima que é a Constituição.

Existem outras leis menores que respondem por legislação específica que são direcionadas a setores como a economia, a educação, a área social, as minas e energia, a saúde, a agropecuária e o no caso de maior interesse deste estudo, o trabalho. A seguir estará a apresentação da Lei federal de nº 10.097/2000 que é referente à aprendizagem e seus comentários para melhor entendimento desse estudo.

## **2.2 A legislação para inserção de adolescentes ao trabalho formal**

O direito ao trabalho está garantido para adolescentes por meio de legislação específica como a Lei da Aprendizagem, nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000 na sua íntegra, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2004), em seus artigos de 60 a 69, a Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013a) - Estatuto da Juventude, em seus artigos de 14 a 16, bem como estão assegurados em legislações maiores como a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, em seu art. 6º e a Consolidação das leis trabalhistas, CLT, pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943), em seu artigo 428 alterado pela Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005b). Neste último decreto ficou definida a idade para jovem aprendiz de 14 a 24 anos, não tendo limitação de idade quando se tratar de pessoa com deficiência.

O direito ao trabalho está dentre os direitos sociais, exposto no art. 6º da Constituição, onde constam quais são, “[...] a educação, saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Destacam-se também os artigos que registram o dever de assegurar o direito de profissionalização de adolescentes, primeiramente na Constituição Federal:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao *adolescente* e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à *profissionalização*, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e *opressão*. (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Como também no Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art.4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004, p. 8).

A faixa etária deste estudo é de 16 a 18 anos onde o termo adolescente é priorizado, seguindo o ECA, em seu art. 2º- “[...] adolescente é aquela (pessoa) entre doze e dezoito anos de idade”, apesar da Lei de Aprendizagem contemplar jovens de até 24 anos, idade definida pelo art. 2º do Decreto nº 5.498/2005 que regulamenta a contratação de aprendizes.

A iniciação no mundo do trabalho formal se dá por contrato de trabalho com registro em carteira assinada admitido (a) por meio de alguma instituição formadora que lhe forneça curso de aprendizado teórico e supervisão da prática de trabalho.

A vigência deste contrato poderá ser de até dois anos com carga horária de no máximo seis horas diárias, devido a essa periodicidade de admissão que a Rede Cidadã contrata jovens até 22 anos. Nesse contrato registrado em carteira de trabalho estão garantidos seus direitos trabalhistas de 13º salário e férias, as quais não poderão ser durante do semestre letivo.

É exigência também para trabalhar como jovem aprendiz estar estudando ou ter concluído o ensino médio regular. Este universo se descortina com o aprendizado prático de usufruto de direitos vindo associado com o cumprimento de deveres, respeitados seus limites de idade para o desempenho de atividades, sendo considerado (a) adolescente, conforme o artigo 6º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “como pessoas em desenvolvimento”.

### 2.2.1 A aplicabilidade da Lei Federal nº 10.097/2000 sobre aprendizagem

Abaixo, será descrita e comentada a aplicabilidade dos pontos principais da Lei da Aprendizagem, de nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000 que altera

dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, sendo excluídos dispositivos revogados.

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art.402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos". (BRASIL, 2000).

O art. 402 fixa idade mínima de 14 anos para o trabalho em condição de aprendiz e até 18 anos para atingir a maioridade. Já complementando no dado seguinte, "Art. 403 É proibido qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (BRASIL, 2000).

A condição de aprendiz é a única via legal de adolescentes de 14 a 16 anos trabalharem formalmente e uma das poucas possibilidades de adolescentes se inserirem no mundo do trabalho formal, pois são restritas as vagas para admissão nesta faixa etária até a maioridade. Existem ocasiões em que é permitida legalmente a admissão de adolescentes em serviços administrativos com acompanhamento contínuo de um adulto que seja superior imediato, porém no cotidiano do mundo do trabalho há a dificuldade de encontrar pessoas que tenham tolerância a esse processo de aprendizado de adolescentes que exercem um trabalho recente.

Informalmente vários (as) adolescentes iniciam nesta, ou antes, desta idade, trabalhos esporádicos para acréscimo de renda familiar como alternativa de sobrevivência num mundo que não lhes oferece uma condição de vida que possam ter uma formação profissional qualificada para alcançarem oportunidades melhores na divisão técnica do trabalho. Há que serem valorizados também projetos sociais que desenvolvam ações educativas que lhes tragam conhecimento para além da necessidade primária e acolham adolescentes desta faixa etária como alternativa de evitar o envolvimento na dependência química ou em serviços com maior risco e exploração física e mental conforme impedimento na lei, mas às vezes executados com esses riscos. Igualmente necessário incrementar a fiscalização quanto à inserção de adolescentes no trabalho formal que comprovadamente é falha.

A escrita em termos legais pede um pouco mais de efetivação no dia a dia, como previsto para adolescentes trabalhadores (as). Apesar do termo oficial ainda ser "menor", trazendo a desvalorização costumeira para com a criança e adolescentes no Brasil, perpetuando o preconceito para com os pobres que

necessitam buscar uma atividade trabalhista. No artigo 403 da Lei da Aprendizagem no Parágrafo Único tem o texto que protege o (a) adolescente de riscos à sua condição de pessoa em desenvolvimento, transcrito a seguir, “O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.” (BRASIL, 2000).

Vem corroborar nestes termos o art. 67 do ECA que versa sobre essa pauta,

Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vetado o trabalho:

I- noturno realizado entre 22 horas de um dia e cinco horas do dia seguinte;

II- perigoso insalubre ou penoso;

III- realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV- realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (BRASIL, 2004).

Por sua vez, o artigo da Lei da Aprendizagem versa sobre essa pauta:

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (BRASIL, 2000).

Conforme o Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), que regulamenta a contratação de aprendizes para o trabalho formal de pessoas com idade de 14 a 24 anos em seu Art. 2º, “Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.” Em casos de pessoas com deficiência, pode-se ultrapassar essa faixa etária como define o Parágrafo único. “A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.” A contratação de pessoas com deficiência depende da existência de profissional qualificado na área educacional para poder acompanhá-la tanto na empresa como no curso de formação, o que não é possível momentaneamente por meio da Rede Cidadã por não possuir esse (a) profissional na sede em Passos.

O contrato formal entre a empresa empregadora e a instituição social é um instrumento importante para se definir os termos do convênio dando maior credibilidade na efetivação de seus direitos, no § 1º do artigo 428 da Lei nº 10.097 encontra-se algumas exigências:

A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2000).

Um comentário que se faz presente é que não há na prática um vínculo estreito entre escola/família/instituição, porém há intervenções especiais quando a circunstância requer. Na maioria das vezes, o (a) adolescente apresenta declaração de frequência escolar conforme obriga a lei, inclusive a falta dessa comprovação é um dos poucos fatores que é motivo de desligamento do jovem do programa. Ressalta-se que entre eles há os que já concluíram o ensino médio, nível máximo exigido, isentando-os de qualquer obrigação em continuar com a escolaridade.

Sabendo informalmente em contatos anteriores com adolescente e coordenadora da Rede, que todos os (as) adolescentes contratados recebem dentro desse parâmetro da Lei da Aprendizagem, podendo ser descontado em sua folha de pagamento apenas a contribuição da previdência social, confirma-se no "§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (BRASIL, 2000).

Os contratos de trabalho por meio da Rede Cidadã são assinados por 16 meses, salvo os contratos no setor bancário, que são por dois anos solicitando que sejam para adolescentes com meio salário mínimo per capita e menores de 16 anos, sendo admitidos na condição de aprendiz, conforme o "§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (BRASIL, 2000).

O acompanhamento do (a) adolescente quanto à "§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho" (BRASIL, 2000), sendo que tanto no ambiente de trabalho como no curso realizado na UEMG contemplam esse inciso por estar no seu planejamento a previsão de todo percurso que os (as) adolescentes passarão, tanto na empresa onde é definida uma pessoa responsável

pelo (a) jovem contratado (a) para acompanhá-lo (a) em seu desempenho, como durante o curso ministrado na Rede Cidadã. Já não é praticado o contrato de trabalho de adolescentes seguindo a porcentagem exigida na lei:

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (BRASIL, 2000).

As empresas privadas contribuem financeiramente de maneira compulsória para o Sistema "S" para que seja possível a realização de cursos metódicos de preparação de jovens para o trabalho formal por meio de órgãos como o Serviço Social da Indústria, Sesi, Senai por exemplo. Na prática cotidiana não existe nem cursos nem vagas suficientes para admissões de jovens pelas empresas em potencial de empregabilidade. Visto que falhas existem na efetivação dessa exigência deixando a desejar pela insuficiência de fiscalização de todos que não a cumprem e ficam impunes. Algumas até optam por receber notificação e à posteriori preferem ser multadas.

Ainda no conteúdo do mesmo artigo 429, está posto no "§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional (AC)" e também "§ 1º As frações de unidade, no cálculo da porcentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz (NR)." (BRASIL, 2000).

Dado a clareza nos textos anteriores, não há que se acrescentar muito sobre esse caput, a não ser reforçar que quando a porcentagem resulta em 2,3, por exemplo, há que se contratarem três jovens aprendizes.

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica. (BRASIL, 2000).

No artigo anterior há a previsão de que na falta de oportunidade de curso e contrato de trabalho por meio do sistema "S", o qual é prioritário no oferecimento de vagas, podem-se empregar adolescentes e jovens por outras instituições, como:

- I - Escolas Técnicas de Educação;
- II - entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2000).

Para adolescentes da cidade de Passos/MG existem cursos no Sesi local, especialmente para vagas de trabalho na indústria têxtil. Não havendo vagas nesta área nem cursos de outra área (administrativa e bancária) as vagas de trabalho formal saem do âmbito desses serviços. A possibilidade de se contratar jovem aprendiz por meio da Rede Cidadã vem crescendo na medida em que divulga seu trabalho ou as empresas recebem notificação para cumprirem a Lei de Aprendizagem, no artigo 430 sendo passível de multa seu descumprimento.

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. (BRASIL, 2000).

Ressalta-se que aqui é que se baseia o encaminhamento de adolescentes ao mundo do trabalho por meio da Rede Cidadã por estar apta para tal contratação prestando esse serviço com qualidade e credibilidade no desenvolvimento de seu trabalho. Observa-se que não é visto como prioridade pelos empresários locais, abrindo vagas de emprego somente se preocupando em sofrer multas ou até o extremo de preferi-la, ciente que será rara.

Como é definido o período em que o (a) adolescente permanece em seu primeiro trabalho formal, é previsto no § 2º que “Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.” (BRASIL, 2000). Está dentro do planejamento da Rede a preparação para o encerramento dessa etapa para cada jovem disponibilizando um certificado de conclusão de curso registrando a qualificação de todos (as) que cumprem todo o contrato.

Na entrevista, não foi abordada a questão referente ao parágrafo seguinte: “§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo.” (BRASIL, 2000). Como a Rede Cidadã possui sua sede principal em Belo Horizonte, foi encaminhado e-mail para saber sobre o assunto e vindo resposta da gerência de aprendizagem por meio do setor de Marketing e comunicação que “[...] entidades formadoras são avaliadas e

fiscalizadas apenas pelo Ministério do Trabalho, [...]” se disponibilizando caso necessário esclarecer ainda alguma dúvida, dando o entendimento que a instituição é fiscalizada no geral por meio de sua matriz (VIEIRA, 2017).

A seguir, artigo esclarecendo a não vinculação do emprego, ou seja, é vigente conforme o contrato acordado entre as partes.

Art. 431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. (BRASIL, 2000).

Nem sempre acontece a efetivação do segundo emprego formal automaticamente após o término do contrato por meio da Rede e não é garantida sua permanência onde teve a experiência de ser jovem aprendiz, mas sem dúvida essa fase é válida para se inserir no mundo do trabalho e talvez não mais sair dela, o que dependerá de surgimento de oportunidades geradas também pela conjuntura econômica.

Ora qualificado (a), não só por essa primeira experiência irá continuar buscando oportunidades de trabalho com um diferencial entre alguns jovens que não tiveram esse aprendizado.

Contado com outra averiguação na prática, sendo o "Art. 432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (BRASIL, 2000). Todos (as) contratados (as) pela Rede Cidadã trabalham de segunda à sexta de quatro a seis horas diárias. Cumprem no máximo 30 horas semanais, inclusas as horas que estão na UEMG para formação humana, sem prejuízo substancial aos estudos regulares, apesar de haver comentários entre adolescentes sobre o trabalho gerar mais cansaço sem esquecer-se da questão sobre a qualidade do ensino cursado. Tem também alguns outros casos, lembrando o que prevê:

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. (BRASIL, 2000).

Como há poucos (as) adolescentes sem estudos por estarem no Ensino Fundamental, Médio ou Superior, a maioria segue a carga horária anteriormente citada.

Quanto à rescisão de contrato, está prevista na Lei de Aprendizagem em seu Art. 433 que o contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

- I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
- II – falta disciplinar grave;
- III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
- IV – a pedido do aprendiz. (BRASIL, 2000).

Segundo a coordenadora da Rede Cidadã houve alguns desligamentos motivados pelo pedido da empresa conveniada não estar satisfeita com o desempenho do (a) adolescente. Já quanto à falta grave não foi detectado nenhum registro ou comentário sobre isso. Diferentemente da aplicação do item III quanto à reprovação ligada à frequência na Escola, sendo que infelizmente houve um desligamento por esse motivo mesmo com advertências e ou orientações para se evitar tanto o desligamento quanto a evasão escolar. Há também a possibilidade mais comum quanto ao desligamento motivado pelo pedido do (a) contratado (a), pois sempre foi respeitado seu desejo, apesar de que acontece em caso esporádico visto a provisoriedade do contrato, por exemplo, mudança de município do (a) adolescente ou outra oportunidade ligada ao trabalho e estudo, sobretudo superior, lembrando que a Rede Cidadã admite jovens até 22 anos para um contrato de no máximo dois anos, respeitando o limite de idade desta Lei.

Destaca-se uma alteração referente ao Art. 2º da Lei nº 10.097/2000 quanto ao § 7º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passando a vigorar acrescido do seguinte texto: “Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo, reduzida para dois por cento.” Se tratando do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sendo depositado mensalmente para o (a) adolescente o valor de 2% de seu salário para ser retirado na rescisão de contrato ou permanecer em sua conta até resgate futuro (BRASIL, 2000).

Informações complementadas pela coordenadora da Rede, a qual falou relativa à sua prática. Há avanços legais que beiram o contentamento quando se envolve num mundo cheio de realizações e expectativas, mas também se trata de um mundo de diferenciação para a classe trabalhadora que mais se disponibiliza ao trabalho em seus primeiros anos de adolescência, estando os (as) adolescentes pobres mais vulneráveis a essa exploração sem melhores perspectivas de vida.

A questão do trabalho formal para os (as) próprios (as) adolescentes se mostrou um motivo de satisfação na realização dessa experiência inaugural em sua vida trabalhista. Foram encontrados (as) vários (as) adolescentes que se sentem aliviados (as) por conseguirem ocupar esse espaço que lhes trará rendimento financeiro e contentamento também aos seus responsáveis por significar um acréscimo de renda, nem que for apenas para o (a) adolescente, que está na faixa etária que não o (a) coloca em condição de exigir melhores salários ou maior acesso a direitos conforme sua restrição de idade, experiência e condição socioeconômica.

## **CAPÍTULO 3 O TERCEIRO SETOR E A EMPREGABILIDADE JOVEM**

### 3.1 O espaço ocupado pelo Terceiro Setor

O terreno em que o Estado habita, pode ser compartilhado com outros desde que não interfira em sua estrutura de poder e assuma atividades que possam fortalecer um segmento fragilizado, como exemplo, o meio ambiente, a mulher, a criança, o homem, o (a) adolescente, os animais, o (a) idoso (a), afetados em determinados aspectos, como a violência, o desemprego, a fome, a doença, e outros agravantes que assolam a realidade global. O Terceiro Setor surge para participar desses embates cotidianos em conjunto com os dois setores, explicitados a seguir por Simões (2009, p. 447), primeiramente descrevendo o Estado.

O primeiro setor, segundo os teóricos do desenvolvimento social privado, é o conjunto das atividades do Estado considerado essenciais ao interesse público e de sua exclusiva responsabilidade, como a administração da justiça, e elaboração e aprovação das leis e o poder de polícia. Corresponde com algumas diferenças e exceções, aos entes da administração pública direta. (SIMÕES, 2009, p. 447).

Continua o autor discorrendo sobre essa pauta na tentativa de detalhar a ocupação desse espaço, sendo apresentando a seguir:

O segundo setor é o da sociedade civil, concebido pelo conjunto das atividades privadas, com finalidades estritamente particulares, da indústria, comércio, bancos, agronegócios, clubes, escolas, sindicatos, cooperativas, associações e uma infinidade de serviços em geral; cujo núcleo central são as empresas e os trabalhadores e inúmeras atividades, inclusive sem fins lucrativos, mas cuja natureza não afeta necessariamente, ao interesse público. (SIMÕES, 2009, p. 447).

O terceiro setor é bem diversificado em sua composição e tem descrições diferenciadas entre autores da temática. É sabido que surge num momento de amadurecimento da sociedade capitalista ocupando um espaço de intermediação de serviços institucionalizados reconhecidos pelos outros setores.

A ideia de um “terceiro setor” supõe um “primeiro” e um “segundo” e nesta medida faz referência ao Estado e ao mercado. A referência, no entanto, é indireta, obtida pela negação- “nem governamental, nem lucrativo”. Em termos explícitos e positivos, o conceito designa simplesmente um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público. Enquanto a noção de uma “sociedade civil” coloca-nos numa posição complementar e sistêmica ao estado, a ideia de um “terceiro” orienta a reflexão para outras direções, sem fronteiras definidas. (ARANTES, 1994, p. 87).

O termo “terceiro setor” surge em 1978 por John Rockefeller III e chega ao Brasil por um funcionário da Fundação Roberto Marinho (MONTAÑO, 2002). Esse termo, apesar das diferenças territoriais, não é utilizado somente no Brasil, como complementa autora a seguir.

Terceiro setor, traduzido do termo inglês *third sector*, abrange uma diversidade de organizações e iniciativas privadas produtoras de bens e serviços públicos. O ponto comum dessas organizações é a ênfase no social, no bem público. (LAVOURA, 2003, p. 31).

Entender a setorialização constituída não anula a importância da compreensão de totalidade do movimento da estrutura social do sistema capitalista gerador dessa realidade de restringir a setores determinados suas ocupações e responsabilidades. Sobre o mesmo assunto, Montaño (2002, p. 53) expõe que:

[...] o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”), a sociedade civil (“terceiro setor”), recorte este, claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade atual. Como se o “político” fosse a esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.

Atualmente se vive um Estado mínimo de direitos e máximo de deveres estando condizente com a direção neoliberal no processo histórico de evasão de responsabilidade com a vida cotidiana de pessoas pobres que sequer alcançam sua cidadania. Trava-se um debate de difícil consenso quanto à determinação do setor responsável a assumir o que Montaño denomina as “sequelas da questão social”, estando principalmente os dois primeiros setores apartados da responsabilidade de efetivar políticas sociais, as quais se apresentam abandonadas, como se fosse um terreno sem dono ou um filho sem o reconhecimento de paternidade.

A ideia de um mesmo território onde pudesse distribuir em partes a responsabilidade de gestão da coisa pública e privada traz a impressão de diminuir a responsabilidade que o governo teria frente ao social. Assiste-se o episódio da instalação do Estado mínimo de desresponsabilização para com as questões que não geram lucro. “Atualmente, muitos governos adotam o ‘Estado mínimo’, ou seja, cada vez mais o Estado se desresponsabiliza diante das necessidades sociais, abrindo espaço para a intervenção da sociedade civil ou privatização de serviços.” (LAVOURA, 2003, p. 32).

Fato é que o neoliberalismo é a melhor alternativa de sobrevivência econômica e política que se apresenta ao Estado capitalista atual, o qual não assume compromissos com questões sociais considerando o povo como massa de manobra materializada em estatísticas para pesar no pleito eleitoral.

Importante lembrar que tudo que está posto é resultado de acontecimentos provocados historicamente por atores com interesses antagônicos. No Brasil, o histórico de manifestações populares data da mais remota época em que militantes iam às ruas contra ações governamentais arbitrárias.

Desde o Brasil colônia, com a cobrança de impostos abusivos, trazendo com esse exemplo a certeza de que nada se revertia em prol da população local, na história não há coincidências. Assim crescia a ciência do poder da união de pessoas convergindo sua atenção para alguma lacuna esquecida dentro os direitos sociais, instituídos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, sendo eles, “[...] a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos deSAMParados, na forma desta Constituição.”

Diante da diversidade de reivindicações, registram-se manifestações que abarcavam tanto problemas atingindo pequenos grupos de vizinhos até grupo de guerrilheiros que ocupavam um espaço heterogêneo com influência internacional, que se destacaram e ficaram conhecidos como movimentos sociais, Gohn (2003), estudiosa sobre o tema, traz uma definição desses movimentos. Segue a seguir o seu entendimento, de maneira clara, para a significação de movimentos sociais.

Ações sociais coletivas de caráter sócio político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações) e até as pressões indiretas. (GOHN, 2003, p. 13).

O movimento social foi ganhando presença no cenário nacional em diversos momentos, seja quando estudantes e professores universitários reagiam em oposição ao regime militar nos anos de 1970 ou quando na década 1980 as donas de casa se mobilizaram contra a carestia provocada por medidas governamentais.

Trata-se de ações planejadas coletivamente entre pessoas com objetivos comuns motivadas por preocupações que vão além da sobrevivência material e que

se unem ao redor de uma causa coletiva. Os movimentos sociais foram construídos na informalidade avançando sua organização por causas relativas às questões humanas principalmente ligadas a direitos violados provocando comoção como o agravamento da fome, a violência doméstica, a proteção aos animais e ao meio ambiente.

Os movimentos sociais fazem parte de modo constante na vida em sociedade. Gohn (2003, p. 13) assinala que “[...] na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão.” Continuaram a sobreviver e a se multiplicar pela diversidade de temas a serem defendidos dentro da democracia, apesar do poder policial e repressor sempre presente em obediência aos seus mandatários preservando “a ordem e progresso”. Os movimentos populares se apresentaram à sociedade como um convite para sair do imobilismo social. A autora continua ensinando em Gohn (2003, p. 14) que “[...] as Ongs cidadãs nascem e crescem referidas ao campo das associações e dos movimentos populares.”

Surgiram formas diferentes de protestar ou aderir ao sistema capitalista brasileiro, existindo o agrupamento de pessoas na busca de adeptos num mesmo objetivo sem nenhum investimento de bens materiais, como nas associações, onde ninguém faz doação patrimonial.

As associações diferem-se conforme a natureza dos interesses que visam satisfazer, podendo ser classificadas em fechadas, que visam os interesses restritos de seus associados como os sindicatos, e as abertas, que visam à satisfação do público em geral ou parcela da população em determinadas condições como beneficiar crianças em tratamento oncológico, tendo suas atividades reconhecidas de interesse público, sendo todas consideradas sociedades sem fins lucrativos. Atualmente no novo código civil, o termo associação adquiriu sentido estrito, aplicado às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, constituídas de filiados e associados. Definem-se como uniões de pessoas, denominadas de sócios ou filiados, entre as quais não há direitos e obrigações recíprocos. Além do patrimônio, tem sua receita proveniente das contribuições associativas, doações, legados e em algum caso, subvenções de órgãos públicos ou privados estritamente vinculadas aos seus objetivos sociais (SIMÕES, 2009).

Há também outro modelo de organização, onde se prima pela união de recursos físicos dentro da sociedade civil em torno duma questão a ser priorizada,

como a educação, por exemplo. Trata-se das Fundações, onde seus componentes doam um patrimônio inicial como prédio ou terreno para fundar nominalmente essa organização com a finalidade pública de interesses coletivos que se propuseram.

A fundação (art.62 a 69 e 2.031 CC) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, instituída por pessoa particular ou pelo estado, denominado de instituidor, mediante uma dotação especial de bens de serviços, que ficam vinculados a uma determinada finalidade, por meio de lei, escritura pública ou testamento. O Instituidor, além de especificar o fim a que se destina, pode também estabelecer a forma de sua administração. Esta finalidade somente poderá ser religiosa, moral, cultural, ou de assistência. (RAFAEL, 1997 apud SIMÕES, 2009, p. 401).

Grandes Fundações se firmaram com apoio do primeiro e segundo setor para manter esse patrimônio adquirindo um caráter social, visto a exigência de não se obter lucro, porém sem deixar de atender o mercado financeiro em sua competência institucional, seja por meio de empresas, bancos e/ou redes de lojas.

Concomitante a essas diferenciações existentes até hoje, com as atualizações legais, a dinâmica dos movimentos populares que ocupava espaços abertos buscando a liberdade de expressão foi se modificando. As manifestações nas ruas tinham entre si a semelhança de se rebelar por pautas específicas como questões ligadas à discriminação de gênero ou etnia. Aos poucos foram substituídas para organizações que se reuniam em locais fixos que poderiam abrigar fisicamente sua causa e reduziram-se como movimentos sociais que publicamente preenchem as vias públicas.

A diminuição dos movimentos sociais foi proporcional ao crescimento e surgimento de redes de Organizações Não – Governamentais voltadas para o trabalho em parceria com as populações pobres ou fora do mercado formal de trabalho. (GOHN, 2003, p. 12).

Com isso instalou-se uma organização diferente. Cresce sua força ao inquietar o país e o mundo adquirindo materialidade nas lutas de classe frente às “sequelas da questão social”, porém sem afetar as bases da estrutura capitalista, pois os movimentos sociais foram se fragmentando e começaram a sobreviver de recursos humanos e financeiros próprios e estatais, sendo incentivado o voluntariado e doações, que não interferem na estrutura do sistema econômico que tem o escopo da produção capitalista que visa exclusivamente o lucro. “As lideranças destes últimos refluíram, e os movimentos desmobilizaram-se. Mas as

assessorias, por meio das Ongs, sobreviveram. Eu diria mesmo que, nestes casos, as Ongs passaram a substituir os movimentos.” (GOHN, 2003, p. 62).

O movimento adquiriu a possibilidade de ter uma rotina com agenda de lutas e ritmos de trabalho diferenciado respeitando as exigências legais e burocráticas que se faziam presentes para disciplinar sua existência e institucionalizar o nascimento das organizações não (exclusivamente) governamentais.

As organizações são institucionalizadas, os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver, e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não, eles têm fluxo e refluxo, não são exatamente estruturas funcionais. (GOHN, 2003, p. 49).

A sociedade civil organizada não é composta somente da classe trabalhadora, entendendo assim, que as Organizações não Governamentais, (ONGs), tiveram um envolvimento de todos os setores com sua concretização para institucionalizar movimentos populares de lutas coletivas de cunho político, econômico e cultural e ao mesmo tempo discipliná-los.

A expressão ONG foi criada na década de 40 para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”. (GOHN, 2003, p. 53).

A ideia de sociedade civil organizada com apoio estatal era tão boa que tiveram incentivo financeiro governamental, como foi o caso da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada pela então primeira dama do Brasil, Darcy Vargas em 1942, para angariar fundos com finalidade de enviar gentilezas (cigarros, chocolates, material de higiene pessoal) aos militares brasileiros que eram combatentes do Exército na Segunda Grande Guerra Mundial, os pracinhas.

Por outro lado, iniciou-se sua concretude enquanto a sociedade civil experimentava se organizar e ocupar espaços que se encontravam vagos anteriormente, como exemplo a situação de “menores abandonados”, pois, conforme sinaliza Gohn (2003, p. 63), “[...] no setor de apoio aos menores e adolescentes encontra-se o maior número de ONGs de base local, nacional.”

Apesar da controvérsia, as Ongs também fortaleceram a união dos brasileiros de maneira crescente resistindo às mudanças que estancavam a nação e seus

habitantes na repressão de direitos sociais e políticos na era do regime militar. Lembra Gohn (2003, p. 60) que, “[...] a origem das modernas Ongs brasileiras é diversa. Temos várias entidades criadas a partir de grupos de assessorias a movimentos sociais populares urbanos.” As Ongs geralmente estão à frente de causas humanistas e estão mais ligadas às ações benemerentes que não ameaçam a estrutura do sistema capitalista, hoje já se faz presente no terreno brasileiro há várias décadas.

Em 30 de junho de 1999, o Decreto nº 3.100 (BRASIL, 1999a), regulamentou a Lei nº 9.790 (BRASIL, 1999b), que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos como Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Por esta lei, podem ser qualificadas as organizações que realizam: promoção e assistência social, promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção da educação; promoção gratuita da saúde, promoção da segurança alimentar e nutricional, defesa e preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento, promoção do voluntariado, do desenvolvimento econômico, social e combate a pobreza, experimentação não lucrativa, promoção e construção de direitos, de novos meios de produção, promoção da ética e paz, da cidadania e outros valores universais e estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias alternativas bem como a divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos.

O fortalecimento das organizações não governamentais representa o resultado das reações frente às mudanças provocadas pela instabilidade do sistema com suas políticas conjunturais. Informa Gohn (2003, p. 62) que “[...] no Brasil dos anos 1990 temos ONGS cidadãos de todos os tipos e tamanhos.”

O recrudescimento do poder militar no Brasil contribuiu para que se acirrasse a aglutinação de ideias e pessoas dando visibilidade às reivindicações emergentes na época e que se fazem ainda hoje necessárias no cotidiano brasileiro, uma maior atenção à política de atendimento da saúde e educação, por exemplo, bem como a necessidade de ações contínuas e de qualidade para todas as políticas públicas.

Concomitante com sua materialidade no plano físico e ideológico teve seu fortalecimento em número crescente, favorecendo a criação da Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong). Estão agrupadas, em sua grande maioria, neste universo mesclado de instituições com finalidades diferentes, porém com semelhanças em seu formato.

Segundo Gohn, (2003, p. 63) “[...] o número de Ongs no Brasil é uma grande incógnita devido a não precisão de seu perfil e à inclusão de entidades diferentes sob a mesma rubrica.”

Dentro da dúvida da estatística, há uma certeza de que existem e resistem às dificuldades vividas como organizações, hoje com nova nomenclatura devido à legislação destinada às instituições sociais que traz novas exigências para sua manutenção. A saber,

[...] a Lei 13.204 de 14 de dezembro de 2015 (BRASIL, 2015a), alterou-se a Lei 13.019 e o prazo para entrar em vigor o novo Marco Regulatório foi dia 23 de janeiro de 2016. A lei passa a valer para parcerias celebradas entre a União e OSC e Estado e OSC. Em relação às parcerias com os municípios e organizações, a lei entra em vigor somente em 1º de janeiro de 2017. (SOUZA, C. S. F., 2016, p. 39).

Dentre seus pormenores que não são cabíveis neste trabalho, a nova legislação dispõe sobre as organizações sociais, que Claudia Souza (2016, p. 38) alerta quanto “[...] as nomenclaturas ONG e OSCIP, pela nova lei, passam a ser conhecidas como OSC – Organização da Sociedade Civil.”

As organizações da sociedade civil, antes denominadas ONGs e OSCIPs, hoje as OSC estão presentes nas mais diversas áreas que afetam a vida humana, dentre elas há algumas ligadas ao trabalho e geração de renda. Dada a importância do trabalho na vida das pessoas, é imprescindível garantir direitos já acordados no histórico da classe trabalhadora. Mas não esperemos mudar radicalmente o curso dessa história de exploração no mundo do trabalho, quiçá vêm colaborar para aumento da precarização dessas atividades trabalhistas camufladas de boas oportunidades.

Faz-se necessário evitar perdas reais na atualidade e conhecer melhor as opções existentes nesse direcionamento, sobretudo valorizando alternativas que potencializam a inserção no mundo do trabalho, mesmo diante de sua precarização.

Há inúmeras organizações da sociedade civil, as OSCs, que atuam como Instituições sociais do Terceiro Setor no Brasil e algumas são específicas para unir recursos fortalecendo ações ligadas ao mundo do trabalho, as que se dedicam às atividades que viabilizam o primeiro trabalho formal para o (a) adolescente.

Pautada anteriormente pela Lei nº 9.790/1999 e hoje pela Lei nº 13.204 (BRASIL, 2014), as organizações sociais se subordinam às questões legais de tendência a adequação no modelo capitalista gerando inclusive oportunidades de emprego inculcando um ar de inovação e de autonomia com empreendedores gerando benefícios aos usuários desses serviços, apesar de que restrito se comparado com as manifestações populares traduzindo as indignações expostas nas vias públicas para ganhar visibilidade em forma de protesto, porém amplia a abrangência necessária de alcançar seus objetivos. Hoje com a oficialização dessas instituições pode-se afirmar que houve uma canalização de reivindicações de modo a controlar os passos e as vozes mais militantes e conter um avanço para nova ordem societária.

As organizações sociais (sejam a terminologia que adquirirem) estão na vertente da estrutura capitalista, mas algumas estão na tentativa de provocar uma mudança na vida pessoal com uma experiência de trabalho que irá lhe proporcionar uma melhora de vida no sentido material e imaterial.

Ativar o pensamento, adquirir conhecimento e planejar ação em um movimento pode ser uma alternativa de modo coletivo que se resulte em transformação da realidade em que se vive a injustiça a todo o momento e de inúmeras formas.

Cabe constantemente encontrarmos caminhos para concretizá-la. Atualmente existem algumas opções de se envolver com um mundo a procura de ações que chegam nesse caminho de rejeição à permanência de um sistema excludente. Há possibilidade de agir enquanto incluída em oportunidades inovadoras, como as redes sociais e outros recursos informacionais, necessários de seletividade dos usuários para qualificar esse direcionamento contemporâneo. Gohn (2010, p. 13) ressalta que “Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.”

O mundo pode oferecer suas inovações e quiçá um dia seja um acesso universal a toda pessoa humana podendo usufruir os resultados dessa construção mediante as necessidades conjunturais. A busca por avançar nessa caminhada é constante e nessa continuidade é imprescindível reconhecer alguns encontros de ideias e sua concretização, como é o interesse desta pesquisa investigar sobre a inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal e dinamizar a discussão

sobre as dificuldades de concretizá-la. Adolescentes, assim como toda pessoa humana, são subordinados (as) à legislação específica para sua iniciação ao mundo do trabalho havendo alguma facilitação em seu entendimento quando se conhece no cotidiano, instituições que intermediam essa oportunidade de efetivação do trabalho para adolescentes, oferecendo à parcela mínima de vagas entre milhões de interessados.

Este estudo se propõe há clarear um pouco esse caminho apresentando duas organizações sociais deste segmento, adolescentes. Essa pessoa em desenvolvimento, como é considerada (a) adolescente na atualidade, procura essa oportunidade para aprender a trabalhar enquanto ensina um modo de viver com uma energia estimulante. Sempre importante ressaltar a garra visível nesses jovens quando vão rumo aos seus desejos além das necessidades materiais, reforçando seus direitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual,

A criança e o adolescente gozam de todos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo de proteção integral de que trata esta lei assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 2004, p. 279).

Dentre milhares de OSC brasileiras destacaremos duas instituições em Passos/MG, participando do mesmo universo e que está este estudo, primeiramente a Sociedade de Assistência ao Menor de Passos, SAMP, pelo seu histórico de inserção de adolescentes no mundo do trabalho e posteriormente a Rede Cidadã, como atual viabilização do primeiro trabalho formal para adolescentes em Passos incrementando sua ação por meio da Lei nº 10.097/2000 do Jovem Aprendiz.

### **3.2 A SAMP como pioneira no trabalho com adolescentes trabalhadores**

A Sociedade de Assistência ao Menor de Passos, SAMP, é uma organização não governamental que foi fundada em 10 de abril de 1980, como associação civil de caráter assistencial para desenvolver, a princípio, atividades educativas para crianças e adolescentes. Em 1993, a SAMP obteve a concessão de cobrar estacionamento por meio da Área Azul do município, sob a Lei Municipal nº 1.883,

de 11 de outubro de 1993, acrescentando à SAMP a atividade de arrecadação que se iniciou com os garotos que desenvolviam atividades pedagógicas, que eram inscritos dos nove aos quatorzes anos de idade (CABRAL, 2018), regulamentada pelos Decretos 205/97 e 254/98 (Anexo D).

Durante os anos de 1990, os adolescentes da SAMP (só crianças e adolescentes do sexo masculino) eram chamados de “guardas mirins” e ou “SAMPinhos”. Naquela época, trabalhavam no Estacionamento da Área Azul nas ruas centrais da cidade e eram monitorados por um Policial Militar, cedido pelo 12º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, com sede em Passos.

Nessa primeira década, criou-se uma rotina institucional de realizar atividades educativas para crianças a partir de nove anos, como o reforço escolar abrangendo quatro matérias básicas, sendo elas português, matemática, geografia e história. Os “Sampinhos” eram admitidos a partir de 12 anos para Área Azul e também poderiam trabalhar posteriormente em locais do comércio ou bancário.

A cidade ainda vivia uma vida bem interiorana com clima de mais tranquilidade que atualmente e essas atividades não apresentavam perigo para os meninos que executavam esses serviços, os quais eram considerados privilegiados por pertencerem a um grupo que estava sendo assistido por uma instituição comprometida em vincular trabalho e educação para classe pobre e se usava muito o jargão de que “estavam tirando os meninos da rua”.

Trabalhavam na Área Azul, no “comércio” ou em bancos em horário comercial, desde que fosse seu contra turno da escola e no final do expediente iam diariamente para a SAMP terem uma aula de reforço escolar alternada com aula de datilografia, bem como para assinarem lista de presença e tomar um lanche ou almoçar conforme seu horário na SAMP.

A SAMP foi se adequando gradativamente com os novos direcionamentos legais após alguns anos do Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei Federal nº 8.069/1990 e modificando suas contratações juntamente com seu regimento interno. No final dessa década de 1990 que passou admitir como arrecadador de Área Azul somente adolescente a partir de dezesseis anos.

No início dos anos 2000, a SAMP continuou a encaminhar adolescentes arrecadadores da Área Azul para outro tipo de trabalho, por meio da Área de convênios, primeiramente também conhecida como Área do comércio. A SAMP mantinha convênio com empresas que ofereciam vagas para o adolescente (na

época não admitiam meninas) para prestar serviços ainda com vínculo empregatício com a SAMP. Com a ida desse arrecadador para prestação de serviços por meio desses convênios, abria-se vaga na Área Azul para outro adolescente de 16 anos. A empresa conveniada poderia permanecer com o (a) adolescente até sua maioridade. Geralmente eram encaminhados os arrecadadores que se destacavam com melhor desempenho em assiduidade, disciplina, boa média de arrecadação aliada à uma experiência de pelo menos seis meses na Área Azul e tinham por volta de 17 anos. Após completar 18 anos, poderia ser admitido pela empresa rescindindo o contrato de trabalho do adolescente com a SAMP sem fechar o convênio, abrindo a possibilidade de outro arrecadador ser encaminhado para essa oportunidade. Se não fosse admitido e ainda adolescente, voltava a ser arrecadador até completar maioridade, caso o motivo de seu retorno à SAMP não comprometesse sua permanência na arrecadação, pois eram avaliados por desempenho de função constantemente, não tendo muita chance se não fossem exemplares nos critérios supracitados para avaliação de seu trabalho e de si.

Após o ano de 2000, a SAMP iniciou admitir algumas adolescentes mediante surgimento de vaga específica, como secretária e outros serviços administrativos, não havendo vaga para arrecadadora, assim não passavam pela Área Azul e eram admitidas diretamente para Área de convênios.

A SAMP também modificou seu trabalho e o separou por horários e por faixa etária as atividades diferenciadas para cada segmento atendido, ficando estabelecendo que os (as) interessados (as) frequentassem a instituição para atividades educativas, denominando esse conjunto de ações de Área Pedagógica, com atividades diárias no turno da tarde para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos, independente do gênero. Os adolescentes da Área Azul se revezavam aos sábados para ciclos de palestras ministradas por pessoas voluntárias ligadas às várias temáticas ligadas ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania.

As (os) adolescentes da Área de convênios participavam das palestras também com menos frequência, pois alguns não eram liberados pelo convênio todos os sábados para irem até a SAMP. Eram convidados (as) aos poucos por ser realizadas no mesmo sábado as reuniões de família, nas quais a assistente social sempre estava presente, bem como era realizado atendimento individual para casos agendados que precisavam de um atendimento particular com orientação específica.

A Área de Convênios, anteriormente conhecida Área do comércio, oportunizava vagas em empresas, estabelecimentos comerciais e em órgãos governamentais, para os (as) adolescentes de 16 a 18 anos que eram contratados pela SAMP. No decorrer da sua trajetória de concessão para explorar a Área Azul, adolescentes eram admitidos (as) na SAMP para trabalharem por quatro ou oito horas diárias de segunda à sexta e quatro horas no sábado com revezamento das turmas na Área Azul e nas palestras ou mini cursos.

Caso estudassem pela manhã, trabalhavam à tarde ou se estudassem à noite, trabalhavam pela manhã, não havendo período integral. A cobrança era realizada nas áreas centrais da cidade, sendo o adolescente arrecadador da Área Azul - Estacionamento Rotativo, admitido sempre para o primeiro trabalho formal. A arrecadação foi uma atividade trabalhista reconhecida como acesso para adolescentes que buscavam sua inserção no mundo do trabalho.

Esse trabalho permaneceu numa dinâmica de empregabilidade urbana devida sua rotatividade, ressaltado que com a maioridade do adolescente e com acordo previsto entre empregador (a) e empregado (a), havia a rescisão de contrato com direitos trabalhistas previstos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, tendo direito de receber 13º salário, férias remuneradas e dias trabalhados. Muitos iam à justiça trabalhista para rescindir contrato antes da maioridade para garantir seus direitos de rescisão, pois a SAMP não fazia “acordos” e só demitia raramente aqueles com baixíssimo nível de desempenho.

Mesmo estando numa rotina que dinamizava a oportunidade de primeiro trabalho formal para adolescentes em Passos/MG, em 2010 a Diretoria da SAMP foi convocada pelo Ministério do Trabalho para comparecer na Secretaria Regional do Trabalho, onde resultaria na assinatura de um documento que cessaria a inserção de adolescentes no mundo do trabalho, a princípio para Área Azul. A partir de 2011, a SAMP foi impedida de admitir adolescente por força desse documento assinado, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que a obrigava admitir somente adultos para Área Azul.

Com essa decisão além de deixar de atender um segmento, a adolescência, diminuiu pela metade o número de admissões visto que enquanto cada adolescente trabalhava num período do dia, o adulto viria para trabalhar em período integral sendo necessário um só adulto para cobrir duas vagas de dois adolescentes que teriam de ser desligados da instituição.

Esse Termo assinado pela SAMP e Ministério do Trabalho foi motivado pelo Decreto-lei nº 6.481 de 12 de julho de 2008, que regulamenta o Decreto legislativo nº 178 de 14 de dezembro de 1999 no qual estão contidas as “piores formas de trabalho infantil”, ou seja, uma listagem de formas de trabalho prejudiciais aos menores de dezoito anos conhecida como “Lista Tip” (termo norte americano que tem o significado de “piores formas de trabalho infantil” incluindo trabalho de adolescentes). A lista “Tip” foi elaborada a partir da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 (BRASIL, 2008).

Ela proíbe toda forma de trabalho considerado prejudicial à saúde, à segurança ou à moral das crianças e adolescentes até os dezoito anos. Segundo a interpretação apresentada sobre tal listagem, a prática da arrecadação por adolescentes foi interpretada como suscetível de perigos como violência por assalto, acidentes automobilísticos, exposição por muito tempo ao sol, permanecendo em pé por tempo integral e sem locais determinados para se hidratarem e ou usarem banheiros, etc.

Assinado esse documento, determinou-se a admissão somente para adultos a partir de julho de 2010, com seis meses de transição para a demissão de todos arrecadadores.

Foi quase que anulada a possibilidade de inserção do (a) adolescente no trabalho formal por meio da SAMP. Restaram poucas chances de adolescentes entrarem no mundo do trabalho diretamente para os convênios, visto que os encaminhamentos eram realizados com mais facilidade por meio da prática da arrecadação e com isso já era direcionado conforme seu perfil analisado durante sua estada na SAMP. Por outro lado, a SAMP era referência de um trabalho com adolescentes na preparação do primeiro trabalho, trazendo assim, confiabilidade pra quem assinava convênio e admitia adolescentes.

A instituição também oportunizava alternativas de emprego formal por meio de convênios que mantinha com empresas para admissão de adolescentes, não só adolescentes da Área Azul, geralmente para cargos administrativos. Mas aos poucos perdeu essa referência de primeiro trabalho formal enquanto não mais mantinha o Estacionamento Rotativo como meio facilitador da admissão do (a) adolescente.

Após seu impedimento em 2011 de contratação direta de adolescentes para serem arrecadadores da Área Azul ou prestadores (as) de serviços nas empresas

conveniadas, a SAMP passou a priorizar o atendimento de adolescentes com idade prévia à inserção no mundo do trabalho formal, ou seja, a partir de quatorze anos, que eram admitidos com inscrições para desenvolverem atividades educativas visando sua preparação ao mundo do trabalho.

Incrementou a Área Pedagógica com projetos internos de atividades educativas para os novos interessados. Foram elaborados e ainda hoje são executados projetos que acompanham adolescentes diariamente em diversas ações com escolha de temas ligados a necessidade de crescimento pessoal e profissional. Esses projetos estão ativados com recursos próprios compartilhados com o Fundo da Infância e Adolescência (Fia) e liberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), onde está inscrita e permitida a continuidade de seu atendimento à adolescentes, tendo a instituição assumido a gestão e a prestação de contas de seus projetos, não mais com crianças como na Área Pedagógica de antes.

A SAMP continuou sendo procurada por adolescentes e familiares para inserção no mundo do trabalho, o que acontecia era a realização da inscrição e o convite para frequentarem a SAMP em seus projetos sociais e a oportunidade de trabalho ficava na pendência de encaminhamento como anteriormente, então bem mais escassos. Somente era aberta uma perspectiva com as inscrições para o primeiro emprego formal sem escoar essa demanda.

O número de adolescentes à procura de primeiro emprego era infinitamente superior às vagas surgidas esporadicamente para a SAMP. Aos poucos ficou impossibilitada de encaminhar adolescentes para alguma empresa conveniada, mesmo porque os convênios se extinguiram até meados de 2013.

Assim a SAMP já não efetivava a empregabilidade de outrora, deixando de ser a instituição de referência do primeiro emprego para adolescentes em Passos/MG. Em meados de 2013, a SAMP abriu suas portas para acolher a Rede Cidadã, sobre a qual segue o texto seguinte.

### **3.3 A Rede Cidadã e o acesso do (a) jovem ao mundo do trabalho**

A Rede Cidadã é uma organização da sociedade civil criada em 2002, em Belo Horizonte/ MG que hoje também se propõe na intermediação entre o jovem e o mundo do trabalho. A organização começou com projetos para maiores de 18 anos.

Em 2009 teve início seu trabalho em consonância com a Lei da Aprendizagem, nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que oficializa empregos para jovens de 14 a 24 anos, tendo a oportunidade de trabalho formal em condição de aprendiz.

A Rede Cidadã é uma instituição sem fins lucrativos que viabiliza convênios possibilitando vagas de trabalho formal para jovens. A concretização de sua sede em Passos/MG se deu gradativamente por aproximação com as instituições locais e regionais ligadas ao trabalho formal com jovens, inclusive com a SAMP. A Rede busca firmar convênio específico entre as empresas e órgãos governamentais em parceria com a sociedade civil e outras organizações sociais efetivando empregos para a população economicamente ativa desempregada, sobretudo para quem ainda não conhece o mundo do trabalho, inserindo adolescentes e jovens no chamado “primeiro emprego”.

Está hoje presente em mais de 46 municípios do Brasil, inclusive em Passos/MG desde 2013. Dentre seus contatos para ampliar sua abrangência, encontrou acesso para iniciar seu trabalho em parceria com a SAMP, unindo pontos em comum, de atender o (a) adolescente com vistas a sua inserção no mundo do trabalho e acompanhá-lo (a) nessa trajetória de principiante com o amparo legal.

A Rede Cidadã chegou a Passos num momento em que a SAMP já estava somente com projetos de ação educativa para adolescentes de 14 a 16 anos e sem os convênios que lhe mantinha como instituição intermediadora de primeiro trabalho formal para adolescentes.

A SAMP mantinha sua estrutura física e de recursos humanos, como o gerente administrativo, uma assistente social, uma secretária, um acadêmico e uma auxiliar de serviços gerais. Porém não era oficialmente uma instituição formadora, conforme a legislação exigente de cursos teóricos *in loco*, com programação sistemática de acordo com os cargos previstos para jovens. Pelo fato da pesquisadora ainda estar trabalhando na SAMP, foi visto que havia uma demanda reprimida sem perspectivas de emprego, dada a inexistência de convênios para atender essa demanda e sem recursos para retomar seu histórico de empregabilidade.

A Rede Cidadã necessitava de um local que lhe acolhesse como parceira e permitisse seu entrosamento na cidade, no sentido de divulgar seu trabalho com possibilidades de convênios para realizar todas as ações previstas na Lei da Aprendizagem de nº 10.097/2000, com a qual já trazia sua experiência decenal.

Uniu-se com essa proposta de dinamizar essa busca e seguir os trâmites necessários para incrementar o número de adolescentes na inserção no primeiro trabalho formal. A princípio foi contratada uma pessoa para coordenar todas as suas ações, entre visitações nos locais que poderiam oferecer vagas e a órgãos públicos que pudessem incentivar essa abertura, organização de eventos para melhor discussão do assunto com envolvidos nessa realidade, ou seja, encontrar caminhos para atualizar o método de inserção no mundo do trabalho fortalecendo as duas instituições, sendo que daí nasceu uma nova fase de geração de empregos para adolescentes com expectativas de maiores contratações.

A SAMP cedia sua estrutura física e devido sua credibilidade oferecia disponibilidade ao melhor entrosamento da Rede Cidadã na cidade, principalmente nas empresas, órgãos governamentais e ligados ao trabalho. No início passou por alguma dificuldade para firmar acordos de imediato com os locais propícios a receberem o jovem para se inserir no mundo do trabalho.

Houve a necessidade de diversos contatos pessoais e telefônicos para que a Rede Cidadã fosse conhecida em Passos e reconhecida como uma referência confiável no que se propunha. A SAMP já havia conquistado e deixado como referência esse trabalho no decorrer dos anos. Essa barreira, aceitável em todo princípio de mudança, foi diminuída com o tempo corrente e apresentou encontros entre demanda e oferta de trabalho, ambos crescentes gradativamente, porém em proporções desiguais. A demanda já se encontrava reprimida com a SAMP e as vagas surgiram aos poucos também por força legal, pois alguns locais que eram notificados tinham que cumprir a Lei nº 10.097/2000, no quesito de contratação de jovens, onde é previsto de 5% a 15% de jovens a serem empregados em empresas de qualquer natureza com quadro acima de sete funcionários.

A Rede Cidadã conta com uma relativa concorrência de outras instituições, prioritariamente as que compõem o Sistema S. Foi criado na década de 1940 um complexo de órgãos com mesmo objetivo de oferecer formação profissional para capacitar trabalhadores e prestar outros serviços ligados à educação, esporte, lazer e cultura, formando um conjunto institucional também conhecido como “Sistema S” por apresentarem o mesmo objetivo e terem a mesma inicial nas siglas. Sistema esse gerido pelo patronato, o qual contribui compulsoriamente com uma porcentagem da alíquota da folha de pagamento para manter esses serviços de

acordo com cada área de abrangência e seus recursos serem investidos com o trabalhador.

O primeiro, pioneiro, foi criado em 1942, o Serviço Social de aprendizagem industrial, Senai, interligado com a Confederação Nacional da Indústria. Posteriormente, em 1946, surgem o Serviço Social da Indústria, o Sesi também subordinado à Confederação Nacional da Indústria, o Serviço Social de Aprendizagem do Comércio, o Senac e o Serviço Social do Comércio, o Sesc, ambos sob a responsabilidade da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em 1969, foi a vez do Instituto Euvaldo Lodi, todos subordinados à Confederação Nacional da Indústria (Conai). Em 1991, criou-se o Serviço Social de Aprendizagem Rural, o Senar com o financiamento e gestão da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Desde 1993, também fazem parte desse sistema, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, o Senat e o Serviço Social de Transporte, o Sest, ambos ligados à Confederação Nacional do Transporte (CNT), a qual já tinha desde 1972, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae. Por último, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, Sescop criado em 1998, pertencente ao Sistema Cooperativista Nacional. As empresas destinam em média 1% de sua folha de pagamento ao sistema “S”, por isso são as primeiras instituições a serem procuradas a executarem cursos de formação profissional na ocasião de admissão de jovens aprendizes (REGO, 2002)

No caso de Passos existe, a instituição mais próxima e consonante com as vagas ofertadas é o Senac, pelo fato da Rede Cidadã firmar convênios com oferecimento de diversos cargos de cunho administrativo e comercial.) Os (as) adolescentes contratados trabalham em empresas conveniadas no ramo administrativo do comércio varejista e bancário, trabalhando geralmente como aprendiz de práticas bancárias e aprendiz de auxiliar administrativo. Toda atividade de trabalho que o (a) adolescente exercer deverá constar “aprendiz” em seu registro na carteira de trabalho, usando esse termo aprendiz na frente da designação do cargo constante na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Há também o Sesi na cidade proporcionando cursos ligados à indústria têxtil, haja vista a existência de várias lojas de moda de fabricação própria em Passos, concentradas na Avenida da Moda, como ficou conhecida com essa nomenclatura informal. Porém a Rede Cidadã não recebe jovens para a indústria, por ser uma

área mais específica e ter uma organização de vagas de aprendizes por meio do Sesi local realizando outros tipos de cursos como o de corte e costura, cronometrista e outros específicos desse ramo.

A Rede Cidadã de Passos desenvolve atividades temáticas por meio de módulos educativos ligados ao curso “comércio varejista” e “administrativo”, compondo um curso durante o contrato de trabalho do (a) jovem, na área bancária são dois anos, os demais, que são a maioria, tem um período de vigência de 16 meses para cada contrato pessoal.

A capacitação se inicia com uma semana de ambientação e posteriormente segue uma programação de 19 encontros de Formação Humana, 35 de capacitação profissional, 33 de capacitação final e 08 de capacitação digital, com frequência semanal concomitante com a prática do trabalho oficialmente como jovem aprendiz, ou seja, de cinco dias na semana com carga horária diária de quatro horas e um dia por semana cumpre essa mesma carga horária no curso realizado na sede da Rede Cidadã, lotado no Bloco II da Universidade Estadual de Minas Gerais-UEMG/Unidade Acadêmica de Passos. É disponibilizado na UEMG salas para serem ocupadas com as turmas que têm o curso no mesmo dia (para ministrar aulas com multimídia, informática), bem como uma sala para sua gestão em Passos.

A Rede Cidadã necessitou de um espaço maior devido o crescimento dos convênios e conseqüentemente o aumento das admissões de jovens. Em 2017 firmou convênio com 42 (quarenta e duas) empresas e manteve 246 (duzentos e quarenta e seis) contratados (as) no total, sendo 126 (cento e vinte e seis) com a idade de 16 a 18 anos, foco desta pesquisa.

A Rede Cidadã transferiu se de local de instalação, indo para Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG/Unidade Acadêmica de Passos que disponibiliza maior espaço físico, principalmente em salas de aula para os admitidos frequentarem os cursos obrigatórios vinculados ao contrato de trabalho, visto que também a SAMP necessitava de prosseguir com seu projeto social, no atendimento de adolescentes com vistas na inserção no mundo do trabalho e posteriormente a serem encaminhados como demanda à Rede Cidadã.

Com o quadro maior de jovens contratados, a Rede organizou seu trabalho de forma a permanecer na busca de convênios para firmar novos contratos de trabalho, visto que são provisórios, pois são temporários e a demanda é constante devida à

necessidade que o (a) adolescente também tem de trabalhar para sua sobrevivência.

A Rede manteve como coordenadora local a pessoa que iniciou seu trabalho em Passos, hoje está como coordenadora e admitiu uma educadora e um educador social para executarem as atividades referentes aos cursos de formação profissional. Devido os (as) jovens serem admitidos (as) em datas diferentes formam-se turmas diferenciadas de acordo com a sua data de contratação e com o respectivo módulo de aprendizagem.

A Rede Cidadã busca contribuir socialmente com mudanças na vida de adolescentes por meio da integração entre vida e trabalho como um só valor visando acrescentar recursos para investimento social e potencializar oportunidades de trabalho e renda priorizando o jovem em sua condição de aprendiz. A Rede Cidadã segue as exigências legais pertinentes à sua atuação, está inscrita nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e no da Assistência Social nas cidades que possuem sua sede.

A coordenadora local representa a Rede Cidadã para esclarecer dúvidas sobre a Instituição e a Lei da Aprendizagem, presenciando eventos ligados à temática da juventude, como Fóruns, mesas redondas, conferências. Ocupar estes espaços faz com que a Rede se aproxime mais do segmento com o qual trabalha e questões importantes podem ser desvendadas em forma de diálogos.

A Rede Cidadã potencializa a formação de redes de parcerias criando um elo entre as empresas, o Estado e as pessoas.

Os índices de empregabilidade para adolescentes são de difícil entendimento e são confusos por se apresentar em conjunto com outra faixa etária (infantil) sendo no IBGE divididos por idades entre 10 e 14 anos e 15 a 19 anos como visto anteriormente, englobando um mundo contendo crianças e adolescentes ao mesmo tempo, tornando impossível uma visibilidade de números que demonstrem a realidade para análises focadas em adolescentes.

Números difusos apresentando dificuldade frente ao melhor entendimento sobre o assunto acerca do primeiro trabalho formal, pois há registro do trabalho infantil (até 12 anos), tema que não comporta neste estudo e também sobre trabalho informal, outra temática que esta pesquisa não aborda fato que traz complexidade e se oculta a real visão quanto seus resultados específicos. Não há uma política de trabalho que gere especificamente trabalho ao adolescente, não avançamos no

sentido de investigar as vagas que provém de órgãos estatais. Algumas chances de trabalho formal surgem diretamente dos locais que empregam diretamente o (a) adolescente, pois a partir de 16 anos pode-se contratar individualmente o empregado para seu (sua) empregador (a) sem obrigatoriamente ser subordinado a Lei nº 10.097/2000 sendo possível ter sua carteira de trabalho assinado seguindo a CLT, outro foco que não pertence a esse estudo.

Pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) há inúmeros dados estatísticos mais a ação específica para um canal direto de empregabilidade aos (ás) adolescentes é invisível ou inexistente. Há iniciativas por meio de cursos profissionalizantes em escolas públicas e particulares ou equipamentos da política da assistência social de preparar adolescentes para mundo de trabalho sem garantias de formalização do trabalho em ocupação de vagas. Há também organizações que possuem projetos sociais como a SAMP posta como exemplo.

Jovem com intuito de se qualificar para trabalho formal é encontrado em maior número que o jovem que busca sua escolarização para uma profissão especializada com nível superior, concomitante a isso a uma discrepância entre o número de vagas e oportunidades para a oficialização deste trabalho para adolescentes.

### **3.4 O Percurso Metodológico**

A arte de investigar se apresenta mais definida num mundo que requer rigor científico. O passo a passo desse processo investigativo foi delimitado como um caminho a seguir para a concretização desse estudo, caminho esse também conhecido como metodologia, executada de acordo com escolhas de como conduzir seu desenvolvimento. Para cada etapa da pesquisa foi utilizado um recurso metodológico no intuito de se cumprir coerentemente o que foi proposto para o estudo do tema. Segundo afirmação de Minayo (2009a, p. 14),

Entendemos por metodologia, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui, simultaneamente, a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

A definição de um método científico é necessário para seguir com confiança uma investigação desde seu início até seu término, o que foi essencial acertar detalhes no projeto de pesquisa. No decorrer da pesquisa entende-se que seja importante a definição de todo procedimento utilizado nesta busca científica. Gil (2008, p. 8) argumenta que “[...] pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal, originado de uma intenção pessoal da pesquisadora devido à experiência pessoal e profissional numa Organização da sociedade civil, Sociedade de Assistência ao menor de Passos-SAMP, que empregava adolescentes como forma de efetivação do primeiro trabalho formal.

As questões motivadoras da investigação estão, portanto, relacionadas aos interesses do pesquisador e a contextos socialmente determinados. É fruto da inserção do pesquisador no real que, dado a sua complexidade, instiga a *busca, o novo, a superação, o original, a possibilidade de recriação*. Não é casual, portanto, a definição do objeto de pesquisa; é sempre expressão de uma dada experiência pessoal e profissional. (BOURGUIGNON, 2005, p. 42, grifo do autor).

O desejo tornou-se incessante devido à possibilidade de se ingressar no curso de Mestrado em Serviço Social, elaborando um projeto de pesquisa, buscando um aprofundamento do tema com o objetivo de investigar as possibilidades e as condições atuais para a inserção de adolescentes no trabalho formal.

A definição teórica e conceitual é um momento importante na elaboração do projeto científico. É sua base de sustentação e rigor, orientando as formas de análise do objeto. Envolve escolhas e mesmo concordância ideológica do pesquisador com as explicações contidas no quadro teórico apresentado. (DESLANDES, 2009, p. 44).

Essa pesquisa utilizou o método materialista histórico-dialético, oriundo do marxismo que propõe a abordagem dialética, como Minayo (2009a, p. 24) expõe em sua interpretação,

O marxismo enquanto abordagem que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais é outra teoria sociológica importante. Enquanto método propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta à proposta de analisar os contextos históricos, as determinações

socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais. A dialética trabalha com a valorização das quantidades e da qualidade, com as contradições intrínsecas às ações e realizações humanas e com o movimento perene entre a parte e o todo e interioridade e exterioridade dos fenômenos.

O método materialista histórico-dialético tem a propriedade de avançar no entendimento da realidade pesquisada de modo a contribuir para uma perspectiva de totalidade quando traz uma superação do senso comum ao assunto estudado e propicia uma visão crítica da leitura da realidade e concepção de mundo.

Nesse sentido, foi investigada a situação do (a) adolescente inserido (a) no trabalho formal contextualizando a realidade em que se encontra. A investigação, segundo Marx, ocorre a partir do concreto, da realidade empírica, em sua aparência fenomênica que será superada pelo conhecimento da essência.

O materialismo dialético pode, pois, ser entendido com um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios (Engels, 1974): a) *A unidade dos opostos*. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. b) *Quantidade e qualidade*. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. c) *Negação da negação*. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes. (GIL, 2008, p. 13, grifo do autor).

Executou-se a pesquisa exploratória, de maneira que conduziu a investigação científica pautada nos recursos metodológicos da pesquisa bibliográfica e de campo. Segundo Gil (2008, p. 27),

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

A pesquisa bibliográfica buscou as argumentações necessárias para melhor entendimento e aprofundamento do tema. Como a escolha do método está baseado

no marxismo, o estudo tem como fontes primárias textos de autores como o próprio Marx (2004) e outros que seguem essa matriz, como George Lukács (1997), Ricardo Antunes (2005), Giovanni Alves (1996), José Paulo Netto (2011), Ana Elisabete Motta (1999), Maria Graça Druck (1999), Marilda Iamamoto (2001), Ivo Tonet (2005), Ney Almeida (2011) e outros por terem um conhecimento sobre a temática do trabalho. A pesquisa bibliográfica tornou-se essencial por ultrapassar a capacidade de entendimento da pesquisadora sendo aproveitado material já pronto a contribuir para o enriquecimento dos temas desenvolvidos.

Como é reforçado por Gil (2008, p. 65):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Durante o processo investigativo, foram apreendidos dados dos (as) adolescentes selecionados (as) por data de admissão e idade conforme recorte para essa pesquisa, ou seja, adolescentes com idade de 14 a 16 anos admitidos em 2016.

Na entrevista com a coordenadora da Rede, foram fornecidos dados gerais desses (as) adolescentes como escolaridade, composição e renda familiar, bem como foram disponibilizados documentos institucionais, como material de divulgação da Instituição que se fez necessário para melhor conhecê-la.

Foram também estudadas as legislações pertinentes ao objeto de estudo como a Lei nº 10.097/2000, relativa à aprendizagem, os artigos de 60 a 69 da Lei 8089/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, os artigos de 14 a 16 do Estatuto da juventude e o art. 428 da Consolidação das Leis Trabalhistas. Já no início do estudo a Diretoria da Rede Cidadã em Belo Horizonte/MG concedeu autorização por escrito para realizar a pesquisa. Assim foi possível a continuidade dos contatos com a Rede Cidadã que ocorria desde sua chegada em Passos/MG, ocasião quando a pesquisadora trabalhava como Assistente Social na SAMP foram feitos vários contatos telefônicos, pessoais e eletrônicos, que possibilitaram seu acompanhamento.

Na sede da Rede Cidadã eram realizadas inscrições dos adolescentes, de quatorze (14) a vinte e dois (22) anos onde era preenchido à mão um formulário

específico da Rede Cidadã. Mais recentemente passou a só receber currículos de adolescentes a partir de 14 anos e jovens até 22 anos.

Atualmente está suspenso esse recebimento pelo alto número de pessoas aguardando uma vaga de emprego, já estão acumulados em média 1100 currículos (mil e cem) sem muita perspectiva. Algumas poderão ser encaminhadas aos convênios caso haja essa oportunidade, porém há possibilidade da empresa já inscrever o (a) adolescente e direcionar a vaga para alguém específico que passou por algum critério interno, como processo seletivo sem a participação da Rede e a solicita a admissão por causa da aplicabilidade da Lei da Aprendizagem.

Quando é admitido, o (a) adolescente é cadastrado (a) num sistema informatizado nominado como “*Sanhky-w*”<sup>4</sup>, com dados mais detalhados pertinentes ao seu registro oficial, tais como: dados pessoais, escolaridade, registro do contrato de trabalho, dados familiares e outros pertinentes ao acompanhamento do período que está vinculado à Instituição, assim como a frequência e desenvolvimento no trabalho e nos módulos de capacitação ministrados pela Rede Cidadã. Na recolha de informações desse sistema, a pretensão foi aproximar-se do universo, do objeto e dos (as) participantes da pesquisa para definir critérios de quais adolescentes poderiam participar da pesquisa.

Atualmente a Rede Cidadã está com quarenta e dois convênios entre instituições governamentais, bancárias e comerciais, destes dezenove firmados em 2016. São números oscilantes por depender da duração de contrato do jovem aprendiz, o qual é feito por admissão na vigência de 16 ou 24 meses. Nota-se que o número está crescente, pois na época da elaboração do projeto de pesquisa definitivo, existiam 31 convênios e cento e cinco (105) adolescentes trabalhando formalmente, sendo oitenta e oito (88) na faixa etária de dezesseis a dezoito anos. Hoje se encontram 246 admitidos (as) e 126 de 16 a 18 anos.

Os dados quantitativos, como o número de adolescentes trabalhando formalmente por meio da Rede Cidadã em Passos/MG e outros dados supracitados puderam contribuir para o entendimento do processo investigativo. Além da informação de base numérica foi valorizada a qualidade impingida nesses dados no sentido de se complementarem. A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (2009a, p. 21), essa abordagem...

---

<sup>4</sup> Sistema de organização de dados por *software* específico para a empresa.

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

E ainda, para Triviños (1987, p. 137),

[...] o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações.

O presente estudo tem como cenário a cidade de Passos, município mais populoso do Sudoeste Mineiro com média de 106.290 mil habitantes (IBGE, 2010), considerada como importante polo de desenvolvimento da região.

Passos está localizada a 345 Km da capital de Belo Horizonte e próxima aos centros desenvolvidos de Estado de São Paulo, como Franca (100km) e Ribeirão Preto (150km). A cidade contribui para o mercado de trabalho diversificado com sedes de vários bancos e instituições comerciais, destacando-se no setor têxtil com mais de cem indústrias confeccionistas e moveleiras, contribuindo com mais de 3.500 empregos diretos. Na agricultura, possui uma qualidade de solo para o milho, a cana de açúcar, o café e hortaliças (MENDES, 2005, p. 34).

A autora destaca que no campo do lazer e turismo, Passos realiza diversos eventos artísticos e culturais, além de manter seu acervo histórico preservado e é município integrante do Circuito Turístico Nascente das Gerais (MENDES, 2005, p. 35).

Também é o 4º produtor brasileiro na suinocultura e 6º em abates de frangos entre frigoríficos de todo país, na pecuária possui mais de cem mil cabeças de gado, sendo 50% de corte e 50% de leite. No setor de laticínios, tem a maior bacia de leite tipo B do Brasil. Na área educacional, possui 18 Escolas Estaduais, 10 Municipais e 29 particulares, desde a educação infantil ao nível Médio, com mais duas Escolas Técnicas, contando também com a Fundação de Ensino Superior-Fesp, com 24 cursos universitários de graduação e 07 de Pós-Graduação. Na saúde é referência regional com 03 Hospitais, 10 ambulatórios, 18 postos de Programa de saúde da família e 03 Centros de especialidades médicas. Conta com 22 Instituições sociais e 29 Associações de moradores (MENDES, 2005, p. 35).

A Fesp foi estadualizada em 03 de novembro de 2014, sendo incorporada à Universidade Estadual de Minas Gerais, da qual já era associada.

O recorte temporal para esse estudo foi delimitado num período em que as modificações legais foram essenciais para que adolescentes serem considerados (as) mais valorizados (as) enquanto pessoas portadoras de direitos, sobretudo a partir de 1990 com o Estatuto de Criança e do Adolescente. Após essa década e na entrada do novo século XXI, vieram outras legislações que especificaram a inserção de adolescentes no mundo formal, como por exemplo, a Lei da Aprendizagem em 2000. Demorou alguns outros anos para acontecer na prática como está posto no histórico da Rede Cidadã, que em 2016/2017 está com seu trabalho mais conhecido na cidade e que se tem mais dados do resultado do mesmo, entendendo que os anos anteriores seriam insuficientes em informações para atingirem o objetivo da pesquisa, dado a mudança de parceria e localização ocorrida com a Rede Cidadã em Passos/MG. Levou-se em conta o fato de que a da vinda da Rede Cidadã para Passos/MG é recente e em meados de 2015 que recomeçou a efetivação de convênios com as empresas empregadoras, fazendo com que a Rede Cidadã retomasse a inserção do (a) adolescente no “mundo” de trabalho formal que anteriormente era pela SAMP.

Assim, 2016 é um marco no histórico da crescente efetivação local do primeiro trabalho para o (a) adolescente ou jovem e da concretização do trabalho da Rede Cidadã.

O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp de Franca/ SP e após sua aprovação, foi iniciada a apreensão de dados com os(as) participantes da pesquisa.

Nesse percurso metodológico investigativo, iniciou-se a pesquisa de campo, que objetiva dialogar com todas as etapas da pesquisa. Assim, o trabalho de campo,

[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa. Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. (MINAYO, 2009a, p. 26).

As fases anteriores complementaram a pesquisa de campo, onde a busca de informações é fundamental para atingir um bom resultado no processo investigativo,

definindo os instrumentos usuais, com algumas alternativas como mostra Gil (2010, p. 102-103):

Para coleta de dados nos levantamentos são utilizadas as técnicas de interrogação: o questionário, a entrevista e o formulário. Por questionário entende-se um com de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode-se ser entendida como uma técnica que envolve duas pessoas numa situação “face a face” e em que uma delas formula questões e a outra responde. Formulário, por fim pode ser definido como uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas.

Na pesquisa de campo foi utilizada a técnica de entrevista com roteiro semiestruturado. Minayo (2009b, p. 64) ressalta que pode ser “[...] (b) semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada; [...]”

No ato das entrevistas foi utilizado como instrumental um gravador de celular para preservar as falas dos sujeitos, pois “[...] dentre os instrumentos de garantia da fidedignidade o mais usual é a gravação da conversa.” (MINAYO, 2009a, p. 27).

Os (as) participantes da pesquisa são a coordenadora da Rede Cidadã e educadora social, os (as) adolescentes admitidos para o primeiro trabalho formal por meio da Rede Cidadã em Passos/MG e seus responsáveis legais que são referências familiares para a Instituição.

A definição dos (as) participantes adolescentes foi feita a partir dos dados gerais cedidos pela coordenadora vindos do sistema interno arquivado no computador da Rede Cidadã, escolhendo para serem chamados para entrevistas adolescentes com idade de 16 a 18 anos, independente de gênero e com admissão em 2016. Como existe uma turma diferenciada todos os cinco dias da semana, a primeira ideia, inclusive apresentada na banca de qualificação, seria selecionar dois (duas) adolescentes de cada turma, sendo dez alunos (as), somando-se 22 participantes até o final da pesquisa, considerado que seria suficiente para análise de dados.

Vendo a necessidade de ir até o local no horário em que se reuniam na sala da UEMG para os encontros semanais do curso de capacitação e tendo a concordância da coordenadora e o apoio da educadora social, a pesquisadora compareceu, alternadamente (devido a incompatibilidade do horário do curso com

outro trabalho da pesquisadora), nas tardes de segunda a sexta feira nas salas da UEMG onde estavam os jovens.

Foi apresentado verbalmente o objetivo do projeto da pesquisa, falava-se dos critérios de seleção e do anonimato preservado no estudo. Mediante adesão de quem estava dentro dos parâmetros definidos, ou seja, para quem aceitava participar da pesquisa, as entrevistas foram pré-agendadas com os (as) adolescentes para poderem solicitar presença do (a) responsável, o que de início teve aceitação imediata e disponibilidade confirmada, sendo agendados os encontros conforme compatibilidade de horários tanto da pesquisadora quanto dos (as) participantes.

As entrevistas foram gravadas e arquivadas no celular da pesquisadora. Não estando transcritas imediatamente após as gravações, perderam-se as cinco primeiras já realizadas porque o aparelho foi furtado e não foram recuperados os dados armazenados neles. Continuamos a realizar as entrevistas previamente agendadas, inclusive na casa de quem não teve disponibilidade de ir à UEMG. Com intuito de cumprir com o número estabelecido e com a dificuldade da presença dos responsáveis apresentada pelos (as) adolescentes com os quais foram feitos contato durante os encontros, surgiu a possibilidade de reunirmos somente com eles (as) para prosseguir a pesquisa de campo, sendo autorizada por todos (as) envolvidos (as): a Rede Cidadã, os responsáveis e adolescentes, permanecendo os critérios de seleção dos participantes da pesquisa.

Assim, foram realizadas duas reuniões para segmento de adolescentes com o mesmo roteiro de entrevista (semiestruturado), gravado todo conteúdo desses momentos e transcritos com sucesso. Assim foi considerado suficiente o número de participantes com dados saturados relativos à investigação, somando com o conteúdo anterior das respostas dos responsáveis legais que puderam participar da pesquisa. Foi contemplado o entendimento quanto às questões elaboradas para a pesquisa.

De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grandes que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar como uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. A amostragem nos levantamentos sociais pode assumir formas diversas, em função do tipo de população, de sua extensão dar condições materiais para a realização da pesquisa. (GIL, 2010, p. 109).

Os critérios de seleção dos (as) participantes da pesquisa acima descritos foram mantidos por ser uma faixa etária majoritária nas admissões e estar desde 2016 possibilitou descrever melhor essa experiência de inserção no mundo do trabalho dada a data de seu contrato no convênio firmado para si.

Estava já fixado o número de participantes para responderem as indagações vindas do objeto de pesquisa, a inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal, porém, na ocasião da Banca de Qualificação foi sugerida e acatada a ideia de buscar dados referentes à SAMP pelas vozes de algumas pessoas que obtiveram o primeiro emprego formal por meio desta instituição para fazer um resgate de informações referentes ao primeiro trabalho formal vivido pelos então adolescentes por meio da SAMP.

Não há dúvidas que o conhecimento científico também é alimentado pela curiosidade que aguça o interesse de quem está desejando possuí-lo, assim houve um incentivo de investigar egressos da SAMP para agregar dados a esse estudo, por acreditar que são adultos hoje com um diferencial por terem tido esse acesso institucional que intermediou o início de sua vida trabalhista, vindo de encontro ao objetivo da pesquisa, que foi investigar as possibilidades e as condições de inserção do (a) adolescente no trabalho formal.

Definiu-se que os participantes da pesquisa representando os egressos da SAMP seriam os que ainda estavam trabalhando na UEMG- Unidade de Passos, então Fesp, onde absorveu vários adolescentes como “SAMPinhos” e em sua maioria os admitiu formalmente como segundo emprego.

Foram encontrados jovens adultos ainda trabalhando na UEMG e por ser um local já de fácil acesso para pesquisadora, foram agendadas as entrevistas com muita aceitação dos mesmos em colaborar com o trabalho. Visto que essa dica foi muito bem recebida e que com certeza teria mais adeptos, pois inúmeras pessoas não foram ouvidas porque não foram convidadas. No decorrer da pesquisa, foi encontrado aleatoriamente um “ex- SAMPinho” na biblioteca da UEMG, onde foi comentado sobre esse estudo e solicitado concessão da entrevista, o que forneceu de imediato. Outro entrevistado que aceitou participar da pesquisa trabalhou na SAMP no final dos anos de 1980, os dois casos vieram acrescentar conhecimento sobre o assunto.

Encerrou-se a busca com seis adultos, considerando que esse número alcançou as expectativas nas entrevistas realizadas, na verdade foram além da

proposta inicial. Com esse segmento investigado foi finalizada essa etapa de entrevistas, totalizando 23 (vinte e três) participantes da pesquisa sendo, dez adolescentes, cinco responsáveis, uma coordenadora, uma educadora social e seis egressos da SAMP. Essas entrevistas foram também gravadas e arquivadas num aparelho celular, em posse da pesquisadora até o presente momento.

Os (as) adolescentes que participaram da pesquisa assinaram um Termo de Assentimento registrando estarem cientes que seus pais e ou mães autorizaram a sua participação na entrevista (pelo fato de não possuírem maioria legal, não possuem também capacidade civil para assinarem sem o (a) responsável legal). As pessoas adultas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Durante a pesquisa foram informadas (os) quanto a ética e a legalidade que os envolvem, provando que toda pessoa humana merece ser valorizada em sua singularidade.

A análise e interpretação dos dados são fases da pesquisa e estritamente importantes por poderem trazer à tona uma gama de confirmações ou não das informações de etapas anteriores, bem como a sua finalização.

A análise de dados tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto da investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. (GIL, 2008, p. 65).

A devolutiva já está começando a ser executada juntamente com a Rede Cidadã e UEMG na filmagem de um vídeo<sup>5</sup> para divulgar o tema da inserção de adolescentes no mundo do trabalho registrando a pesquisa a ser apresentada também aos participantes dessa investigação. A autora se colocou à disposição para programar um evento para apresentar esse vídeo visto que é um documentário inédito para rede Cidadã de Passos.

Pretende-se elaborar um texto a ser utilizado para abrir reflexões sobre a temática, podendo ser socializado no site da Rede Cidadã, em forma de notícia destacando a pesquisa realizada com adolescentes vinculados (as) a esta Instituição, bem como registrar o estudo realizado em seu relatório institucional anual da Rede de 2017 a ser elaborado após o término da pesquisa. A pesquisadora

---

<sup>5</sup> Vide o curta metragem da Rede Cidadã feito pelo curso de Jornalismo/UEMG Passos. (REDE..., [2017]).

planejará um encontro, com dinâmica de grupo, onde os (as) participantes da pesquisa (não só necessariamente) irão se inteirarem sobre os resultados gerados nesta pesquisa em Passos/MG, da qual fizeram parte da sua construção.

### 3.5 Análise dos Dados

No decorrer da pesquisa foram feitos diversos contatos com a coordenadora e educadora da Rede Cidadã e por vezes conversado informalmente com adolescentes que estavam no curso de formação humana.

Destaca-se que sempre houve boa receptividade em todos os segmentos selecionados para fazerem parte da pesquisa, que concederam entrevista, sendo 10 adolescentes, 06 adultos egressos da SAMP, 05 responsáveis legais dos (as) adolescentes, 01 coordenadora da Rede Cidadã e 01 educadora social da Rede Cidadã.

Totalizado 23 participantes que serão apresentadas (os) no quadro seguintes identificadas (os) por nomes fictícios.

**QUADRO 1 - Nomes fictícios de participantes da pesquisa**

Nº	Adolescentes	Egressos SAMP	Responsáveis	Rede Cidadã
01	Ari	Alex	Ane	Bel
02	Bia	Beno	Brian	Ana
03	Caio	Celio	Caco	
04	Deia	Djvan	Diva	
05	Eli	Eleno	Ester	
06	Fé	Fred		
07	Gabi			
08	Helo			
09	Ive			
10	Jó			

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Com a finalização das 23 entrevistas foi visto que o número proposto no Projeto de pesquisa foi atingido, o que era previsto para 22 participantes, sendo 10

adolescentes, seus 10 responsáveis legais e 02 profissionais da Rede Cidadã.

Apesar da perda dos primeiros áudios gravados, foram recolhidos mais dados devido à continuidade das entrevistas com os cinco adolescentes da Rede Cidadã com seus cinco responsáveis, bem como com a coordenadora e educadora social da instituição, posteriormente acrescido mais cinco adolescentes em reunião na sede da Rede Cidadã e seis egressos da SAMP, finalizando a pesquisa de campo com a soma total de 23 participantes, não havendo prejuízo dos resultados. As entrevistas com os egressos da SAMP trouxeram uma inovação no histórico institucional por ser inédita essa investigação com registro de comentários de suas experiências.

As entrevistas foram realizadas em salas da UEMG de Passos onde a Rede Cidadã utiliza esse espaço para manter sua sede, somente uma entrevista com adolescente e seu pai foi realizada em domicílio por solicitação deles.

A presença dos (as) dez adolescentes nesta pesquisa buscou conhecer a vida dos jovens, também aceitando sugestão dada pela banca de qualificação que comentou a ausência desse segmento na apresentação do projeto de pesquisa, bem como também sugeriu resgatar um pouco do histórico da SAMP e registrar a presença de egressos para poder complementar informações nesta investigação, dando assim a importância de dialogar com eles sobre sua passagem pelo primeiro emprego oportunizado pela SAMP. Tanto os (as) adolescentes quanto os egressos da SAMP são pessoas que demonstram em suas falas a garra com que se apegam em experiências como a do primeiro trabalho formal, objeto desse estudo.

Todas as entrevistas foram gravadas em telefone celular e registradas em áudios ouvidos posteriormente para serem transcritas conservando todo conteúdo.

Algumas questões são idênticas a todos participantes e outras diferentes (Veja apêndice III) dependendo do segmento questionado, mas sempre no intuito de contemplar os propósitos deste estudo, tendo como objetivo geral, investigar as possibilidades e as condições de inserção do (a) adolescente no trabalho formal.

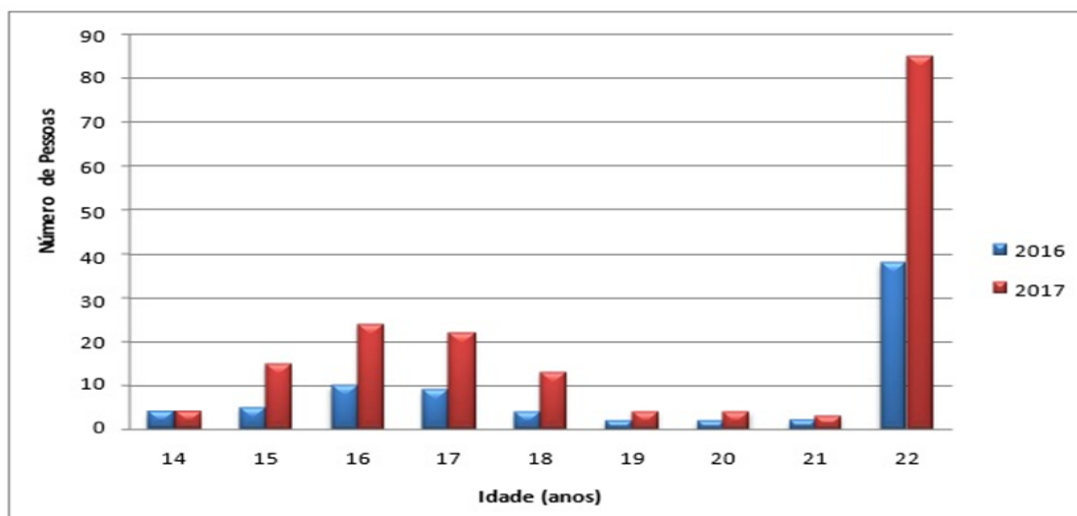
Por tratar-se de uma pesquisa com o método histórico marxista, analisou-se a totalidade da pesquisa envolvendo o estudo sobre a inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal, indo de encontro com os objetivos específicos de identificar as condições de trabalho para o (a) adolescente se inserir no trabalho formal e as relações sociais decorrentes da efetivação do primeiro trabalho formal; pesquisar sobre as possibilidades que o (a) adolescente encontra para sua inserção

no mundo do trabalho formal; conhecer o (a) adolescente que se inscreve na Rede Cidadã com perspectivas de primeiro trabalho formal, descobrindo um universo interligado de inúmeros detalhes que desvendam a realidade desse novo cotidiano para os (as) adolescentes pesquisados (as).

Foi utilizado um questionário com roteiro semiestruturado sendo formuladas questões abertas e fechadas a todos os segmentos, os dez adolescentes, os cinco responsáveis legais, as duas participantes da Rede Cidadã, a coordenadora com a educadora social e os seis egressos da SAMP, e onde foi possível intercalar a escuta e a fala na medida em que o assunto se complementava ou surgiam dúvidas em outros pontos preparados como pauta do momento, sempre conduzindo para saturá-las frente à problematização da pesquisa, a qual se apresenta: “Que oportunidades o (a) adolescente tem de efetivar seu primeiro trabalho formal?”, “Que condições são necessárias para o (a) adolescente conquistar sua inserção formal no trabalho?”, “Quais critérios de exigência existem para proporcionarem condições de acesso ao primeiro trabalho formal na adolescência?” e também “Como se dão as relações de trabalho do (a) adolescente, a fim de resultar positivamente em sua formação pessoal e profissional?”. A pesquisadora indagou com questões acima no intuito de avaliar quais os motivos que levam um adolescente entrar no mundo do trabalho foi motivada a pensar se é uma oportunidade ou exigência das condições precárias de vida, sendo reflexões que fizeram parte do decorrer da pesquisa por saber da necessidade material em que vive a classe trabalhadora que não encontra outra opção a não ser disponibilizar a força de trabalho de sua prole.

As perguntas fechadas resultaram em levantamento estatístico com os dados como idade, escolaridade, composição e renda familiar elaborados nos gráficos abaixo.

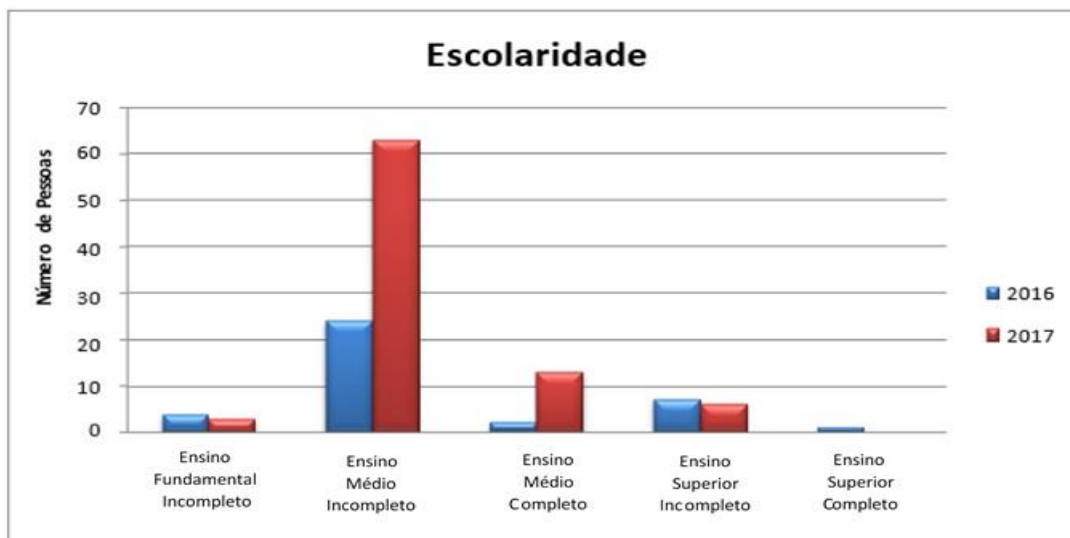
Foi possível obter dados gerais da Rede Cidadã disponibilizados após autorização oficial de sua Diretoria por meio de sua sede principal em Belo Horizonte para a pesquisa e permitido a recolha de dados pela coordenação da Rede Cidadã em Passos/MG da instituição. Os gráficos foram elaborados para dar visibilidade da atual abrangência da Rede Cidadã em Passos/MG. Iniciando com o gráfico 1 contendo informações do número total de adolescentes por faixa etária, atingindo a totalidade de 126 jovens com contrato de trabalho vigente em 2016 e 2017. Entre eles (as) estão também os (as) participantes da pesquisa, detalhados a posteriori.

**GRÁFICO 1 - Faixa etária de adolescentes da Rede Cidadã de Passos/MG**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Dentre as oportunidades de trabalho para adolescentes são encontrados desafios para faixa etária porque diminui a possibilidade de primeiro trabalho formal para eles (as) devido à extensão da faixa etária para jovens até 24 anos conforme a legislação, sendo aceitos para preenchimento de vagas com mais aceitação porque não é necessário ser o primeiro trabalho destes (as) jovens e se encontram um pouco mais maduros para realidade trabalhista, bem como muitos estão já na graduação universitária.

O próximo gráfico 2 refere-se à escolaridade que as (os) adolescentes estão cursando, cumprindo a exigência de estudar no ensino regular, estando no Ensino Fundamental ou Ensino Médio, sendo passível de ser desligado do programa da Rede Cidadã. Também é rescindido o contrato de trabalho se o (a) adolescente for reprovado (a) por faltas na Escola. Apesar de comprometer horários de descanso e lazer, continuam trabalhando e estudando além do que lhe é exigido formalmente, no caso de jovens que finalizaram o Ensino Médio e ingressaram em cursos de graduação, contrariando a condição imposta aos filhos da classe trabalhadora de se prepararem somente para cargos de maior subordinação ao capital. Principalmente no caso de primeiro emprego por meio de instituição social que admite vários (as) adolescentes para exercem cargos sem necessitar de formação especializada ou em curso superior, sendo contratado sempre com a nomenclatura de aprendiz, que na prática é mais considerado como uma pessoa que está para servir e não para ser valorizado o momento de aprendizado em respeito a sua inexperiência.

**GRÁFICO 2 - Escolaridade de adolescentes da Rede Cidadã de Passos/MG**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

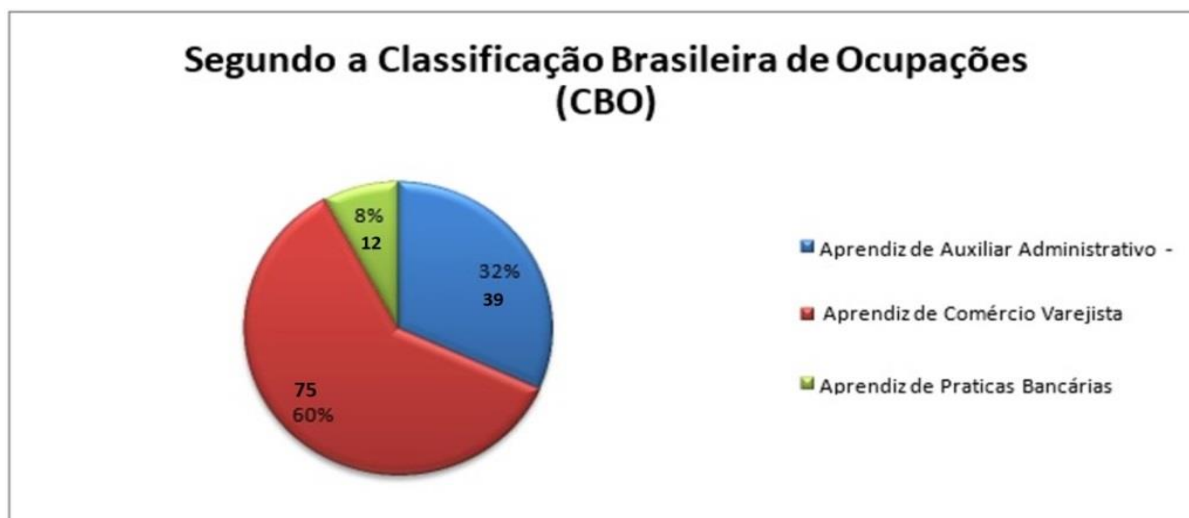
Também se pode acrescentar que estão obrigatoriamente matriculados em seu nível de escolarização conforme a idade, porém muitos estão frequentando e concluindo o curso sem uma boa qualidade de estudo, se desqualificando perante outros que não necessitam trabalhar e podem usufruir de escolas melhores.

Segundo a coordenadora da Rede Cidadã, estão contratados 126 jovens e são registrados (as) em suas carteiras de trabalho de acordo com as atividades que desempenham. Os cargos são definidos segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme o gráfico 3, sendo aprendiz de auxiliar administrativo, aprendiz de auxiliar administrativo do comércio varejista e aprendiz de práticas bancárias.

De acordo com esse registro e afazeres diários são oferecidos pela Rede Cidadã os módulos específicos para cada cargo, tendo alguns encontros em comuns com temas transversais e outros são específicos de cada área, como administrativa, comercial e bancária, com conteúdo teórico previsto pelo Ministério do Trabalho.

Na verdade culturalmente não foram incentivados a terem a educação contínua e qualitativa como sua maior meta, não se vislumbra que por meio daquela que há maior possibilidade de crescimento pessoal viabilizando condições melhores para aumentar a probabilidade de crescimento profissional.

### GRÁFICO 3 - Cargos de adolescentes da Rede Cidadã de Passos



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

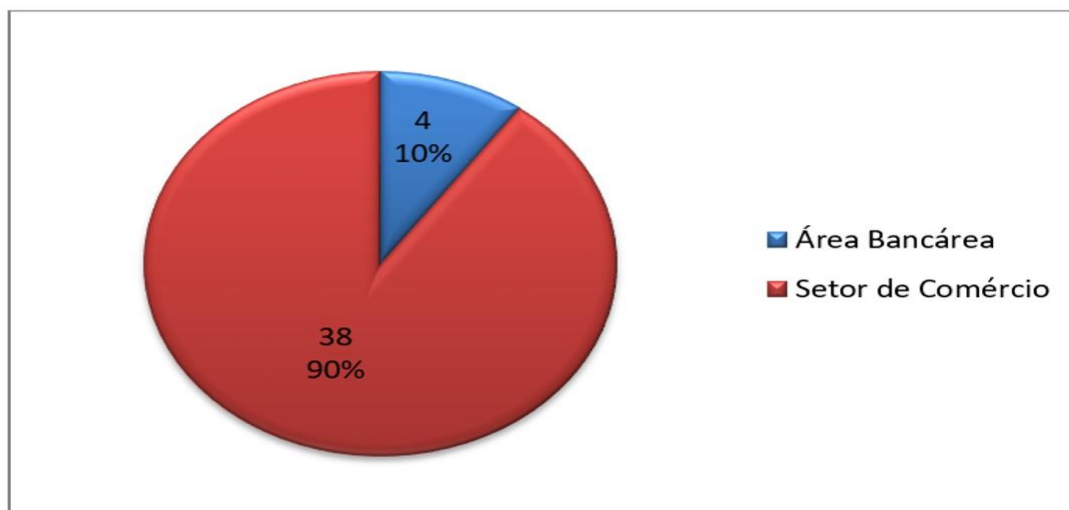
Acrescentou que os contratos não podem ser renovados, o que confere a legislação, partindo do pressuposto que essa oportunidade seria para se qualificar e tornar-se mais competitivo no mundo do trabalho e também para dar oportunidade para outros adolescentes se inserirem no trabalho formal e aguarda o término de contratos para ocupar nova vaga de trabalho, isso se ainda tiver a idade permitida para essa admissão pela Lei da Aprendizagem, que é de 24 anos. Em Passos/MG o (a) adolescente/jovem não poderá ser contratado se alcançar 22 anos, idade limite permitida para admissão por meio da Rede Cidadã.

Com isso, nota-se o ciclo de rotatividade da força de trabalho para manter a roda viva de disponibilidade de adolescentes e jovens para o trabalho provisório dando-lhe a ilusão de contratação efetiva no trabalho formal, sendo assim uma das situações condicionantes que os (as) adolescentes estão subordinados (as).

Foi averiguado que a maioria das empresas conveniadas é da área de comércio varejista ou de serviços, oferecendo cargos de aprendiz em auxiliar de serviços administrativos e aprendiz em auxiliar de comércio varejista, dentre elas, supermercados, farmácias, lojas, distribuidoras de bebidas e produtos alimentícios, concessionárias de veículos, revendedora de peças agrícolas, plano de saúde, em resposta à pergunta: “que espaços podem ser ocupados pela adolescência para vivenciarem o primeiro trabalho formal?”.

Em sua minoria, está o setor bancário, oferecendo vagas para aprendiz em auxiliar de práticas bancárias, como confirma o gráfico 4 a seguir.

**GRÁFICO 4 - Área de atuação das empresas conveniadas**



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Mais uma vez nota-se a precariedade que se encontram no seu dia a dia de trabalho por serem requisitados (as) para ocuparem espaços de comércio com cargos que geralmente não vai acrescentar valorização e abrir melhores expectativas para uma profissão mais qualificada.

Foi definida uma faixa etária para pesquisa, sendo de 16 a 18 anos os (as) adolescentes admitidos (as) em 2016, porém foi descoberta a idade de 15 anos de um adolescente somente na hora da entrevista e aceita essa diversidade reconhecendo sua capacidade de ocupar esse espaço destinado a essa experiência única, independentemente dessa pequena diferença de idade.

Percebe-se que começam desde muito cedo a trabalharem para vislumbrar uma melhoria de condição sócio econômica dentro das restrições de vagas para emprego diante da demanda crescente da força de trabalho disponível para sua venda. O risco maior é de que não invistam futuramente em uma educação superior para que possam sair da condição de extrema subordinação dentro da divisão social do trabalho, sendo oferecidos a eles (as) cargos que não demandam de preparação profissional com alguma especialidade. Igualmente, essas alternativas vêm acompanhadas de redução salarial, instabilidade no mundo do trabalho que cresce o número de vagas precarizadas em condições trabalhistas diferentemente se

usufruissem de melhores oportunidades no decorrer de sua vida estando pelo menos o mínimo das necessidades básicas garantidas pelos genitores, os isentando de buscar emergencialmente seu sustento sem se qualificar primeiramente.

A seguir no quadro 2 estão expostos os dados gerais dos (as) adolescentes entrevistados (as).

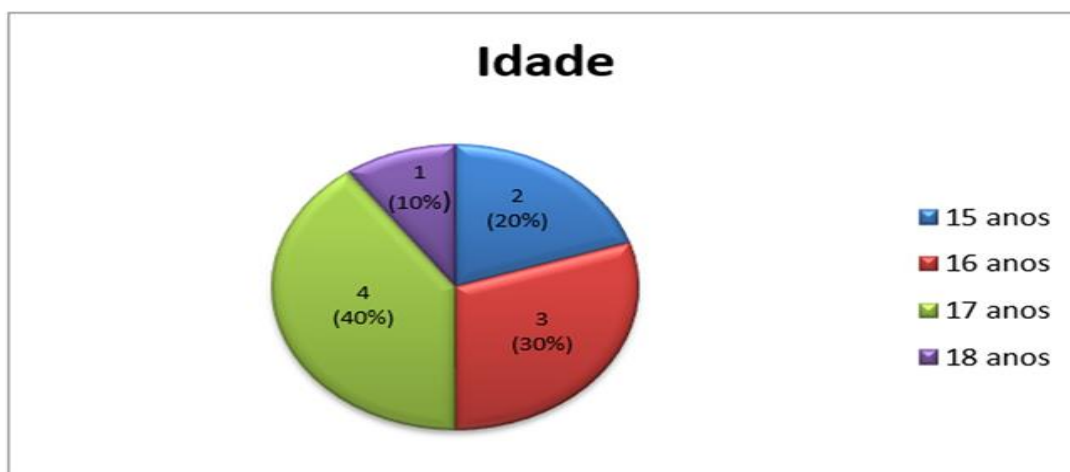
**QUADRO 2 - Adolescentes da Rede Cidadã participantes da pesquisa**

Nº	Nomes	Idade	Cargo: Aprendiz de	C.F	Cursando	Renda p.c.
01	Ari	15	Praticas bancárias	2	Ens. Fund.	1,5 s.m.
02	Bia	17	Aux. de comércio varejista	3	Ensino Médio	2 s.m.
03	Caio	16	Aux. de comércio varejista	4	Ensino Médio	1 s.m
04	Deia	17	Auxiliar administrativo	3	Ensino Médio	1 s.m.
05	Eli	18	Auxiliar administrativo	5	Ensino Superior	1.5 s.m.
06	Fé	16	Aux. de comércio varejista	3	Ensino Médio	1.5 s.m.
07	Gabi	16	Praticas bancárias	4	Ensino Médio	2 s.m.
08	Helo	17	Auxiliar administrativo	5	Ensino Médio	1,5 s.m.
09	Ive	17	Auxiliar administrativo	4	Ensino Médio	1 s.m.
10	Jó	16	Auxiliar administrativo	4	Ens. Fundam.	2 s.m.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Serão detalhados a posteriori em gráficos específicos para melhor noção de sua caracterização, onde foram priorizadas informações ligadas à sua condição particular de adolescente que está inserido pela primeira vez no mundo do trabalho.

A adolescência traz um conjunto de expectativas a serem testadas no a partir dessa oportunidade de trabalho para que o (a) adolescente vislumbre melhor a realidade nesse mundo , lhe incentivando a superar barreiras existentes em seu cotidiano frente às dificuldades de alcançar outras oportunidades que dependem de condições que não terão como financiar um estudo ou mesmo se formar qualitativamente sem necessitar concomitantemente se sustentar com o trabalho.

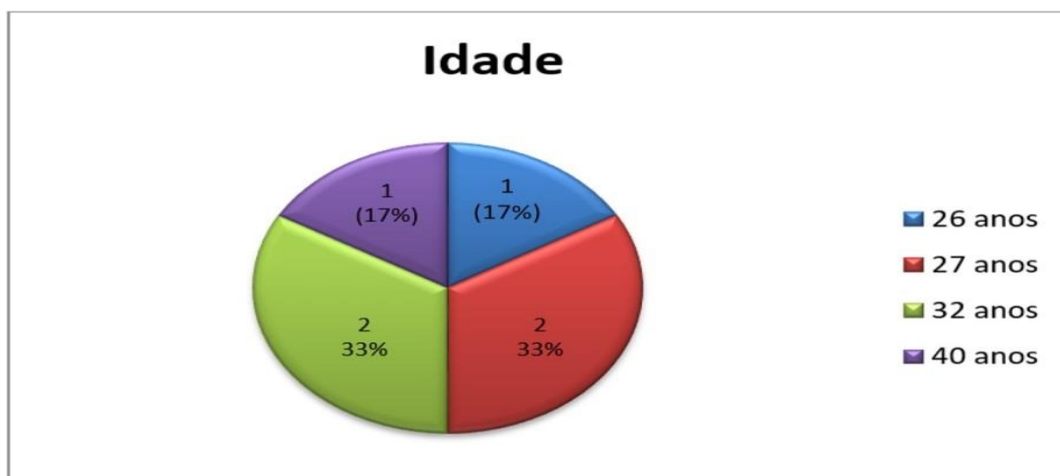
**GRÁFICO 5 - Faixa etária de adolescentes da pesquisa**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Já o recorte da faixa etária dos egressos da SAMP não foi definido antecipadamente à entrevista e a seleção dos sujeitos deu-se na medida em que aderiam à pesquisa. Conforme o gráfico 6, percebe-se que estão com idade entre 26 a 40 anos, estando dentro do previsto pela pesquisadora por saber desse dado devido ter trabalhado nesta instituição e a SAMP ter sido fundada em 1980 inserindo adolescentes no primeiro trabalho formal desde os primeiros anos de sua fundação, mesmo sem a Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, pois antes disso eram admitidos somente pela CLT.

Na década de 1990 houve um número crescente de admissões formais por meio da Área Azul, regidos pela CLT e também acrescido a Área de convênios da SAMP. Os dados aqui registrados são possíveis porque a pesquisadora fez parte da história institucional após essa época na SAMP, onde foi reestabelecendo o vínculo trabalhista também sob a ótica do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990, em específico os artigos de 60 a 69 tratam sobre o trabalho de adolescentes.

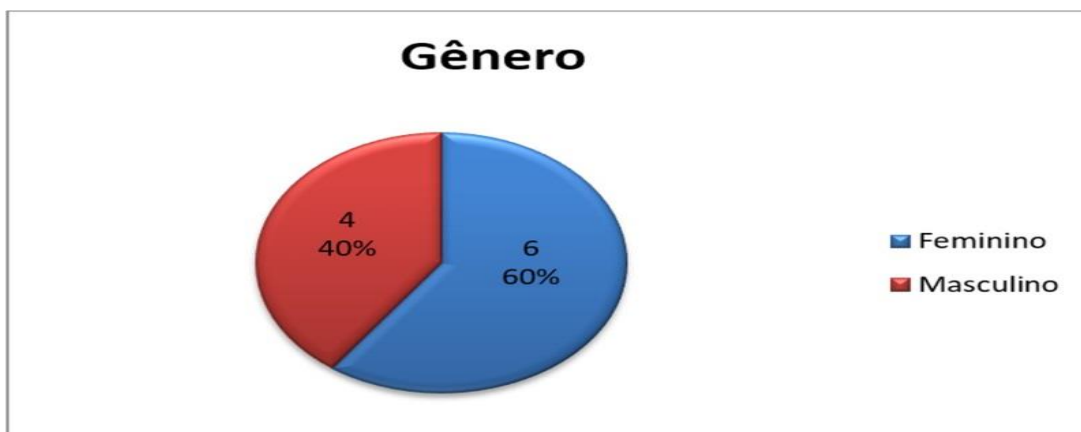
**GRÁFICO 6 - Faixa etária dos egressos da SAMP**



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Com uma realidade diferente da SAMP, que admitia somente adolescentes, a Rede Cidadã admite jovens com idade até 22 anos e de ambos os sexos. Não foi exposto o gráfico de gênero dos egressos participantes dessa pesquisa por todos serem do gênero masculino, apesar de existir uma recente minoria feminina que teve seu primeiro trabalho por meio da SAMP, mas não foram entrevistadas por causa do pouco tempo que restava para a finalização da pesquisa. Foram procurados os egressos da SAMP que estão trabalhando na UEMG de Passos pela proximidade que a pesquisadora tem no local facilitando o acesso para contatá-los e encontrado um número considerado suficiente para a apreensão dos dados, compondo a maioria dos sujeitos, sendo que de seis participantes da pesquisa, quatro trabalham como analista universitário, cargo que ocupam na UEMG de Passos.

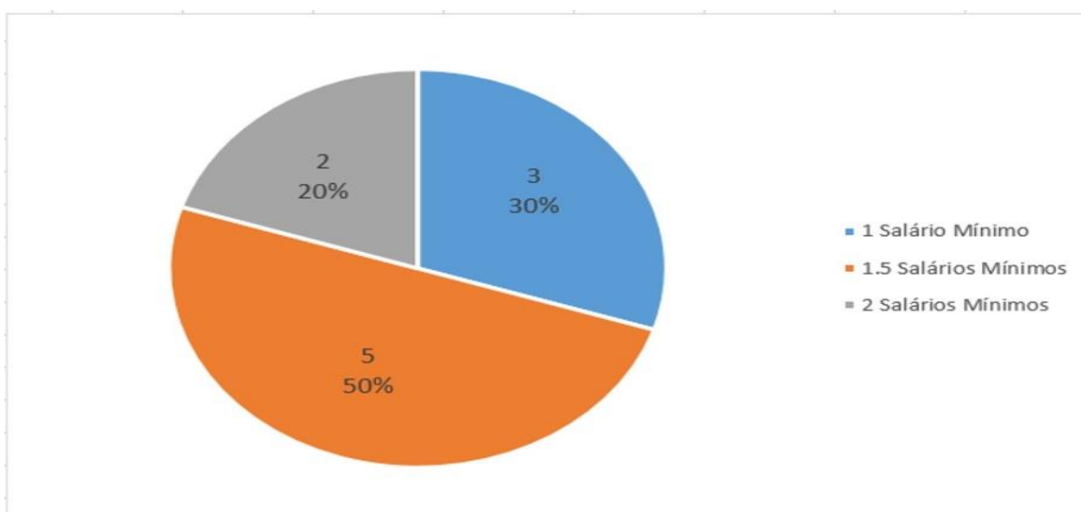
Os outros dois egressos foram selecionados pela facilidade de contato também e foram inseridos na pesquisa após suas adesões sem nenhum prejuízo em seus resultados pelo fato da pesquisadora ter um conhecimento prévio dos mesmos. Também houve facilidade de encontrá-los por serem conhecidos desde quando eram arrecadadores na Área Azul e a pesquisadora trabalhava como Assistente Social na SAMP, o que não aconteceu com as adolescentes que ocuparam cargos administrativos nas empresas conveniadas com a SAMP e não mantinham contato na instituição a não ser esporadicamente para algum curso e ou reunião, inclusive de família. A seguir, o gráfico 7 sobre gênero dos (as) adolescentes.

**GRÁFICO 7 - Gênero de adolescentes da pesquisa**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Apesar de ser uma representação de adolescentes selecionados por critérios de idade e data de admissão, importou-se em conhecer a renda familiar dos (as) entrevistados (as) para identificá-los (as) melhor como pertencentes à classe trabalhadora. Visto que todos dependem da venda da força de trabalho para sobreviver e estão condizentes com a realidade brasileira vivendo sua instabilidade financeira e sem muitas perspectivas para futuro, mas que ainda alimentam sonhos.

No gráfico 8, estão identificados em sua situação econômica:

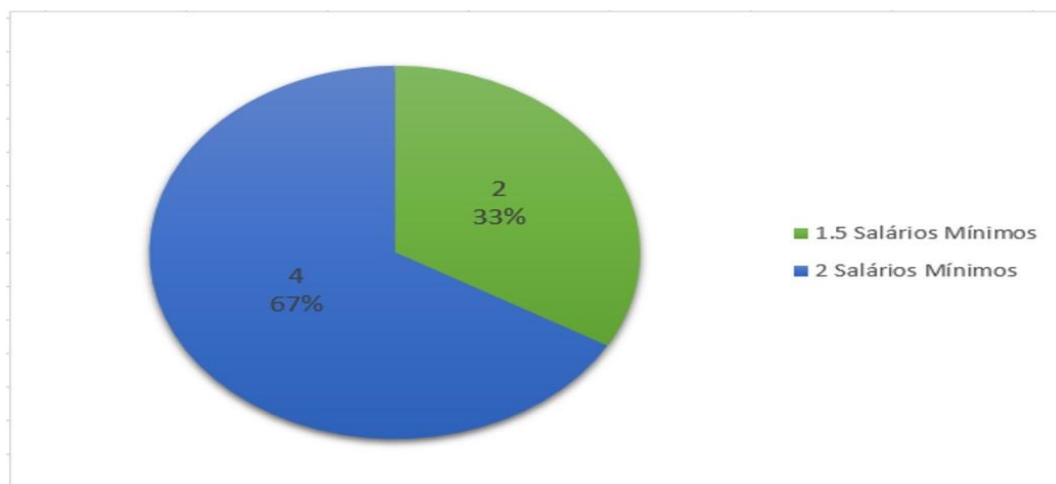
**GRÁFICO 8 - Renda per capita de adolescentes da pesquisa**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Lembrando que a adolescência é uma fase onde não há tranquilidade de esperar por dias melhores ou ter a cultura de investir em ações que possam

assegurar a estabilidade na vida num futuro próximo. Dando continuidade aos dados obtidos, a família dos egressos apresenta uma renda maior que a dos adolescentes, sobretudo pelo fato de que o salário do egresso é o maior de sua família, fato determinante para gerar essa diferença entre os primeiros (as) entrevistados (as). Veja o gráfico 9:

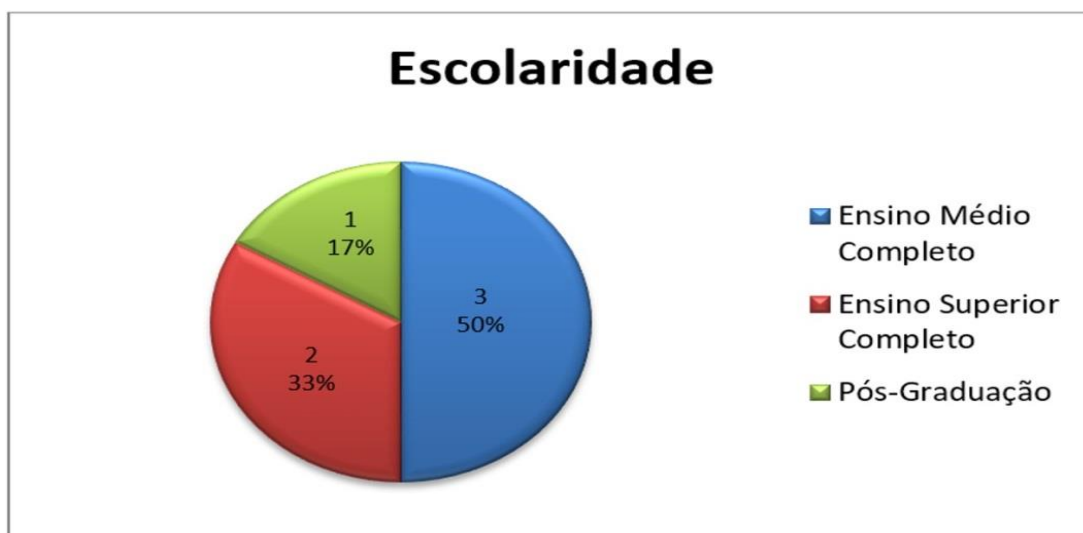
**GRÁFICO 9 - Renda per capita de egressos da SAMP**



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

O fato de se manter empregado desde a adolescência possibilitou uma ascensão e estabilidade financeira, uma realidade diferente para a maioria da juventude que vive o desemprego no cenário capitalista, o que foi constatada a acumulação de pretendentes ao primeiro trabalho formal na Rede Cidadã, a qual infelizmente é crescente na medida em que a abertura de convênios é morosa e desproporcional a essa demanda reprimida sem perspectiva de nivelar no momento.

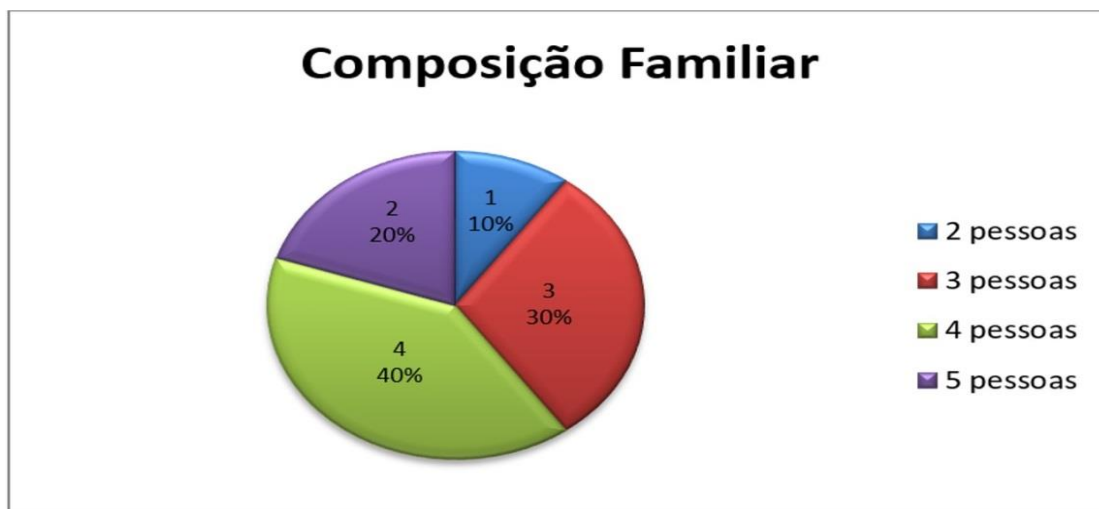
Os dados da escolaridade de adolescentes estão inseridos no gráfico 10 demonstrado anteriormente em dados gerais de adolescentes da Rede Cidadã e constatado que todos estão cursando o Ensino no nível compatível com sua faixa etária, de acordo com uma das exigências legais, com pequena variação do ano que estão cursando. Entre os adultos entrevistados, egressos da SAMP, todos já passaram do Ensino Médio para o Ensino Superior, formados ou estão graduando ou então estão em finalização de outro curso como o de Pós-graduação em Educação Física.

**GRÁFICO 10 - Escolaridade de egressos da SAMP**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Os egressos da SAMP que puderam frequentar um curso superior tiveram a oportunidade de cursar gratuitamente uma graduação de sua escolha enquanto funcionários da então Fesp (tinham o benefício do sindicato local) e outros usufruíram de bolsas de estudo com descontos no valor da mensalidade, sendo avaliados por assistentes sociais contratadas para tal, das quais a pesquisadora foi uma delas. A Fesp foi fundada como uma instituição de ensino superior particular, com os anos passou a ser agregada à UEMG, depois associada e logo após foi estadualizada.

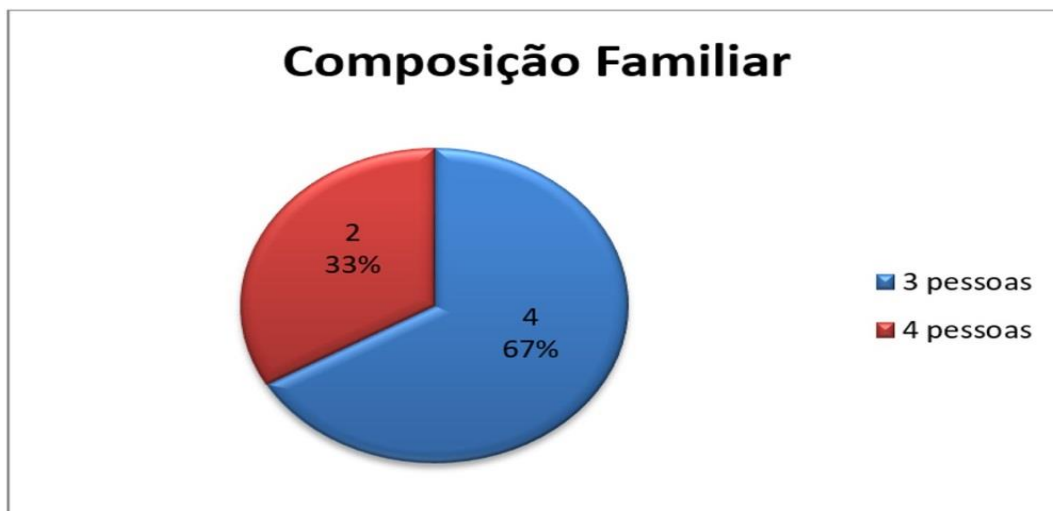
A seguir, apresentado da composição familiar dos (as) adolescentes, observado que a maioria dos (as) participantes da pesquisa é composta por poucos irmãos ou filhos únicos do casal atendendo o número pequeno de pessoas no grupo familiar da contemporaneidade, que gradativamente foi diminuindo o número de filhos por casal. Há a realidade de existir mais filhos especialmente se forem de mais de uma união, porém dentro do mesmo teto verificou-se uma quantidade relativamente baixa de habitantes na mesma casa, como comprova o gráfico 11 para melhor visualização.

**GRÁFICO 11 - Composição familiar de adolescentes da pesquisa**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

A família dos (as) adolescentes é composta por no máximo cinco pessoas conferindo a tendência atual do número reduzido de filhos (as) ou mesmo a ausência de um casal compondo o grupo familiar, como no caso de famílias que se compõem com uma modalidade com nomenclatura atual, como a monoparental onde o pai ou a mãe ou um dos avós assumem sozinhos a autoridade da família ou responde por sua sustentação financeira. Também encontrado algumas famílias que se compõem por outros laços consanguíneos além dos pais, como o parentesco de tios ou avós que assumiram “a criação” de seus descendentes, contrariando a tradição burguesa de famílias que se definem como modelo ideal, as quais são compostas de um casal heterossexual como pais naturais e preferencialmente com um casal de filhos.

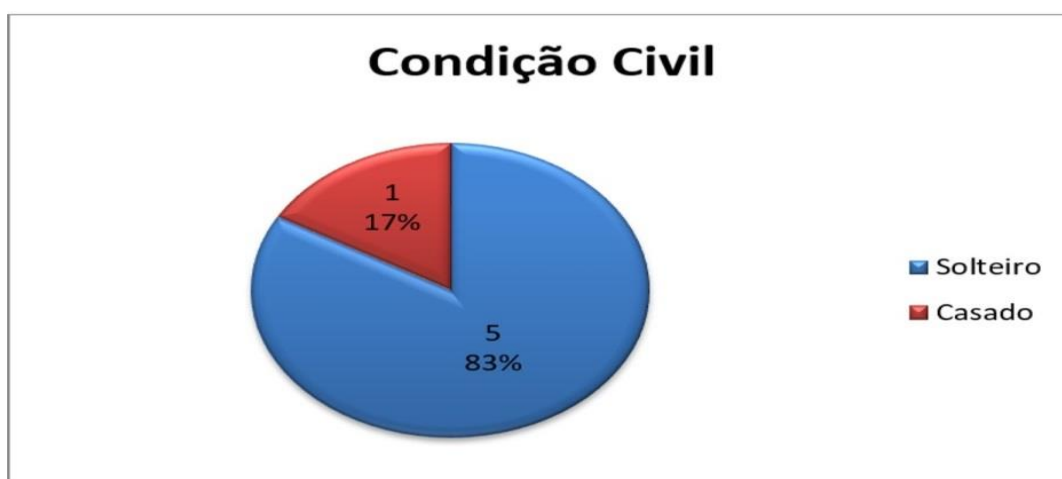
O gráfico 12 a seguir demonstra a mesma realidade da família brasileira atual e suas novas composições com pessoas ligadas mais em laços afetivos que consanguíneos.

**Gráfico 12 - Composição familiar de egressos da SAMP**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

Esse dado é menor ainda na família dos egressos da SAMP por fatos particulares aos entrevistados, pois um deles constituiu nova composição familiar se casando e dois deles perderam seus pais, segundo elucidado no gráfico 12.

No gráfico 13, está a condição civil dos egressos, que em sua maioria permanecem solteiros, sobretudo porque estão conquistando uma condição melhor para constituir outra família e pelo fato também de estarem estudando.

**GRÁFICO 13 - Condição civil de egressos da SAMP**

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

A grande maioria encontra-se solteiro, um deles passou por uma dissolução de união estável e acredita que tradicionalmente aprenderam a viver num mundo

majoritariamente é masculinizado. Até o final de ano mais um modifica sua condição civil para casado, conforme o gráfico 13. Quanto ao gráfico da condição civil de adolescentes foi considerado desnecessário por estarem unanimemente solteiras (as).

Complementando os dados estatísticos, após todas as entrevistas realizadas com os (as) responsáveis legais dos (as) adolescentes, foram agrupados alguns dados elementares em comum, como faixa etária, condição civil e situação profissional, sendo elaborada uma tabela para sua caracterização, a seguir:

**QUADRO 3 Responsáveis Legais de Adolescentes da Rede Cidadã**

RESPONSÁVEIS	IDADE	CONDIÇÃO. CIVIL	SITUAÇÃO PROFISSIONAL
PAI	51	DIVORCIADO	APOSENTADO
TIA	37	CASADA	DO LAR
MAE	35	CASADA	MANICURE
PAI	59	CASADO	PEDREIRO
MAE	33	VIUVA	PENSIONISTA

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo organizados por Sandra Limonta (2017).

A família dos (as) adolescentes entrevistados (as) tem geralmente um histórico de dificuldades de inserção e permanência no mundo do trabalho, visto que a escolaridade dos (as) mesmos (as) também não lhe proporciona trabalho diferenciado na sociedade, isto quando não iniciou seu trabalho ainda na infância em tempos idos que não se tinha legislação que impedia claramente o trabalho infantil, que ainda hoje existe, porém menos velado.

Em direção à análise dos dados da pesquisa, foram lidas e relidas as questões com suas respostas transcritas cada uma delas em separado. Foram colocadas posteriormente em papel cartão com intuito de agrupar respostas para cada pergunta e apartadas por assunto. Digitado novamente e feito recortes de acordo com a separação feita no papel para serem relidas para apontar semelhantes diálogos.

Analisado as questões respondidas na intenção de priorizar os diálogos em pontos que iam de encontro com o desvendamento da investigação.

As entrevistas foram analisadas mediante esses dados para melhor entender o resultado deste estudo e classificar os principais comentários relativos ao primeiro

trabalho que se destacaram. Foi considerado necessário tecer uma criticidade após escolhidos os entendimentos quanto às possibilidades, oportunidades, condições de acesso ao primeiro trabalho formal, condições e relações de trabalho, as quais começarão ser apresentadas mediante a apreensão dos dados das entrevistas.

Foram realizadas perguntas a todas as pessoas participantes da pesquisa no início do diálogo ligadas à inserção de adolescentes ao primeiro trabalho formal.

Após informações retiradas de todas as entrevistas, foram consideradas suficientes as respostas obtidas para uma boa interpretação do tema pesquisado.

Foi detectado como possibilidades e oportunidades para o primeiro trabalho formal, aqueles (as) adolescentes que passarem pelos seguintes pré-requisitos: estarem obrigatoriamente matriculados até o Ensino Médio. Antes de 14 anos em nenhuma hipótese poderá trabalhar oficialmente.

Os (as) adolescentes de 14 a 16 anos poderão iniciar o trabalho formal somente na condição de aprendiz, já os demais, de 16 a 18 anos, poderão ser admitidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou pela Lei da Aprendizagem, a qual poderá absorver jovens até 24 anos. As empresas podem manter registradas em carteira de trabalho as pessoas com deficiência, as quais não têm o limite da idade para rescisão de contrato, porém permanece ainda a exigência de a empresa contratar por cota específica outras pessoas com deficiência.

Constatado que as admissões realizadas para o trabalho formal seguiram algumas condições de acesso comuns entre eles, como realização de inscrições nas empresas empregadoras ou instituições sociais formadoras, realização de análise de currículo, participação em processo seletivo, em Fórum da Juventude ou em Projeto social, por exemplo, na SAMP, como sinaliza as seguintes respostas de adolescentes:

*Tive que levar currículo para a Rede. (Ari).*

*Levei currículo na SAMP. (Bia).*

*Pediram pra eu deixar meu currículo na empresa. (Caio).*

*Fui chamado pra fazer processo seletivo. (Deia).*

*Fui fazer inscrição na rede Cidadã. (Eli).*

*Participava do Projeto da SAMP. (Fé).*

*la nos encontros de jovens e no Fórum da Juventude, tive bastante contato com a Melina que me incentivou em fazer inscrição na Rede. (Gabi).*

Já para os responsáveis legais foi questionado: “O que foi preciso para a admissão no primeiro trabalho via Rede Cidadã?”, também foram elencadas algumas condições para a efetivação do primeiro trabalho formal, as quais confirmaram o acesso que tiveram para sua inserção como realização de inscrições, entrega de currículos, realização de provas em processo seletivo interno da empresa que admitiu o (a) adolescente em convênio com Rede Cidadã para formalizar o contrato de trabalho.

Encontrado muita clareza em responderem sobre a inserção de seu (sua) filho (a) no mundo do trabalho, ficando esclarecido quanto ao que precisa para transpor o muro da informalidade do trabalho para adolescentes.

Foram elaboradas questões semelhantes na continuidade das entrevistas como: Que condições são necessárias para o (a) adolescente conquistar sua inserção formal no trabalho? e quais critérios de exigência existem para proporcionarem condições de acesso ao primeiro trabalho formal na adolescência?

As respostas vinham de encontro com a expectativa de trazer mais detalhes sobre o primeiro trabalho formal. Aqui estão condensadas as informações ouvidas sobre entrega de documentação pessoal, inclusive da carteira de trabalho que muitos não a fazem por ignorarem sua finalidade, bem como outros documentos necessários para a vida civil, como CPF, RG e título eleitoral.

Ressalta-se o contentamento de ter um filho (a) já inserido (a) no mundo do trabalho e visto o interesse em dar ênfase em seu comprometimento com a qualificação do mesmo (a). Na questão sobre “Qual sua opinião sobre essa oportunidade de primeiro trabalho?”, tanto para os (as) adolescentes quanto para seus (suas) responsáveis só foram ouvidas frases de aceitação numa gratidão contida nas falas, trazendo elementos comuns entre eles (as). Destacam-se frases dos (as) responsáveis, seguindo o mesmo raciocínio:

*Achei excelente! (Brian).*

*Gostei dessa oportunidade. (Caco).*

*Fato de ter entrado no projeto (SAMP) foi o que facilitou sua entrada aqui. (Ester).*

*Muito bom essa oportunidade, hoje em dia precisa ocupar a cabeça das crianças. (Diva).*

Além da iniciativa pelos (as) adolescentes mesmo (as) para sua inserção no mundo trabalho, nota-se a importância de vínculos afetivos para a efetivação do primeiro trabalho formal, que é a presença e atitude de adultos que convivem com eles (as) e agem de modo determinante para alcançarem suas conquistas, mesmo porque para realização de cadastro em todos os lugares exigem a presença de responsáveis legais para assinaturas devidas e entrega de documentação pessoal de adolescentes para aguardar vagas, somente na entrega de currículo pode ir sozinha (o).

Esses adultos tornam-se pessoas de referência contribuindo nessa possibilidade de admissão, seja dentro de seu parentesco ou não, pois foi visto adolescentes serem admitidos por seguirem informações de amigos, vizinhos e professora. A seguir alguns exemplos que corroboraram com essa observação.

*Meu pai através do meu padrinho que falou pra ele ir lá saber disso (Ari).*

*Pelo meu irmão que foi jovem aprendiz e me falou da Rede (Caio).*

*Eu fiquei sabendo através de amigos, a Andrea me disse, ela trabalhou primeiro que eu. (Deia).*

*Minha mãe foi comigo saber da inscrição na SAMP e depois voltamos quando fui chamada. (Eli).*

*Minha tia trabalha na casa da x e pediu pra levar currículo e me chamou. (Fé).*

*Minha colega de escola falou pra vim e eu vim, deixei currículo e aguardei. (Gabi).*

*Meu amigo que já era jovem aprendiz, seu contrato “tava” vencendo e me explicou como funciona, deu certo. (Ive).*

Para a Rede Cidadã, direcionamos essas questões: “Em sua opinião, quais as possibilidades que a Rede contribui para inserção do adolescente ao primeiro trabalho? Como? “Que condições de exigência o (a) adolescente deve seguir para a sua admissão na Rede Cidadã?””.

A seguir, expostas considerações da coordenadora da Rede Cidadã que instruem quanto às exigências atuais do mundo do trabalho, trazendo da realidade empresarial o mundo da competição e do mérito pessoal para poder se qualificar no mundo do trabalho e ter mais possibilidade para se conservar empregado.

*Assim, o conhecimento técnico alinhado com a competência né, então eu considero muito bom essa caminhada deles. Eles começarem a enxergar que eles precisam ser o diferencial no mercado de trabalho, eles precisam ser proativos, eles precisam ter uma adequação social, várias competências que hoje o mercado de trabalho exige. (Bel).*

Complementado pela educadora que ministra curso diretamente com adolescentes contratados (as) pela Rede e encaminhados (as) para empresas conveniadas.

O caminho do adolescente que busca o primeiro emprego não é fácil. A primeira dificuldade é encontrar a vaga de emprego, enfrentar a concorrência com a falta de experiência e ainda conquistar a confiança do empregador. Outra questão é o fato deles ainda estarem em período escolar e assumirem a responsabilidade de estudar e trabalhar. Mais um ponto está relacionado com a *falta de estrutura familiar* e dificuldade financeira que o adolescente/jovem enfrenta e que antecipa a procura pelo mercado de trabalho. (Ana). (grifo nosso).

Infelizmente uma manifestação que culpabiliza a família por suas limitações advindas de uma estrutura maior do que a qual a educadora comentou, como se o seio familiar constituísse em alguma construção predial. Aqui o sistema excludente está isento de ter gerado qualquer circunstância que a família se encontra, estando em condição de vulnerabilidade ou risco social motivada por sua falta de adequação ao sistema que no pensamento conservador positivista é ideal, como se o capitalismo desse as mesmas oportunidades para todos. É preciso atenção para o entendimento da realidade social e sua real estrutura econômica que rodeia esse termo já banalizado para explicar o fracasso coletivo que obriga o adolescente da classe trabalhadora procurar sua preparação profissional com uma atividade prioritária com um trabalho e não com o estudo.

No decorrer da entrevista, questionamos com adolescentes “Como você vê esta oportunidade de primeiro trabalho formal?”.

*É a vida puxada, por que a gente não era acostumada com isso. (Ari).*

*Já está em um horário bom, mas quando acabar a escola seria mais fácil mas a gente dá conta. (Caio).*

*Agora a gente tá acostumado a trabalhar, vai ser difícil quando o contrato acabar ficar sem trabalhar. (Eli).*

*Foi uma experiência né pra gente, ainda mais que assim, pra mim foi uma empresa muito boa e o primeiro emprego ainda. (Fé).*

*Igual no meu caso, eu tava procurando serviço, realmente, porque eu não podia ficar parada e quando me apresentaram e indicaram o programa, eu corri aqui, vi os documentos que precisava, corri atrás e consegui. (Gabi).*

Reconhecem como uma boa oportunidade de crescimento pessoal e profissional e sabem da exclusão que viveriam se não fosse essa experiência por meio da Rede Cidadã. Estão cientes da provisoriedade dessa fase aceita como preparatória ao mundo do trabalho, no qual querem permanecer numa posição melhor, pois todos desejam estudar em curso superior ou para um concurso público que traga uma ascensão pessoal e profissional. Sem nenhuma intenção de ser pessimista, ressalta-se o desafio imposto à classe que vive do trabalho e seus empecilhos para conquistar espaços de direitos e exercício pleno da cidadania por meio de um trabalho digno como é para os filhos da classe rica. Esses (as) adolescentes estão experimentando um caminho para o primeiro emprego, mas com uma instabilidade proporcional a sua durabilidade, o que aos poucos terão uma ciência maior quando forem excluídos das melhores vagas de emprego.

Por último entrevistamos os egressos separadamente com essas perguntas: “Em sua opinião, quais as possibilidades que a SAMP contribuiu para sua inserção ao primeiro trabalho”? Como aconteceu? “e também “Que exigências você teve que seguir para a sua admissão na SAMP”?”.

Também nas respostas dos egressos expressam sua consideração devido a possibilidade de inserção no trabalho corroborando com falas anteriores.

*Papel imprescindível.....para ser o que sou hoje. (Alex).*

*A SAMP tem um papel muito importante e fundamental na minha vida. (Beno).*

*Sem a SAMP não teria esse trabalho e não estaria onde estou hoje. (Celio).*

*Uai, eu acho que foi decisivo sabe. Principalmente pra minimamente me qualificar pra lidar com as relações sociais que existem dentro do mundo do trabalho, e aí você está mais preparado pra lidar com as pessoas, pra lidar com as situações né. Então eu acho que é importante. (Djavan).*

Na época que a SAMP realizou encaminhamentos para a Instituição que hoje é a UEMG, houve a possibilidade dos egressos se formarem em cursos oferecidos pela então Fesp, pois era dada a oportunidade de graduação em curso da escolha do funcionário.

*Eu falo que se não fosse a SAMP eu não estaria aqui. Não teria estudado, não teria feito curso superior, porque quando você é adolescente a cabeça é muito fechada, você não pensa no amanhã. Se não fosse a SAMP eu não estaria trabalhando aqui e não seria o profissional que eu sou hoje. (Eleno).*

E pelo último depoimento, foi visto que as respostas são unanimidade em relação à oportunidade pela SAMP:

*Então, me ajudou na formação mesmo escolar, não tinha todas as matérias, mas matemática e português entravam. Ajudou nessa compreensão do mundo do trabalho, acho que só contribuiu. Acho que não teve uma coisa: “Ah, o trabalho te comprometeu educacionalmente.” Não, contribuiu. Abri um leque grande de possibilidade de relação com outras pessoas. Eu não sei sabe, eu acredito muito que me deu uma inteligência. (Fred).*

Alguns outros também conseguiram cursar o ensino superior devido a um projeto de extensão universitária de preparação pré-vestibular que tinha na Fesp com um núcleo na SAMP e alguns após sua inserção na Faculdade foram beneficiados com um programa de bolsas de estudos que autorizava descontos nas mensalidades de acordo com avaliação socioeconômica feita por assistentes sociais da instituição, outros ainda concluem a graduação após sua estadualização, hoje UEMG de Passos.

Relatado esses dados pela pesquisadora ter trabalhado na SAMP e também ter sido supervisora acadêmica e de estágio em Serviço Social na Fesp possibilitando intermediar ações compartilhadas em projetos de extensão universitária executadas na SAMP.

Houve uma pergunta que foi feita tanto para quem está nesse momento de primeiro trabalho formal como quem já ultrapassou essa fase, no sentido de buscar o sentido que o trabalho na adolescência tem para eles (as), contrariando o pensamento de que teria algo negativo trabalhar nesta fase da vida, em unanimidade afirmaram que nada atrapalhou em seu desenvolvimento, tanto os (as) adolescentes quanto os egressos da SAMP, só discorrendo e para essa etapa de primeiro trabalho formal. Questionado “No que atrapalhou ou ajudou a sua inserção no mundo do trabalho enquanto adolescente”? Surgido palavras diferentes para interpretação igual, de que nada atrapalhou ou foi negativo.

*Pra mim nada atrapalhou tudo me ajudou. (Ari).*

*Olha ela me ajudou muito. Aprendi a ser o que sou hoje devido a oportunidade que ela concedeu em minha vida, devido ao caminho que ela*

*proporcionou pra mim. (Caio).*

*Nada de negativo. (Deia).*

*Essa oportunidade só ajudou. (Eli).*

*Atrapalhou em nada. (Fé).*

*Eu “ia no” clube todo dia, agora quase não dá pra curtir nada direito com mais tempo, tenho menos tempo para “ir no” clube e menos tempo com amigos. (Gabi).*

*Não atrapalha, tem pouco tempo pra estudar, ainda mais época de prova. (Ive).*

*Então...até hoje tá tudo bem e não precisa mudar no meu ponto de vista. (Jó).*

E no decorrer do diálogo com o grupo de jovens surgiu um comentário de adolescente quanto ao cansaço e seu tempo ter ficado mais escasso para todas suas atividades diárias, mas sem classificar como negativa demais essa realidade. Registrado duas considerações principais sobre essa observação:

*Corre muito mais. (Ari).*

*Dá mais cansaço às vezes preguiça mesmo. (Caio).*

*Com o trabalho o que ficou ruim foi a distância dos amigos. (Gabi).*

*Apertado pra estudar e trabalhar se atrapalhasse eu sairia do trabalho. (Fé).*

Entendido que pelo fato de conseguirem o primeiro trabalho formal por meio de organização social traz uma inibição para manifestarem maiores reivindicações, mesmo porque não foi visto de nenhuma reclamação de nenhuma espécie ou algum movimento contrário ao modo que se dá essa contratação, mesmo porque diversas vezes foi ouvido que a inserção de adolescentes se efetivou por indicações pessoais ligadas aos laços de família ou amizade para “arrumarem um emprego” motivado por pedido especial de alguém de sua proximidade, fato comum de fazer uso de contatos com pessoas conhecidas para ocupar raras vagas de trabalho.

Notamos que não havia possibilidade de comentarem nada que pudesse adensar a discussão no sentido negativo do trabalho, de sua precarização tão presente em nosso cotidiano, porém tanto para adolescentes e seus familiares e egressos da SAMP foi valorizado o lado bom de inserção no mundo do trabalho e conseguir iniciar com sucesso essa etapa. No desencadeamento da discussão repetiram de modo diverso a gratidão que preservam pela SAMP ter oportunizado

entrarem em locais de trabalho que permanecem até hoje, onde se perguntou sobre sua opinião quanto à SAMP para seu primeiro trabalho.

Acredita-se que no diálogo não houve nenhuma questão ou comentário que pudesse ser captado a negatividade do cotidiano de trabalho, mas sabe-se que está presente a condição de exploração, porém no ato da entrevista pode ser que não se sentiram livres para poderem expressar o desgaste que a vida de um (a) trabalhador (a) já lhe proporcionou.

*Então, como eu disse pra você, a SAMP tem um papel fundamental em minha vida né, pois ela me direcionou ao caminho certo. O caminho que hoje eu sigo com bastante gratidão. Se eu não tivesse tido essa oportunidade que a SAMP me proporcionou eu tenho certeza que hoje eu não estaria fazendo o curso superior, e não estaria trabalhando aonde estou né. (Alex).*

*Foi fundamental em minha vida né. Através dela, assim posso falar que meu destino mudou. Essa mudança ocorreu quando ela me destinou para trabalhar na Fesp, que hoje é a UEMG, pois ela foi incorporada pelo Estado. (Eleno).*

*Olha a gente sempre foi de uma família assim, meu pai era agricultor, minha mãe do lar, e eu era o filho mais velho então eu nunca tinha saído de casa no sentido de trabalhar. E aí a SAMP que me apresentou o que era essa história de ir trabalhar. (Fred).*

Visto acreditarem ocupar lugares privilegiados afirmando que não teriam essa possibilidade de permanecer trabalhando se não tivessem tido acesso ao primeiro trabalho formal por meio da SAMP. Percebido a dificuldade de verem a questão de outros (as) adolescentes que não passaram por essa experiência e ou estão numa condição de desemprego, restringindo suas opiniões para campo pessoal sem ampliar visão sobre o trabalho enquanto ato intrínseco ao ser humano independente do emprego, ou mesmo ver alguma questão genérica das condições atuais como classe trabalhadora.

A SAMP foi contemplada em seu escopo de viabilizar trabalho formal a tantos (as) adolescentes mesmo com recursos escassos para continuar seu caminho na formação de jovens cidadãos, tanto seus como do governo ou empresas.

Questionamento semelhante foi feito para coordenadora e educadora para opinarem sobre o que adolescentes já demonstravam pela Instituição, sendo perguntado: “Como a Rede Cidadã contribui na inserção de adolescentes no mundo trabalho?” A seguir as contribuições das profissionais da instituição pesquisada.

*Tendo a preparação para o curso né que eles realizam de comércio varejista, serviços administrativos né, a Rede contribui para a entrada deles no mercado de trabalho. Ensinando alguns valores, como por exemplo, que ele é sujeito ao aprendizado dele, que ele chega aonde ele quer chegar, que vive trabalhando seu valor. Nós colocamos os jovens dando o curso né na prática, ensinamos pro jovem que só depende dele o sucesso dele. (Bel).*

Continuando as opiniões específicas da Rede em relação a adolescentes que passam por essa etapa juntamente com essa organização:

*Acredito que a Rede Cidadã contribua com a inserção do adolescente no mercado de trabalho sim, já que a grande maioria dos jovens contratados como aprendizes não possuem nenhuma experiência anterior de trabalho. Este também é o objetivo do programa e um adolescente ou jovem que já foi jovem aprendiz uma vez não pode ser novamente, para que a oportunidade seja dada a outra pessoa. A Rede Cidadã tem um papel fundamental neste processo, pois ela é a instituição formadora que permite que a lei da aprendizagem seja cumprida, já que é uma das obrigatoriedades. Ela também possui alguns diferenciais das demais instituições e permite uma capacitação mais completa e satisfatória tanto para o aprendiz, quanto para a empresa. (Ana).*

Quando questionados (as) sobre relações de trabalho, todos (as) (os) (as) adolescentes informaram manter um bom relacionamento neste ambiente e notado que, no decorrer da entrevista foram remetidos às relações pessoais, de seus laços afetivos estendendo à família e amigos. As frases abaixo são do início desse assunto com respostas que retratam a satisfação coletiva:

*Formal, muito boa, inclusive melhorou muito com o tempo. (Ari).*

*Você começa a aprender respeitar o outro, saber o que pode e não fazer. (Caio).*

*Eu era muito tímida, agora já sou mais pra frente, isso ajudando nos relacionamentos e no trabalho. (Ive).*

Quanto ao relacionamento familiar só há relatos de que melhorou, houve contentamento recíproco com a entrada do (a) adolescente no trabalho formal, ganhando um voto de confiança no âmbito familiar deles (as) por começarem a seguir uma rotina diferente da que estavam acostumados. A seguir, as respostas

*Pra mim melhorou o relacionamento. (Ari).*

*Minha família fica orgulhosa de mim. (Bia).*

*Todo mundo “super me apóia”, me respeita. (Caio).*

*Eu vejo que eles têm reconhecimento de meu esforço. (Deia).*

Dado o olhar diferenciado pela Rede Cidadã por ter a experiência de ver a totalidade e acompanhá-los (as) nessa trajetória de aprendizagem do início ao fim de seu contrato, notam seu crescimento pessoal e profissional, trazendo uma maior compreensão sobre as relações de trabalho. Abaixo descrito o que transparece em sua visão do que considera peculiar à juventude em espaços coletivos sendo familiarizados durante seu contrato de trabalho de 16 ou 24 meses.

*Há uma dificuldade muito grande dos jovens num primeiro momento com relação às regras e a postura no ambiente de trabalho. Saber falar na hora certa e da forma correta, sentar-se adequadamente, usar uma roupa adequada, não utilizar celular ou fazer outras atividades no horário de trabalho são algumas das queixas frequentes. Na grande maioria dos jovens, fica claro que eles são um reflexo do ambiente em que vivem das suas famílias e amigos. (Bel).*

Outra opinião resultada da experiência com adolescentes e jovens que estão nessa primeira experiência de trabalho formal, relatado de modo geral referente às turmas que se formam na Rede Cidadã:

*O que a gente vê são jovens com realidades bem distintas, percebemos a individualidade de cada um. Há uma diferença grande de quando eles entram no programa para quando eles estão terminando, pois vão amadurecendo, mudando de postura e, o mais evidente, adquirindo habilidade de comunicação. É interessante perceber como as transformações da adolescência e juventude que os afetam, deixam os sentimentos intensos, se amor, amor demais, mas se ódio, ódio demais também. A questão da aceitação também aparece comportarem-se como os outros e vestir-se com a roupa da moda tem muita importância para a maioria. Apesar de cansativo o convívio com os jovens, no sentido de ter que estar vigilante, existe muitos momentos de diversão, descontração e aproximação com eles que fazem valer a pena. (Ana).*

No caso dos egressos da SAMP, foi observado que o tempo pelo qual eles passaram, facilitou para se expressar sobre suas relações de trabalho.

*Conheci muitas pessoas no estacionamento porque sou uma pessoa comunicativa, uso me comunicar bastante, ser expressivo. Fiz amizades. (Eleno).*

Abaixo relato de um dos egressos que conta sobre sua época na arrecadação deixando claro que o trabalho nos convida ao crescimento diante dos conflitos existentes no seu dia a dia.

*As relações de trabalho eram muito boas, mas às vezes conflituosas. Tem uns que até hoje não olham na minha cara por bobeira, mas porque na*

*época tinha meta para cumprir. Você tinha que vender um tanto e eu e o Geraldo que também trabalha aqui até hoje ficava disputando, porque quando eu entrei ele era o melhor e eu pensava que eu tinha que sobressair. Não para querer contar vantagem. E teve o Vinicius que não olha na minha cara porque eu já tinha batido a meta, estava quase dobrando a meta, e no último dia de fechar a meta ele não tinha fechado ainda, na época vendia bloquinho né, e no último dia de meta eu vendi três ou quatro bloquinhos para uma senhora que parou no setor e ele queria que eu comprasse dele porque ele não tinha fechado meta e eu não comprei. Hoje ele não olha na minha cara em razão disso. Que bobeira né. (Alex).*

Visto no depoimento abaixo a certeza de sua necessidade enquanto pertencente a classe trabalhadora e neste caso é também notado a relação do egresso com o trabalho que sempre fez parte de sua vida desde adolescente:

*Como eu não venho de família rica, a gente não é pobre, mas também não é rico, acho que trabalho para mim o trabalho é o primordial. Trabalhando eu consigo ter o que eu tenho vontade de ter e minha mãe não exige de mim o dinheiro, mas acha que devo trabalhar sempre como ela sempre trabalhou. (Celio).*

Registrado aqui marcas de boas relações de trabalho extensivas ao campo pessoal. Nota-se que as amizades se mantêm após a rescisão de contrato ou fica ainda uma lacuna pelo distanciamento pelos anos de convivência com pessoas que fizeram parte dessa fase de aprendizado:

*Uma coisa que às vezes eu paro para pensar se eu pudesse voltar no tempo pelas amizades, porque tem muita gente que eu não encontro. O Breno, filho da dona Laura que trabalha nos Serviços Gerais aqui, jogava bola comigo até esses tempos atrás, é o que eu tenho mais contato. O Marcelo foi pra São Paulo, ele faz tempo que eu não encontro, mas guardo as amizades que eu encontrei lá. (Fred).*

As demais pessoas entrevistadas no grupo de adolescentes afirmaram que tanto tiveram boas relações de trabalho como fizeram bons relacionamentos pessoais de amizade, porém de forma lacônica simbolizando de uma maneira geral que foram positivas e não tinham algo a detalhar.

As perguntas foram tomando seu curso na medida em que o diálogo avançava. Perguntado para os (as) adolescentes quanto a condições de trabalho. Foi pontuado pelos (as) participantes adolescentes e egressos as principais respostas e colocadas abaixo para a seguinte questão: quais suas condições de trabalho em relação a horário, afazeres, exigências cotidianas?

*Muito boas pela empresa ser grande. (Ari).*

*Não podemos fazer algumas coisas que eles respeitam: não pegar peso, sair da instituição, meu horário. (Eli).*

*Dá possibilidade de estudar sem atrapalhar. (Gabi).*

*É meio período, tem o intervalo, 15 minutos de café. (Helo).*

A seguir, um egresso conta um pouco da rotina que anteriormente a SAMP mantinha para os adolescentes que eram admitidos e não seguiam exclusivamente atividades trabalhistas.

*Todos os dias. Inclusive eles davam almoço, tinha o café da tarde se caso alguém quisesse ir lá, porque a gente trabalhava da uma as cinco, da uma da tarde às cinco. Aí cinco horas, quatro e meia já servia, tinha um pão gostoso lá que a mulher caprichava com doce de leite, com uma fatia de queijo sabe que eu não esqueço isso dia nenhum na minha vida. Nós chegamos a jogar futebol lá no campo da exposição na arena, ela era gramada e tinha um campo lá. (Celio).*

No decorrer que o diálogo com os adolescentes foi se desenvolvendo, outros detalhes de seu dia, podendo eles discorrer sobre seus afazeres cotidianos:

*Faço conferência de tratores. (Ari).*

*Atendimento geral, abertura de contas. (Bia).*

*Arquivo documentos. (Caio).*

*Tudo de faturamento, notas, trabalho digital. (Deia).*

*Praticamente no cartão de ponto, na biometria de entrada, saída. Eu controlo horário dos funcionários, vejo faltas de funcionários.... É isso aí. Se falta alguma pessoa, não passa, eu vou atrás da assinatura, motivo por não ter passado. Falta de funcionário. É isso. (Eli).*

*Eu fico na parte do cadastro de pessoas para o plano de saúde. (Fé).*

*Faço e renovo cadastro de cliente no banco é tudo muito restrito. (Gabi).*

*Fico de anotar horário de quem chega e hora que sai....as faltas.... (Helo).*

*Eu fico na pessoa jurídica, na caixa. (Jó).*

Os egressos da SAMP fizeram questão de falar mais sobre seu processo histórico acrescentando informações para clareza das condições de trabalho nas quais viveram na SAMP.

*Trabalhei como office-boy de início servindo a vários setores da faculdade, depois fui para xerox e auxiliava nos eventos que precisava de manuseio*

*com multimídia. Em 2007 depois para Departamento de pessoal, onde permaneço até hoje como analista universitário. (Alex).*

*Na época fui para Construtora trabalhar como “boy”, fui contratado como auxiliar de escritório, mas com o tempo adquiriram confiança em mim e sabia trabalhar em quase tudo de lá onde permaneci até me formar em Educação física. Hoje estou na Pós e dando aulas em três escolas. (Beno).*

*É. Aí uma hora a gente estava no local de trabalho. Cinco horas eu parava que era meio período, quatro horas. Aí depois eu ia à SAMP fazer curso de datilografia. Tudo acabava seis horas. Depois das seis horas não tinha nada. Aí quando não tinha curso de datilografia tinha reforço escolar, aí quando precisava de mais reforço sábado servia pra datilografia. Mas antes de você ir pra área azul, pro comércio, você tinha de fazer um curso né. Curso de boas maneiras, de atendimento ao público. (Celio).*

*Esse curso na SAMP durou umas duas, três semanas mais ou menos, então eu não cheguei e fui direto pra rua não. Inclusive era por conta da escola né, eu estudava de manhã e a tarde eu ia pra SAMP fazer o curso. Aí tinha dentre os cursos tinha datilografia, tinha etiqueta, tinha organização de documentos, eles ensinavam a gente a organizar documentos, alguma coisa neste sentido sabe; Então primeiro a gente tinha que fazer um curso. (Djvan).*

*Entrei como office boy depois eu passei a ajudar o Fábio na Secretaria do Conselho, depois que eu comecei a fazer a faculdade me mandaram pro jurídico, e depois que estadualizou, eu acho que por eu ter um pouco de conhecimento de licitação e eles achavam que alguns procedimentos licitatórios seriam feitos aqui em Passos, me mandaram pro compras. E estou aqui no setor de compras desde então. (Eleno).*

*A SAMP mandou eu pra cá pra exercer a função de office boy, aí depois eu fui trabalhar no setor de empréstimos e apoio aos professores. Depois desse setor de empréstimo eu fui pro setor de compras, almoxarifado, depois eu passei pro setor de contabilidade, trabalhei algum tempo no compras e agora estou no setor de patrimônio. Hoje sou analista universitário. (Fred).*

Devido o tempo de experiência que os egressos da SAMP têm hoje na UEMG conseguiram construir uma base para seus trabalhos que desempenham atualmente, bem como os outros que seguiram outro caminho em outras áreas.

Reforçando que a Rede Cidadã repassa tudo que está legislado tanto para os jovens quanto para os empresários para seguirem o que estabelece a lei específica a esse contexto.

*A Rede deve garantir que a atividade realizada pelo jovem na empresa seja condizente com a sua função, de modo que ele não esteja exposto a riscos, carregue peso ou mexa com dinheiro, por exemplo. Ela também deve assegurar a formação teórica de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho. (Ana).*

Os (as) participantes pesquisados (as) foram questionados sobre seus conhecimentos quanto à direitos e deveres, pautado no entendimento da necessidade de se reconhecer enquanto classe trabalhadora e pessoa merecedora de usufruir direitos já conquistados.

Todos estão subordinados à CLT e com o tempo se absorve essa experiência no cotidiano que precisa ser cada vez mais valorizado, pois foi visto que sobre os deveres estão bem entendidos e cobrados, o que também não é visto de forma negativa, porém necessária. Na realização da entrevista foi perguntado em sequência: “Que direitos reconhece como seus nesse trabalho? E deveres?”, bem como questionado sobre o mesmo assunto pra os egressos da SAMP. Respostas dos (as) adolescentes:

*Sei que tem férias, 13º, ... (Ari).*

*A gente aprende aqui e sabe lá na pratica. (Bia).*

*Sei que tem o Eca ..... (Caio3).*

*Não tem seguro desemprego. (Deia).*

*Temos cinco minutos de tolerância no atraso, horário de intervalo.... (Eli).*

#### E dos egressos da SAMP:

*A gente tinha sim algum, não tinha uma consciência grande, mas tinha uma mínima consciência do que era direito. (Alex).*

*De direito trabalhista. Foi lá que eles me pediram pra tirar carteira de trabalho, me orientaram, e eu acho que quando você adquire um documento nessa que é na logica do trabalho você já está tendo consciência que existe o mundo do trabalho, que eles te registaram né, e vocês tem direitos né, já tinha férias, essas coisas todas né. (Beno).*

*Assim lá não. De conversar com pai e com mãe a gente fica entendendo mais ou menos como funciona. Em casa o pessoal falou muito comigo sobre. (Celio).*

*Também, a gente não podia faltar se faltasse tinha os descontos. Inclusive lá naquela época eu já sabia que tinha o desconto de descanso também, que era o sábado e o domingo né. A gente recebia “X” reais, mas se faltasse um dia na semana já fazia bastante diferença no final do mês né. Então já tinha assim, de horário sabe? Tinha todo mês mandavam o nosso horário pra SAMP, que a gente chegava na hora, tinha cartão de ponto, eu tinha cartão de ponto no Banco Itaú então já tinha consciência de deveres. Chegar na hora, sair na hora. (Djavan).*

Para complementar os dados da pesquisa, abaixo informações mais precisas sobre os direitos de adolescentes no primeiro emprego formal por meio de

Instituição formadora que realiza os contratos de trabalho seguindo a Lei da aprendizagem, a Rede Cidadã em Passos:

*Ele tem quase os mesmos direitos que um profissional né. Ele é registrado, é CLT, contrato determinado, ele tem o vale transporte, ele tem o salário, tem décimo terceiro, ele tem férias, né. Então ele tem os mesmos direitos. Algumas isenções para os empresários, que seria a multa né, e a quebra de contrato. Mas é mais pra incentivo dos empresários. A falta só é permitida pela CLT. (Bel).*

Lembrando que falta permitida pela CLT é somente abonada por apresentação de atestado médico. Complementando os dados, a educadora também fornece informações específicas na aplicação do que a legislação preconiza:

*O jovem tem direito à remuneração proporcional a sua carga horária de trabalho, ter a sua carteira de trabalho registrada e todos os direitos trabalhistas garantidos. Além disso, o jovem precisa ter um educador corporativo dentro da organização que deve garantir a sua aprendizagem e dar suporte ao jovem. O programa de aprendizagem da Rede Cidadã permite que aquele jovem que faltou em algum momento, por exemplo, com faltas injustificadas ou comportamento inadequado, possa ser desligado do programa desde que ele tenha tido a oportunidade de mudança. Ele deve ser advertido pelas suas atitudes e tomado providências necessárias, caso não ocorra melhora, será desligado. (Ana).*

Dando continuidade às respostas quanto aos deveres, algumas respostas de adolescentes são resultadas do cotidiano de trabalho como parte de suas obrigações diárias, primeiramente os (as) adolescentes respondem.

*Não pode fazer nada fora da lei. (Ari).*

*Tem que ter responsabilidade. (Bia).*

*Compromisso. (Caio).*

*Saber que tem direito é um dever. (Deia).*

*Conhecer o que tem fazer direito quanto aos outros fazerem cada um seu setor. (Eli).*

*Cumprir horário... (Fé).*

*A gente tem o dever de ter direito. (Gabi).*

*Os meus deveres, é cumprir né com os meus direitos também né, porque pra ter direitos também tem deveres. Então tem que estar sempre colaborando o com tudo. É chegar na hora certa, trabalhar direitinho, respeitar todo mundo. (Ive).*

*Lá tem books que a gente tem regras a serem cumpridas dentro da empresa no geral. E lá tem coisa de gestão que muitas faculdades a gente aprende. Então além de ter a parte teórica a gente tem uma prática. (Jó).*

Os adultos quase não opinaram e só falaram que sabiam sobre dever de uma maneira geral como ser responsável e assumir com seriedade seus compromissos de trabalho como um entendimento inculcado em sua vida.

A seguir respostas da Rede Cidadã quanto aos deveres dos jovens:

*Estar frequentando tanto a aula teórica como a aula prática, e estar assumindo o comprometimento de estar fazendo realmente né o trabalho que é proposto. O que é proposto pra ele? Ter o curso né e ser trabalhado. Se não apresenta atestado médico, perde o conteúdo, não tem como dar só pra abono e perde o DSR (Descanso semanal remunerado). (Bel).*

Observado que com este estudo pode-se reduzir as dúvidas acerca da temática do mundo do trabalho para adolescentes num vasto espaço ocupado para construir coletivamente um cenário de valorização da pessoa humana que trabalha e merece usufruir de seus resultados imediatamente acrescidos de compensação monetária. Acredita-se que nesta etapa de iniciação trabalhista podem vivenciar o trabalho como via para alcançar realização e pessoal e profissional, necessitando de formação diferenciada e que tem condições materiais e legais para tal.

*É eu não sei o que era a questão jurídica, mas a pessoa não podia ficar mais que um ano e meio, dois anos mais ou menos naquela instituição. Eles chamavam até a gente de "SAMPINHA". Tinha essa questão, aí eu saí do Banco, então assim os dois, três primeiros trabalhos que eu tive formal mesmo, eu tinha carteira assinada, naquela época podia tirar carteira com doze anos de idade, então eu já tinha carteira e tá lá assim. Então a primeira vez que eu entrei num lugar pra trabalhar com direito a direitos foi através da SAMP. (Djavan).*

Os (as) egressos também responderam satisfatoriamente com seus conhecimentos quanto aos direitos e deveres, pautado no entendimento da necessidade de se reconhecer enquanto classe trabalhadora e pessoa merecedora de usufruir direitos já conquistados, sobretudo os egressos da SAMP dada maior maturidade. Todos estão subordinados à CLT e com o tempo se absorve essa experiência no cotidiano que precisa ser cada vez mais valorizado, pois foi visto que sobre os deveres estão bem entendidos e cobrados, o que também não é visto de forma negativa, porém prioritária. Na realização da entrevista dada sequência na questão com um dos egressos que complementou sobre o assunto:

*Ensinar pra juventude, eu acho assim, que é muito melhor você trabalhar do que você ser empregado. Você trazer pra juventude a consciência de que o trabalho é uma coisa ontológica na nossa vida que muda nossa vida e muda a vida do outro. Se a gente chegar numa compreensão mais rápida o possível da nossa vida, de que o trabalho tem essa natureza ontológica, a gente vai ter mais capacidade de se enxergar nesse capital e poder desconstruir, porque eu acho que do mesmo jeito que o trabalho alimenta o capital eu acho que tem a questão da mais-valia, tá no próprio trabalho a saída pra desconstruir o capital e construir um novo modelo de sociedade que a classe trabalhadora contribuir.... (Fred).*

A todo o momento, este estudo está se referindo ao mundo do trabalho, sobretudo o que diz respeito à inserção de adolescentes no primeiro trabalho formal. A discussão sobre o trabalho está embutida em todas as respostas no sentido de contemplar as questões essenciais para o entendimento dessa experiência vivida por participantes da pesquisa, trazendo um raciocínio da centralidade do trabalho para humanidade e também o entendimento da existência intrínseca do trabalho na vida da pessoa como ser social.

Um deles, dentre os egressos da SAMP pontuou a atividade humana do trabalho na vertente ontológica, dando melhor sentido à vida essencialmente interligada ao trabalho como ação da pessoa humana independentemente se está empregada ou não, complementou o assunto sobre a categoria trabalho:

*No sentido ontológico mesmo. Hoje eu acho que fui acumulando tanta compreensão desde esse primeiro momento, que é o mundo do trabalho, que eu tenho compreensão que o trabalho muda a minha vida e a vida das pessoas e o que eu faço é isso. É mudar pra melhor né, porque tem gente que muda pra pior. Então eu acho que a compreensão é positiva no sentido ontológico do trabalho. (Celio).*

Um pouco mais adiante do diálogo opinou seu pensamento sobre a relação dialética da liberdade e ao mesmo tempo a falta dela para vender sua força de trabalho como necessidade da sobrevivência, propondo a emancipação humana com o ato do trabalho, sem a lógica capitalista.

*O capital não quer ninguém emancipado, e o trabalho emancipa. Agora, o emprego não emancipa. Você sempre vai ser dependente de uma empresa, de qualquer coisa né, você tem de vender a sua mão de obra, inculir na juventude diferença entre trabalho e emprego. (Beno).*

De acordo com outros (as) participantes adolescentes, o trabalho traz um diferencial na vida que é inigualável a outras experiências e a partir dessa primeira o curso dela nunca mais será o mesmo. Registrado as falas mais claras dessa visão:

*Quando a gente começa a trabalhar a gente cria uma mente diferente do que a gente já tinha. Aí parece que amadurece um pouco, aí eu acho que ajudou muito minha família. (Ari).*

*No futuro você tendo o primeiro emprego você começa a ter outra visão da sua vida. Por que a partir do seu primeiro emprego você começa a ter o seu dinheiro, você começa a ser independente então você começa a ter suas coisas sem precisar dos outros entendeu, você tá querendo as coisas, comprando as coisas com o seu suor, é tudo isso, então você vai vendo que depois do seu primeiro emprego você não consegue ficar sem trabalhar mais. Às vezes você sai do emprego, mas não consegue ficar em casa, você não se adapta ao ambiente de ficar só em casa, você quer fazer alguma coisa, não consegue ficar parado, você tem que trabalhar pra continuar sendo independente. (Caio).*

*Uai, com currículo a gente já vai ter um peso no currículo, já vai ter outro olhar. Porque se chegar alguém sem nada e eu já com experiência vão escolher eu. E pretendo estudar. Quero fazer Bombeiros, mas se não der certo eu vou fazer Engenharia Civil. (Gabi).*

*É uma ótima oportunidade, porque a gente não deixa nenhuma fase da vida da gente de lado. A gente consegue encaixar uma coisa que é essencial na vida da gente, como você disse o trabalho, sem deixar outras coisas que também são essenciais, como o estudo. Então é uma ótima oportunidade. (Helo).*

Uma observação a ser colocada a seguir, sobre um comentário no início da entrevista da coordenadora sobre seu trabalho na Rede Cidadã referente à fiscalização da Lei da Aprendizagem:

*Contrato jovens, pego currículo dos jovens mapeio os perfis dos jovens, contrato o jovem para as empresas. Coordeno projeto, as educadoras...eu trabalho a Lei 101097 então eu fiscalizo .tanto o que é dado ..tanto na parte teórica como a parte pratica da lei ..junto Ministério do trabalho ....fiscalizando...do todo conteúdo né de cada curso que eu tenho. Resumindo meu trabalho é de coordenar, fiscalizar e por em pratica a lei 10097 que é do primeiro emprego que é do jovem aprendiz. (Bel).*

No final esclareceu que quando fazia *in loco* uma averiguação nas empresas, existia a necessidade de um olhar sobre as contratações de jovens pelas empresas para melhor conhecimento do campo de sua atuação em Passos e foi verificado que não seguem a exigência legal com número de adolescentes contratados. Pontua que a questão de vagas e oportunidades seria maior se aumentasse a fiscalização, notificação e multas para a omissão em empregar adolescentes. Questionada sobre a continuidade desse modo de olhar, informou ter mudado o direcionamento de seu trabalho, mesmo porque somente o Ministério do Trabalho que oficia essa fiscalização e mal a executa, finalizando sua declaração:

*Não, eu não faço mais esse trabalho (de ver o descumprimento da lei). O Ministério do Trabalho notifica. (melhoraria) Se o Ministério do Trabalho vier e notificar todas as empresas de A a Z. Mas não acontece. (Bel).*

Atualmente foca mais sua atenção para as empresas conveniadas e o acompanhamento de adolescentes nelas inseridos (as).

*É mais pra saber se o empregador está fazendo realmente a lei. Porque tem algumas regras que o jovem aprendiz não pode, tipo ele não pode mexer com dinheiro, ele não pode carregar peso, ele não pode trabalhar em lugares insalubres, ele não pode sair na rua, ele não pode ser office boy. (Bel).*

O que se nota que está em número crescente, porém também é crescente a demanda de adolescentes a terem a expectativa de se inserirem no mundo do trabalho formal. Realidade de demandas que crescem inversamente proporcional comparado o número de vagas ao número de adolescentes e jovens que vão a busca de trabalho formal, segundo as entrevistadas da Rede Cidadã. Dentro dessa exclusão, resta a instituição procurar concretizar sua finalidade de empregar mediante as condições restritas que se apresentam.

Com o tempo a coordenadora foi adquirindo experiência em seu ritmo de trabalho especificando seus afazeres e facilitando sua interpretação quanto a rotina de trabalho de cada local e passou a conhecer a pratica atual da legislação do jovem aprendiz nos convênios da Rede Cidadã.

*Então tem essas regras da minha fiscalização se realmente a empresa que está propondo a colocar um jovem aprendiz na sua empresa, se ela realmente tá fazendo a lei ou tá fazendo o jovem como uma mão de obra barata. Então, a minha fiscalização é mais do cumprimento da lei. (Bel).*

Questionados sobre o que poderiam ser acrescentados na pesquisa sobre a inserção de adolescentes no primeiro trabalho formal, os egressos deram suas contribuições que sintonizavam com o estudo e categorias previstas, abaixo alguns exemplos. Trabalho formal de adolescente né vem cada vez mais aumentando. Podemos aí acrescentar a promoção aos direitos sociais básicos e cidadania (Diva).

Foram dadas opiniões que se aproximam umas das outras no sentido da necessidade dos (as) outros adolescentes terem esse acesso ao primeiro emprego, resultando em respostas foram bem parecidas, dentro da perspectiva do emprego e a inserção no mundo do trabalho para garantir um acréscimo financeiro na renda

familiar, não na perspectiva de emancipação humana, do trabalho fazer parte do sentido ontológico do ser social, como exemplo:

*Como hoje não pode mais acho que deveria colocar o menor de idade pra trabalhar o quanto mais cedo, melhor, desde que não deixe de estudar. Porque hoje é preferível deixar o menino na rua aprendendo o que não presta na maioria das vezes do que pôr o menino pra trabalhar. (Brian).*

Eis acima um pensamento que retrata a aceitação popular de que criança pode e deve trabalhar para que não seja desviada ao mau caminho e com esforço próprio se vence todas as dificuldades que a vida lhe apresentar, acreditando naquela frase ilustrativa que trabalho não aleija ninguém. Reproduz-se assim a ideia dominante de que pobre nasceu pobre para também morrer pobre, porém não lhe tira a obrigatoriedade de estudar também em péssimas condições e só agradecer.

A seguir, as respostas de adolescentes e responsáveis quanto a alguma mudança no (a) adolescente após essa primeira admissão no trabalho formal:

*Ficou mais responsável. (Ane).*

*Ótimo porque tá mantendo dia dele ocupado. (Brian).*

*Trouxe amadurecimento foi pra mim de como lidar com o próprio filho. (Caco).*

*Ele sempre foi muito responsável, se conversar com ele você que ele tá acima.... Sempre foi um menino tranquilo, de casa, sossegado. Com o emprego veio amadurecimento, a cabeça dele é a mais que idade dele, 16 anos. (Diva).*

Somente uma resposta diferenciada comentando um conflito que já havia sido superado, apresentando melhoras em seu filho como as anteriores:

*Mudança não. Acho que tá legal assim. Quando teve um probleminha no trabalho, teve alguém que instruiu como agir, depois indicaram tratamento psicólogo que tá ajudando muito. (Ester).*

Observado que todos (as) participam de reuniões de família quando convocados, aceitando positivamente esta obrigatoriedade de comparecerem, tendo um comentário que simboliza os demais:

*Acompanho na faculdade a reunião. (Ester).*

Quando questionados (as) se “sugere algo para ser modificado nessa iniciação ao trabalho formal”, não foi proposta nenhuma mudança a não ser a seguinte consideração:

*Devia ter mais propaganda, participação empresarial... Sou ruim com as palavras... (Ane).*

Foram realizadas entrevistas de modo bem tranquilo que trouxeram complementos importantes para a pesquisa. Nenhuma fala trouxe elementos que possam confundir o entendimento sobre a inserção de adolescentes no primeiro trabalho formal, analisando os dados comprobatórios vindos de todos os segmentos entrevistados. A entrada no mundo do trabalho formal é uma expectativa que se concretiza a partir da adolescência dentro de possibilidades que o sistema capitalista coloca frente às exigências de manutenção da roda que gira em torno da produção e reprodução das relações sociais conforme a sua lógica de inclusão e exclusão de trabalhadores (as) a aprender esse ritmo desde sua juventude.

No capitalismo contemporâneo está cada vez mais reduzida a possibilidade de se viver com dignidade caso a pessoa pertença à classe trabalhadora, a qual tem enfrentado escassas oportunidades para empregar sua força de trabalho com dignidade. As situações que se apresentam para o desenvolvimento do sistema estão demonstrando o mínimo valor que o (a) trabalhador (a) representa nesta realidade que lhe nega uma qualidade de vida e justiça social para a maioria da população que serve para gerar riqueza

Mesmo que a oportunidade que os (as) adolescentes pesquisados (as) vivenciaram tenha sido de sucesso, é necessário manifestar a existência do lado perverso do sistema que lhes rouba o direito de acesso a outras vivências que o jovem rico tem. Há os (as) que acreditam numa crença que sempre houve ricos e pobres, vindos de uma ordem natural e ou divina para perpetuar a desigualdade entre as pessoas humanas divididas em classes antagônicas.

Porém, opta-se por outra forma de entender a realidade cruel em que a sociedade de classes antagônicas é resultante do processo histórico da humanidade que passa por períodos longamente provisórios e bem arquitetados para uma das classes ser dominante no poder. A questão do trabalho vem sendo apropriada pela pessoa humana ao longo desse histórico que até hoje teve o caráter de beneficiar uns em detrimento de outros, porém ninguém poderá afirmar que esse movimento

injusto seja eterno.

Visto que a escolarização não é priorizada nem mesmo valorizada em sua maioria de adolescentes para continuar no mundo do trabalho, sendo apenas uma obrigatoriedade a cumprir sem ainda ver outra oportunidade de aumentar qualidade de vida com a educação regular além do mínimo exigido para se manter trabalhador (a). Para poucos, sobretudo os maiores de idade, foi ouvido de modo informal que desejam concluir alguma graduação, o que se coloca aqui essa informação sem fazer parte dessa investigação.

Deixado claro a importância da continuidade dos estudos para se diferenciar no mundo do trabalho, bem como foi esclarecido aos (às) adolescentes o valor que se deve dar ao acesso à Educação também para acréscimo de conhecimento para a valorização da pessoa humana.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscar maior entendimento sobre as possibilidades e condições de inserção de adolescentes no mundo do trabalho formal não foi uma tarefa simples. No conteúdo do presente trabalho que tem como seu objeto de estudo o primeiro trabalho formal foi realizado reflexões visando um conhecimento sobre o assunto com a pesquisa teórica, a legislação específica para essa efetivação, a Lei da Aprendizagem de nº 10.097/2000 e sua aplicabilidade, deixando clara a via de acesso para iniciar o trabalho neste emaranhado de exigências que facilitam ou dificultam a formalização da entrada do (a) adolescente em sua atividade trabalhista, mesmo que primeiramente na condição de aprendiz.

Este trabalho buscou relevância no tema do trabalho formal para adolescentes que poderá suscitar mais reflexões sobre o mundo do trabalho trazendo informações da necessidade de levar esse assunto com seriedade para poder modificar essa realidade excludente e certamente cruel se continuar nesse ritmo do sistema capitalista em priorizar uma só classe social para o usufruto da riqueza gerada.

No mundo do trabalho na sociedade capitalista onde a oportunidade de inserção é dificultada ou quase inexistente em muitos momentos, cabem alguns questionamentos tais como: trabalhar para quem e para que? Amparada numa visão crítica dessa realidade a resposta vem afirmar que é um ato de reprodução e permanência no sistema vigente. Diante da real necessidade de sobrevivência, abrem-se caminhos que não podem ser negados para ocupar espaços que oportunizam o primeiro trabalho de forma, quiçá “positiva”, de modo que essa inserção possa ser o início de uma vida de acesso aos direitos do cidadão. E como um possível exemplo desta pesquisa é a Rede Cidadã.

O (a) adolescente da classe trabalhadora é a pessoa que majoritariamente procura o primeiro trabalho formal motivado (a) por sua necessidade financeira e estimulado a ver essa fase como um investimento pessoal vislumbrando seu futuro de se manter empregado constantemente para garantir a permanente venda de sua força de trabalho.

Um questionamento que ora se apresenta é como esse (a) adolescente poderia se preparar melhor caso não tivesse a necessidade premente de se lançar no mundo do trabalho de maneira precoce?

Dentro da perspectiva do capital, a absorção desses (as) adolescentes trabalhadores (as) é objetivada para o aquecimento desse motor de produção, o qual se alimenta de força de trabalho para continuar seu movimento lucrativo.

Não há outra escolha para classe trabalhadora a não ser estar na produção ativa, sendo explorada e aviltada em sua dignidade, isso considerando a melhor das hipóteses, a outra seria pior porque significa estar no grupo de pessoas desempregadas, consideradas inativas diante da sociedade burguesa e que não estariam contribuindo para a riqueza do país, engrossando a fileira do exército industrial de reserva e à margem da sociedade.

Na ótica capitalista, poucas alternativas podem surgir para melhorar e facilitar as condições de inserção de adolescentes no trabalho formal sem adentrar automaticamente na reprodução das relações sociais com a finalidade exclusiva da preservação da ordem capitalista, a não ser pela vertente da educação, onde teria mais oportunidade caso tivesse possibilidade de concluir uma formação profissional especializada e adquirir conhecimentos além do ensino básico que geralmente é cursado em condições precárias.

Foi apresentada a organização da sociedade civil com sua sede em Passos/MG, a Rede Cidadã como universo desta pesquisa que compartilha com o poder estatal os meios de acesso ao primeiro trabalho formal, quiçá haja mais organizações que consigam atender essa demanda e que possam ampliar a aplicação legal para inserir adolescentes no trabalho formal visando o preparo e terem acesso à continuidade de uma empregabilidade não só no aspecto competitivo ou que só vise a produtividade, visto que estão inseridos em situações de exploração e em trabalhos que não dignos, enfatizando novamente seu pertencimento à classe explorada.

Assim, configura-se como verdadeira a necessidade de seguirem o exemplo de seus genitores, porém na perspectiva de romper com o ciclo da pobreza, pois a oportunidade de conseguir acessar outras áreas profissionais oportunizará um poder aquisitivo ou maior autonomia com um cargo menos subordinado como o que ocupa hoje.

Por meio da Rede Cidadã viabiliza-se uma oportunidade de inserir adolescentes no mundo do trabalho condicionado ao cumprimento da Lei da Aprendizagem, específica a adolescentes e jovens, geralmente vindos de famílias

pobres. Seguem exigências normativas como, por exemplo, a de verificar a matrícula e frequência no ensino regular até o nível de Ensino Médio.

Esse acesso pode alertar essa juventude da importância de cada vez mais terem que se qualificar para estarem competindo em condições semelhantes com os filhos da classe burguesa, bem como exigir mais do poder público um ensino que qualifique todos em seus diversos níveis, desde a escolaridade da infância.

Na ótica de uma educação de qualidade é possível preparar a pessoa numa visão crítica, de olhar o trabalho com o sentido subjetivo da vida. Na medida em que se exige de adolescentes, em fase escolar, o dispêndio de seu tempo ao trabalho, está impedindo-os (as) de vivenciar outras experiências de lazer, tempo para executar atividades de esporte ou buscar conhecimentos fundamentais para o exercício de sua cidadania e apresentar-se mais fortalecido frente à concorrência de filhos da classe burguesa, os quais não têm necessariamente que trabalhar para seu sustento imediato.

Nota-se a restrição de acesso a essas oportunidades, e a possibilidade de adolescentes da classe trabalhadora passar por essa condição de se inserir no mundo do trabalho formal é minimizada frente à ordem estabelecida para opressão.

Enquanto prevalecer essa regra de selecionar alguns beneficiários em detrimento de outros, não se faz um mundo justo, mas persiste o ciclo reprodutivo da pobreza e do não acesso às condições plenas para o seu desenvolvimento humano.

Os critérios de exigência que existem são de certa forma passível dos (as) adolescentes cumprir com as etapas que solicitam sua presença para apresentação de documentação pessoal e realização de provas que facilita o acesso dos (das) adolescentes no primeiro trabalho formal. A grande cilada é o número de adolescentes que ficam fora dessa experiência oferecida em parceria com o empresariado, órgão governamental ou não, como é o caso da instituição pesquisada. Em Passos/MG existem diversos (as) adolescentes que poderiam ter a chance de conhecer a atividade trabalhista e minimizar sua condição familiar de precariedade financeira, porém depara-se com a realidade de omissão dos responsáveis por essas ações, tanto da parte governamental e ou empresarial.

Com o compartilhamento atual de organizações da sociedade civil para desenvolver ações para o enfrentamento das expressões da questão social, assiste-se um enfraquecimento do poder estatal omitindo-se em ações obrigatórias, a de assumir políticas públicas como contrapartida da subordinação da classe

trabalhadora que nunca deixou de gerar bens materiais para usufruto da sociedade burguesa.

Não existe garantia de adolescentes aptos (as) terem acesso ao primeiro trabalho formal somente cumprindo com as exigências legais, pois uma das maiores barreiras encontradas foi o número crescente da demanda de adolescentes desproporcional ao número reduzido de vagas para essa oportunidade, contando com um aparato em favor de empresas que são beneficiadas pela omissão da fiscalização devida.

Concomitante a essa omissão, (a qual faz parte do perfil empresarial local) está a ausência do poder público facilmente mantida por que o Estado não contraria quem lhe favorece em tributos, se omitindo por sua vez no trabalho de notificação/fiscalização no quadro de pessoal que deveria ser preenchido com adolescentes conforme versa a Lei da Aprendizagem, assim mesmo, servindo a lógica do capital e de quem o retém.

O trabalho como atividade essencial à sobrevivência humana é também fundamental em sua transformação no decorrer do tempo. É colocado como essencial em toda ordem societária e no capitalismo vigente, o trabalho move esse sistema de sociedade de classes desiguais, resultando na exclusão e precarização do trabalho, mas possibilitando minimamente a inserção de adolescentes nesse mundo do trabalho por meio de organizações da sociedade civil para vivenciar essa experiência, a qual seria mais catastrófica sem essa oportunidade nem sempre existente.

Na impossibilidade de se concretizar a idealização de uma sociedade que gere filhos sem tanta diferenciação de nascimento e sobrevivência, a realidade é de um mundo que ensina sua forma de separar oportunidades diferentemente para cada tipo de berço.

Houve também outros exemplos de acesso ao primeiro trabalho formal por instituição social além da Rede Cidadã, como no caso da SAMP, dois de seus egressos superaram a barreira da mera prestação de serviços e permanecem em cargos de menor subordinação nos espaços ocupacionais de trabalho, sendo ouvido que um estava pós graduando e trabalhando em escolas exercendo a docência de Educação Física e outro ocupando cargo de gestão, confirmando uma realidade que mesmo dentro da instabilidade, precariedade do trabalho e sua inevitável flexibilização, houve casos distintos. A satisfação dentro dessa experiência para o

(a) adolescente torna-se uma chance de continuar buscando direitos e cumprindo deveres, sempre no intuito de crescimento pessoal e profissional.

Adolescentes sentem mais contentamento de passar por essa fase já estando empregado (a) e propiciar sensação de emancipação financeira posto que se sente mais valorizado (a) em assumir uma responsabilidade do trabalho porque as vezes prioriza sua condição de trabalhador(a) a de estudante.

Nota-se que os dois exemplos de participantes da pesquisa, egressos da SAMP, se diferenciaram por uma vertente da educação, onde tiveram a oportunidade de formação profissional com graduação universitária e acumularam um conhecimento que o distinguia dos demais que não viveram experiência semelhante.

A SAMP foi uma referência para alguns adolescentes que tiveram a oportunidade de passar por essa ponte entre a informalidade e o mundo do trabalho formal, entre o início e o fim da adolescência encontrando um diferencial em sua vida, intermediado pela escolaridade regular. Fato é que dentre os participantes egressos não foi encontrado ninguém que mudou de classe social, porém entre eles não foi questionada a situação financeira, a qual se encontra acima da média, pois todos entrevistados cursaram nível superior, o que talvez não conquistassem se não passassem pela SAMP, como eles mesmos relataram. O que se destaca é o fato de terem conseguido ir um pouco mais além dos cargos menos dignos. Ressalta-se aqui também que nem por isso deixaram de ser muito explorados e privados de outras oportunidades da vida em detrimento de sua inserção no mundo do trabalho enquanto adolescente trabalhador.

Observa-se que os jovens adultos estão valorizando o trabalho como ponto central de vida exercendo uma atividade que lhe satisfaça não só economicamente demonstrando que sua experiência no primeiro trabalho formal não foi somente um mérito pessoal e que dependeu de outros fatores existentes no decorrer de sua vida, um deles é valorização de seu esforço em ser sempre servil.

Dentro das considerações ligadas ao objetivo geral, de investigar as possibilidades e as condições de inserção do (a) adolescente no trabalho formal, conclui-se que foi contemplada a investigação especificando os meios que os (as) adolescentes podem recorrer como acesso ao primeiro trabalho formal, não se esquecendo da restrição de vagas disponíveis e a inexistência de uma socialização sistemática das informações.

Foram identificados vários locais que o (a) adolescente se insere no trabalho formal, são eles: escritórios de empresas, bancos, indústrias, lojas, supermercados, em cargos de aprendizagem condicionados a acatarem alguns impedimentos em seus afazeres como trabalhar à noite, pegar peso, trabalhar próximo a ambientes contaminados ou com manuseio de produtos químicos, mas ainda assim são oferecidos cargos pelos quais os (as) adolescentes que não deixam de ser explorados (as) ou de terem condições menos dignas.

Em todos os casos são respeitadas as condições especiais da faixa etária, ou seja, nenhum pode desempenhar atividades que a legalidade não permite para sua idade. A legislação tem conseguido a garantia de alguns direitos relacionados ao trabalho formal, mas não impede que um (a) adolescente se desgaste ou sobrecarregue física e mentalmente com sua inserção no mundo do trabalho. É conhecida a frase “pequeno burguesa” de que “antes a criança ou adolescente (pobre) estar trabalhando do que ficar na rua fazendo o que não deve’, como se a outra única opção fosse a rua para ficar no ócio, na infração ou no uso das drogas.

Incluso nos resultados desta pesquisa estão informações sobre as relações de trabalho que os (as) adolescentes efetivam no primeiro trabalho formal, ainda com uma relativa imaturidade inerente à idade que possuem, foi percebido um respeito recíproco no ambiente de trabalho, inclusive relatado por eles (as) e as profissionais da Rede Cidadã.

Presente nessa relação de trabalho condicionada à subserviência em suas ações diárias encontra-se a extensão às relações afetivas com seus familiares e amigos sendo percebido um clima amistoso quando estão somente com seus iguais e apesar da espontaneidade da juventude estão começando a diferenciar o ambiente formal do informal e discutido sobre seu comportamento mais adequado em cada um, assunto abordado durante a capacitação que cursam e vivenciado em seu novo cotidiano.

Este trabalho procurou argumentos para informar melhor sobre a adesão do (a) adolescente numa rotina que está planejada para perdurar por toda sua vida de servidão ao sistema vigente. O que pode sobressair dessa compreensão reducionista quanto ao trabalho é a visão ontológica que considera sua materialidade além da satisfação de necessidades básicas, podendo estender seu sentido na complexidade de um cotidiano que está em construção onde futuramente o trabalho será encarado como uma atividade intrínseca a pessoa humana, sem

oprimi-la com obrigatoriedade de atender somente os deveres concomitantemente com uma luta para garantir direitos conquistados como se fossem privilégios que beneficiassem somente os trabalhadores (as) e lesassem os empregadores (as).

Entendendo a adolescência como uma fase onde surgem as principais decisões de seu devir, o início de sua vida laboral traz para essa nova fase da vida um sentido do trabalho como crucial na valorização de si como pessoa humana buscando satisfação de suas necessidades subjetivas também.

Dentro do sistema em que se vive, com a lógica do capital, a oportunidade do trabalho formal torna-se impossível estar fora da opressão, porém com a inserção conduzida por uma organização social como a Rede Cidadã que se propõe a trabalhar em prol de incrementar o número reduzido de admissões e seguindo a legislação em prol dos (as) adolescentes que estão em seus convênios, é possível tornar-se essa etapa menos cruel.

A maioria das pessoas, inclusive os (as) participantes da pesquisa, aceita essa realidade como natural ou imutável, como que impossível de ser transformada por não ter o entendimento e sentimento de se libertar dessa opressão contando com uma mudança a favor da classe trabalhadora. De um modo geral, fala-se de solidariedade e amor ao próximo, mas no sentido caritativo com caráter assistencialista de amenizar as feridas que o sistema lança, mas não tem a perspectiva de avançar em um modelo societário sem opressão.

O trabalho para a humanidade ainda oprime a maioria da população para que essa mantenha a geração de riqueza em detrimento da manutenção dessa roda gigante que se apresenta no capitalismo global. Traz em seu bojo questões que intrigam sem resultar em resoluções sintonizadas em uma forma de enfrentar o mundo do trabalho com maiores chances de exercer sua cidadania e liberdade na escolha de trabalhar em espaços ocupacionais com uso da liberdade e ou com uma perspectiva de justiça em saber que o esforço dedicado a um trabalho poderia reverter em favor daqueles que mais contribuem para o desenvolvimento e crescimento econômico.

As oportunidades que o (a) adolescente tem de efetivar seu primeiro trabalho formal estão dentro de um esquema inteligentemente arquitetado para dinamizar veladamente o movimento de circular o emprego de modo a ser complementado por organizações da sociedade civil, as quais são formadas também por pessoas pertencentes a classe empresarial e empregadora de mão de obra iniciante a ser

qualificada ao ponto de estar pronta e preparada a se disponibilizar nas frentes de trabalho que se lhe apresentam no decorrer de sua vida.

Não é possível concluir um estudo de um assunto intrínseco a realidade dialeticamente contraditória, num tempo que não se findou e permanece a centralidade do trabalho na vida humana, cabe então dar continuidade ao tema no reconhecimento dele ser indissociável à vida da pessoa humana fazendo jus a esse movimento da realidade do cotidiano da humanidade. Quiçá um dia nossos pequenos serão ensinados de uma nova forma de como vivenciar o trabalho e mudar seu modo de encará-lo.

Esta pesquisa adentrou em uma questão crucial da vida humana especialmente no momento em que adolescentes saem de uma rotina de exclusivamente estudar para acrescentar uma atividade trabalhista oficial e remunerada inaugurando sua inserção no mundo do trabalho, está condicionada a abertura de vagas como oportunidade de trabalhar pela primeira vez na condição de aprendiz, reforçando a praxe da exploração.

Porém, dentro dessa vivência está velada uma opressão frente a essa realidade de desigualdade inerente a luta de classes, pois geralmente a burguesia não coloca seus filhos para enfrentarem essa dupla jornada entre estudo e trabalho, a não ser que seja numa condição diferenciada, sem tantas dificuldades de tempo e precariedade financeira para seus (suas) adolescentes direcionados para investimento futuro.

Enquanto o trabalhador visto de uma maneira sacrificante, o que não deixa de ser real para a maioria da população brasileira porque quem se disponibiliza a executá-lo é por vezes explorado para gerar riqueza para minoria burguesa e, por conseguinte visto que é desproporcional o tempo gasto para o trabalho exemplo das reformas que vem desmontar o pouco já conquistado ao invés de ampliá-las assim como amplia o lucro e a riqueza da classe detentora do poder, prevendo perdas de direitos, especialmente trabalhistas.

No desenvolvimento desta pesquisa constatou-se verídica a hipótese de que o ato do trabalho, historicamente constituído pela pessoa humana preserva sua centralidade na existência da humanidade, satisfazendo as necessidades da sua sobrevivência, dando um significado e valorização às suas relações sociais. A vida humana está intrinsecamente ligada ao ato do trabalho sendo aprimorado seu entendimento ao passar dos anos. No decorrer do processo histórico da

humanidade o trabalho impulsionou o desenvolvimento das sociedades chegando até atualidade cada vez mais complexo para satisfazer as necessidades primárias e criadas pelos homens e pelas mulheres.

Espera-se que seja dado um direcionamento para que o trabalho seja visto como ato humano necessário para se adquirir uma vida com dignidade e que ele não seja o divisor de classes sociais para gerar desigualdades apartando a possibilidade de justiça.

Fato é que a previsão para essa e futura geração é a dificuldade de passar por bons caminhos para conquistar tudo que almeja dentro desse desmonte de direitos que antes garantidos, sobretudo diante de crise estrutural do capital com rebatimentos especialmente na vida da classe que vive do trabalho. Mesmo com esses (as) adolescentes ocupando hoje esse espaço privilegiado de proteção legal e institucional, vê-se que o sistema capitalista consegue permanecer opressor mediante a exploração de sua força de trabalho da classe trabalhadora, inclusive dos herdeiros desse ciclo humano.

É necessário lutar para que toda pessoa tenha garantida a inserção e permanência no mundo do trabalho de modo a emancipar-se enquanto pessoa valorizada e realizada pelo que deseja e executa, contrariando a tendência devastadora do capitalismo de cada vez mais surgirem restrições dentro desse sistema excludente.

O que se almeja é que as pessoas que trabalham não sintam essa precariedade vivenciando crises que desocupam inúmeros trabalhadores (as) e os (as) colocam a margem de sua dignidade.

Parte-se do pressuposto que apesar da precarização e exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo, a inserção do (a) adolescente no trabalho formal pode oferecer possibilidades do exercício de sua cidadania, como o usufruto de direitos e a ciência para o cumprimento de seus deveres.

Torna-se necessário, no sistema vigente seguir esse curso sem saber ao certo qual destino chegar na tentativa de avançar com erros e acertos para alcançar um nível de vida mais satisfatório a toda humanidade. O momento atual é repleto de incertezas, mas há uma certeza de não parar, de lutar pela sobrevivência humana.

É esse o desafio incansável de buscar alternativas, que move a humanidade na construção histórica e coletiva de uma sociedade justa, ampliando seu poder de conhecimento dos caminhos necessários para atingir essa meta.

Num momento em que um (a) adolescente se insere no mundo do trabalho, abrem-se várias possibilidades para conhecer o ritmo de uma vida onde se concilia, no mínimo, o estudo com trabalho, num projeto de vida a curto, médio e longo prazo. Suas experiências vão registrar sua execução.

Mesmo longe das condições que idealmente deseja ser absorvido (a) no mundo do trabalho formal desse sistema capitalista, o (a) adolescente mergulha na busca de uma oportunidade com muita satisfação ainda que distante de uma visão ontológica do ser social, da qual também não se aproxima.

Essa concretização do trabalho em sua vida mostra-se para o (a) adolescente como perspectiva real de usufruir seus direitos almejados por ele (a) e por muitas pessoas de sua convivência.

Em suma, os (as) participantes da pesquisa revelam que o primeiro trabalho formal dos adolescentes é entendido como um privilégio, recebido como uma oportunidade rara e bem-vinda para um aprendizado necessário a esta etapa na qual se encontra a adolescência. Embora, quiçá, anos depois com a sua maturidade vivida em seu cotidiano de permanência no mundo do trabalho, se certifique não mais como oportunidade, mas obrigação para a sua sobrevivência humana ou ainda, uma realidade de opressão!

## **REFERÊNCIAS**

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 24-47, dez. 1996.

\_\_\_\_\_.; ALENCAR, Mônica M. T. de. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALVES, André Luís Centofante. **Gestão de organizações não governamentais**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

ALVES, Giovanni. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. [Marília, 2010]. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/artigo\\_giovanni%20alves\\_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf)>. Acesso em: jun 2017.

ANTUNES, Ricardo. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. **Idéias**, Campinas, v. 9, n. 2/v. 10, n. 1, p. 13-24, 2002-2003.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. O mundo precarizado do trabalho e seus significados. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-72, dez. 1999. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v2/v2a08.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

\_\_\_\_\_.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Social**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: out. 2017

ARANTES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide A. S. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORGES, Ângela; DRUCK, Maria das Graças. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 19, 1993. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/2376/1/CadCRH-2007-349%20S.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social, trabalho e capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 91, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: out. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 1 maio 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8212orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8212orig.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 jul. 1999a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3100.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 mar. 1999b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9790.htm)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: CRESS 6ª REGIÃO. **Coletânea de leis**: um guia completo e atualizado dedicado ao assistente social. 3. ed. Belo Horizonte, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.598, de 1 de dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 dez. 2005a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 set. 2005b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11180.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 13 jun. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 6 ago. 2013a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Federal n. 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente. In: CRESS 6ª REGIÃO. **Contribuições ao exercício profissional assistente de social:** coletânea de leis. Belo Horizonte, 2013b.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Atualizado até Emenda 88, de 7 de maio de 2015a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935. **Diário Oficial de União**, Brasília, DF, 15 dez. 2015b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm)>. Acesso em: nov. 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CABRAL, Leonardo. **Lei de concessão de Área Azul**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <sandra.limonta@uemg.br> em 20 mar. 2018.

CASTELLIS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CERQUEIRA FILHO, Gisalio. **Questão social no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

CIDADANIA em Rede. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<http://www.redecidada.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Artigo-revista-DOM.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

COSTA, Dalva Horácio da Costa. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 35-72, mar. 2000.

COSTA, Marcos. **A História do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, 2016

COTRIM, Vera. **Trabalho produtivo em Marx: velhas e novas questões**. São Paulo: Alameda, 2012.

GRESS 6ª REGIÃO. **Coletânea de leis**. Belo Horizonte, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu **O futuro do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

DRUCK, Maria da Graça. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e o japonismo. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2 (74), p. 31-48, abr./jun. 1999.

FALEIROS, Vicente de P. **Estratégias em serviço social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIAS, Flavio Bezerra de. **A globalização e Estado cosmopolita: as antinomias de Jürgen Habermas**. São Paulo: Cortez, 2001.

FELISMINO, Sandra Cordeiro; SILVA, Maria Valônia. Adolescentes no mundo do trabalho: uma encruzilhada social entre a sobrevivência e a exploração. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. **Anais....** Marília: Gráfica Massoni, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/sandracordeirofelismino.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

FREIRE, Lúcia B. **O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, Celso. **A fantasia organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, Priscila Alvarenga Cardoso et al. Políticas públicas e os compromissos com o social. In: PIMENTEL, Rosalinda Chedian (Org.). **Estado, economia, trabalho e sociedade: o mosaico de uma nação**. Franca: Ed. Unifran, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Movimentos sociais no sec. XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os sem-terra, Ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara B. O trabalho em sentido ontológico para Marx e Lukács: algumas considerações sobre trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 5-29, mar. 2002.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010: Minas Gerais: 2.6 População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:  
<[https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=31#topo\\_piramide](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=31#topo_piramide)>  
Acesso em: out. 2017.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 106-125, dez. 1996.

LAVOURA, Thabata Lemos. **Relação entre estado e Terceiro Setor: parceira para efetivação dos direitos sociais?** Franca: Ed. Unesp, 2003.

LEHFELD, Neide A. S. A prática de pesquisa qualitativa no Serviço Social: alguns aportes metodológicos e operacionais. In: JOSÉ FILHO, Mário; LEHFELD, Neide A. S. (Org.). **Prática de pesquisa**. Franca: Ed. UNESP, 2004.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 2. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UnB, 1999.

LOBO, Irene. **Governo e OIT lançam cartilha sobre males do trabalho infantil**. São Paulo, 12 jun. 2006. Disponível em:  
<<http://reporterbrasil.org.br/2006/06/governo-e-oit-lancam-cartilha-sobre-males-do-trabalho-infantil/>>. Acesso em: out. 2016.

LUKÁCS, Georg **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Ed. PUC, 1997. (Cadernos do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista, n. 1).

MALAGUTI, Manoel L.; CARCANHOLO, Marcelo D.; CARCANHOLO, Reinaldo A. **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Questões da nossa época; v. 65).

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. L. 1. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva 2008.

MENDES, Sara L. de Melo. Uma breve história do município. **Passos: Informações Sobre a Cidade-Pólo do Sudoeste Mineiro**, Passos, ano 1, n. 1, p. 8-35, dez. 2005.

MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo et al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009a.

\_\_\_\_\_. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009b.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Microempresa na era da globalização: uma abordagem histórico-crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Flores de. **Trabalho do adolescente: proteção e profissionalização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

MOREIRA, Natália Terezinha Goubó Alves. **O devenir do “mundo do trabalho”**: da degradação do trabalho, do homem que vive do trabalho, e do direito laboral que o cerca. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

MOTA, Ana Elisabete. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_.; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PAULO NETTO, José. **Crise do socialismo e ofensiva liberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Noêmia P.; RODRIGUES, Maria Lucia (Org.). **Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas**. Franca: Ed. Unesp, 1998.

OLIVEIRA, Oris de. **Trabalho e profissionalização de adolescente**. São Paulo: LTr, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 69, p. 73-106, mar. 2002.

OZELLA, Sérgio. Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: JEFERRY, Maria de Lurdes (Coord.); KOLLER, Silvia Helena (Org.). **Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Fases do capitalismo**. [Goiânia, 2015]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/fases-do-capitalismo.htm>>. Acesso em: ago. 2017.

PEREIRA, Potyara A. Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTEL, Rosalinda Chedian (Org.). **Estado, economia, trabalho e sociedade: o mosaico de uma nação**. Franca: Ed. Unifran, 2010.

PINTO, Geraldo, Augusto **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

PIORES formas de trabalho infantil: um guia para jornalistas. Brasília, DF: OIT : Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2007.

POCHMANN, Marcio. O desemprego no capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 52, p. 165-167, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado; exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999. (Economia).

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: <[http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O\\_metodo\\_marxiano\\_de\\_investigacao\\_e\\_o\\_enfoque\\_misto\\_na\\_pesquisa\\_social\\_uma\\_relacao\\_necessaria.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf)>. Acesso em: out. 2017

QUEIROZ, Adriana de Souza Lima. **A política de responsabilidade social na empresa Furnas - São José da Barra/MG**. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

REDE Cidadã. Passos, [2017]. Disponível em: <<https://youtu.be/JyduVUqHyaU>>. Acesso em: nov. 2017.

REGO, Mauro Lopez **A responsabilidade social como resposta do Sistema S ao ambiente institucional brasileiro pós-década de 1990: o caso do SESC.** Rio de Janeiro: M. L. Rego, 2002.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSO, Sadi. Teoria do valor trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr. 2014.

SÁ, Jeanete L. M. (Org.). **Serviço Social e interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil entra em vigor neste mês.** Belo Horizonte, 15 jan. 2016. Disponível em: <<http://sedese.mg.gov.br/component/gmg/story/3910-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedade-civil-entra-em-vigor-neste-mes>>. Acesso em: set. 2017.

SERRA, Rose M. S. **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens.** São Paulo: Cortez, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUZA, Claudia da Silva Fernandes. **A importância da gestão de pessoas no terceiro setor: estudo sobre instituições na cidade de Passos/MG.** 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho", Franca, 2016.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de. **Limites e possibilidades para protagonismo cidadão no contexto do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS dos Campos Gerais.** 2016. 309 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência violência: desperdícios de vidas.** São Paulo: Cortez, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nibalbo. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social.** São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Michelle Felix. **Informação para dissertação** [mensagem pessoal].  
Mensagem recebida por <sandra.limonta@uemg.br> em 15 set. 2017

## **APÊNDICES**

## Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ SEXO: M ( ) F ( )

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ ESTADO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: O (A) ADOLESCENTE NO MUNDO DO TRABALHO FORMAL. O projeto de pesquisa será conduzido por SANDRA ELIANA DA SILVA LIMONTA, do Programa de Pós-Graduação em SERVIÇO SOCIAL, orientada pela Prof.ªDrª. MARIA CRISTINA PIANA, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. O PRESENTE TRABALHO ABORDA O TEMA DO PRIMEIRO TRABALHO FORMAL PARA ADOLESCENTES POR MEIO DA INSTITUIÇÃO SOCIAL "REDE CIDADÃ". A PESQUISA TERÁ COMO SUJEITOS OS (AS) ADOLESCENTES DE 16 A 18 ANOS ADMITIDOS (AS) EM PASSOS/MG NO ANO DE 2016. Fui esclarecido (a) sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Passos, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do participante

*Sandra Eliana da Silva Limonta* (assinatura)

Pesquisadora Responsável

Nome: Sandra Eliana da Silva Limonta

Endereço: Rua São José, 394, Carmelo, 37900500- Passos/MG

Tel: 35 3522 7740 / 35 9 9147 3913

E-mail: [sandra.limonta@uemg.br](mailto:sandra.limonta@uemg.br)

(assinatura)

Orientadora

Prof.ªDrª. : Maria Cristina Piana

Endereço: R. Manoel de Freitas, 1270, apto. 12, Vila Totoli, 1440932, Barretos/SP

Tel: 3517 9 8114 9082

E-mail: [crispiana@uol.com.br](mailto:crispiana@uol.com.br)

## Apêndice B - Termo de Assentimento



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E  
SOCIAIS**

### **Termo de assentimento do (a) ADOLESCENTE**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“A inserção de adolescentes no mundo do trabalho: oportunidade ou opressão?”**. Seus responsáveis legais aceitaram que você participe.

Queremos Investigar as possibilidades e as condições da inserção do (a) adolescente no mundo de trabalho formal; Identificar as condições de trabalho para o (a) adolescente se inserir no trabalho formal e as relações sociais decorrentes da efetivação do primeiro trabalho formal; pesquisar sobre as possibilidades que o (a) adolescente encontra para sua inserção no mundo de trabalho formal; Conhecer o (a) adolescente que se inscreve na Rede Cidadã com perspectivas de primeiro trabalho formal.

As (os) adolescentes que irão participar dessa pesquisa têm de 16 a 18 anos de idade.

Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita na sede da Rede Cidadã em Passos, onde serão entrevistados. Para isso, será usado um questionário fornecido antecipadamente. O uso desse material é considerado seguro, mas é possível ocorrer dúvidas ao responder. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones 35 9 9147 3913 da pesquisadora Sandra Eliana da Silva Limonta.

Mas há coisas boas que podem acontecer como a pesquisa indicar alguma mudança positiva para a questão do primeiro trabalho formal.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar quem participou da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa vão disponibilizar seus dados para serem divulgados conforme acordado com os participantes dela.

Se você tiver alguma dúvida, você pode a pesquisadora Sandra.

Eu, \_\_\_\_ aceito participar da pesquisa “**A inserção de adolescentes no mundo do trabalho**: oportunidade ou opressão?”, que tem como objetivos: Investigar as possibilidades e as condições da inserção do (a) adolescente no mundo de trabalho formal; Identificar as condições de trabalho para o (a) adolescente se inserir no trabalho formal e as relações sociais decorrentes da efetivação do primeiro trabalho formal; pesquisar sobre as possibilidades que o (a) adolescente encontra para sua inserção no mundo de trabalho formal; Conhecer o (a) adolescente que se inscreve na Rede Cidadã com perspectivas de primeiro trabalho formal.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) adolescente

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) responsável legal

### **Apêndice C - Questionários semiestruturados das entrevistas**

PESQUISA “A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO”

#### **QUESTIONÁRIO - COORDENADORA DA REDE CIDADÃ EM PASSOS**

- 1- Há quanto tempo trabalha na rede cidadã?
- 2- Como é realizado seu trabalho na Rede Cidadã?
- 3- Em sua opinião, quais as possibilidades que a Rede contribui para inserção do adolescente ao primeiro trabalho? Como?
- 4- Que condições de exigência o (a) adolescente deve seguir para a sua admissão na Rede Cidadã?
- 5- Baseada na sua experiência de trabalho, como avalia o caminho do adolescente em conquistar o primeiro emprego?
- 6- Quantos convênios a Rede Cidadã fez desde seu início em Passos? Os mantém atualmente?
- 7- Em que área do mundo do trabalho os adolescentes atuam?
- 8- Quais os cargos oferecidos para adolescentes?
- 9- O que podemos acrescentar nessa pesquisa que possa contribuir para a temática de inserção de adolescentes no trabalho formal?
- 10- Que direitos passa a usufruir e que deveres passa a cumprir o (a) adolescente com sua admissão na Rede Cidadã?
- 11- Comente sobre sua experiência na Rede Cidadã.

PESQUISA “A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO”

**QUESTIONÁRIO- EDUCADORA SOCIAL DA REDE CIDADÃ DE PASSOS**

- 1- Há quanto tempo trabalha na Rede cidadã em Passos? É formal o contrato?
- 2- Como é realizado seu trabalho na Rede Cidadã?
- 3- Como a R C contribui na inserção de adolescentes no mundo trabalho?
- 4- Que condições de exigência o (a) adolescente deve seguir para a sua admissão na Rede Cidadã?
- 5- Baseada na sua experiência de trabalho, como avalia o caminho do adolescente em conquistar o primeiro emprego?
- 6- Que direitos o (a) adolescente passa a usufruir com sua admissão na Rede Cidadã?
- 7- Você observa alguma dificuldade nos (as) adolescentes nessa experiência de primeiro trabalho formal?
- 8- Como se dá a questão de relacionamento entre eles?
- 9- Que exigência legal a Rede Cidadã tem que seguir para efetivar o trabalho para adolescentes?
- 10- Como são desenvolvidos os cursos pela Rede Cidadã?
- 11- Comente sobre sua experiência na Rede Cidadã

PESQUISA “A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO FORMAL”

**QUESTIONÁRIO - ADOLESCENTES**

- 1- Qual sua idade?
- 2- Como você teve acesso à inscrição pela Rede Cidadã?
- 3- Há quanto tempo está no trabalho formal? Quando entrou na Rede? O que motivou você trabalhar?
- 4- Em sua opinião, há alguma modificação que possa ser feita na primeira admissão para o trabalho formal?
- 5- Nessa experiência de primeiro trabalho formal, como são as relações de trabalho, amigos e família?
- 6- Onde desenvolve o seu primeiro trabalho? Como se deu o contato para efetivar esse trabalho? Qual seu cargo?
- 7- Quais suas condições de trabalho em relação à horário, afazeres, exigências cotidianas?
- 8- Houve alterações?  
Se sim, quais? O que está acrescentando em sua vida?  
Se não, o que acredita que deveria haver?
- 9- Qual sua perspectiva de futuro com essa oportunidade?
- 10- Como está sua vida após iniciar o trabalho formal?
- 11- Como você vê esta oportunidade de primeiro trabalho formal?

- 12- Há algo que você considera negativo nesta vivência?
- 13- Que direitos reconhece como seus nesse trabalho?
- 14- Que deveres reconhece como seus nesse trabalho?
- 15- Comente se desejar algo mais sobre sua experiência em relação à sua inserção ao mundo do trabalho.

### **QUESTIONÁRIO- RESPONSÁVEIS LEGAIS**

- 1- Qual grau de parentesco com o (a) adolescente? Qual sua idade?
- 2- Você - ou Senhor (a) trabalha formalmente? Que local? Qual seu cargo?
- 3- Qual a composição de sua família? Qual a renda familiar?
- 4- O que foi preciso para a admissão no primeiro trabalho via Rede Cidadã?
- 5- Qual sua opinião sobre essa oportunidade de primeiro trabalho?
- 6- Você ou Senhor (a) observou alguma mudança no (a) adolescente após essa admissão? Se sim, qual?
- 7- Você ou Senhor (a) sugere algo para modificar nessa iniciação ao trabalho formal?
- 8- Se desejar, fale mais sobre sua experiência de ser responsável por um (a) adolescente no primeiro trabalho formal.

PESQUISA “A INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MUNDO DO TRABALHO”

**QUESTIONÁRIO – EGRESSOS DA SAMP**

- 1- Com quantos anos você está?
- 2- Por meio da SAMP você foi admitido formalmente/ Se sim, onde trabalhou?
- 3- Em sua opinião, quais as possibilidades que a SAMP contribuiu para sua inserção ao primeiro trabalho? Como aconteceu?
- 4- Que exigências teve que seguir para a sua admissão na SAMP?
- 5- Atualmente está trabalhando aonde e em qual cargo? Há quanto tempo?
- 6- Baseada na sua experiência de trabalho, como avalia o caminho pelo qual passou para conquistar o primeiro trabalho?
- 7- Qual seu estado civil?
- 8- Em que área atuou enquanto esteve na SAMP?
- 9- Depois da SAMP onde mais trabalhou?
- 10- O que podemos acrescentar nessa pesquisa que possa contribuir para a temática de trabalho formal de adolescentes?
- 11- Qual sua composição familiar/ Qual a renda familiar?

12- A vivência do trabalho formal lhe acrescentou conhecimento na conquista de direitos trabalhistas?

13- No que ajudou ou atrapalhou sua inserção no mundo do trabalho enquanto adolescente?

14- Qual sua escolaridade?

15- Comente sobre a experiência na SAMP, enquanto sentido para sua vida.

## **ANEXOS**

## Anexo A - Lei Federal nº 10.097/2000

LEI Nº 10.097 - DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - DOU DE 20/12/2000

*Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

*O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.402. Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador **de quatorze até dezoito anos.**" (NR)

"....."

"Art.403. É proibido qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola." (NR)

"Art.428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de **quatorze e menor de dezoito anos**, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)\*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"Art.429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"Art.430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I - Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II - entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"Art.431. A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"Parágrafo único." (VETADO)

"Art.432. A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

00"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"Art.433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

**Art. 2º** O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

**Art. 3º** São revogados o art. 80, o § 1º do art. 405, os arts. 436 e 437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** *Francisco Dornelles*

\_\_\_\_\_ \* AC = Acréscimo.

**MENSAGEM Nº 1.899 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.**

Mensagem nº 1.899

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por contrariar o interesse público,

o Projeto de Lei nº 74, de 2000 (nº 2.845/00 na Câmara dos Deputados), que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Ouvido, o Ministério do Trabalho e Emprego assim se manifestou sobre o dispositivo a seguir vetado:

**Parágrafo único do art. 431.**

"Art. 431..... "

Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da entidade sem fins lucrativos implicará responsabilidade da empresa onde se realizar a aprendizagem quanto às obrigações relativas ao período em que o menor esteve a sua disposição." (NR)

**Razões do veto**

"É manifesta a incoerência entre o disposto no *caput* do art. 431 - que admite a contratação por intermédio da entidade sem fins lucrativos, estabelecendo que, neste caso, não haverá vínculo de emprego com o tomador de serviço - e a regra prevista no parágrafo único, que transfere a responsabilidade para o tomador de serviço caso a entidade contratante não cumpra as obrigações trabalhistas.

Ora, não faz sentido admitir a contratação por entidade interposta, sem vínculo de emprego com o tomador do serviço, e concomitantemente transferir para o tomador do serviço a responsabilidade decorrente da contratação.

Por outro lado, a supressão do referido parágrafo único não acarretará qualquer prejuízo aos trabalhadores, pois é pacífico o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho no sentido de que o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços (Enunciado nº 331 do TST)."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 19 de dezembro de 2000.

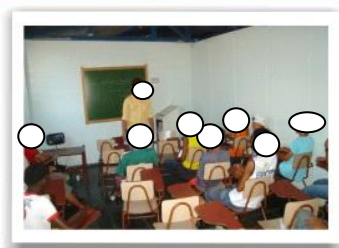
## Anexo B - Fotos de atividades da SAMP (arquivo da instituição)



Reunião de Pais - Área Pedagógica  
Março de 2007



Reunião de Pais - Área Pedagógica  
Março de 2007



Sábado Pedagógico - Área Azul  
Palestra do Ex-Samp Lindomar



Comemoração dos Aniversariantes do Mês de Abril  
Área Pedagógica



Comemoração dos Aniversariantes do Mês de Abril  
Área Pedagógica



Comemoração dos Aniversariantes do Mês de Abril  
Área Pedagógica



Entrevista com alunos  
Área Pedagógica



Entrevista com alunos  
Área Pedagógica

## Anexo C – Lei Municipal que concede Área Azul à Samp



### PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.883, DE 11 DE OUTUBRO DE 1993.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE ÁREAS PÚBLICAS À SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA AO MENOR DE PASSOS-SAMP, PARA EXPLORAÇÃO DAS ÁREAS AZUIS PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo de Passos, através de seus representantes aprova, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado nos termos do art. 13, §§ 1º e 2º da Lei Orgânica Municipal de Passos, a conceder o uso especial de áreas públicas à SAMP, para a exploração de áreas azuis destinadas a estacionamento de veículos particulares.

Art. 2º - As áreas azuis a que se refere o art. 1º serão definidas por Decreto do Executivo, devidamente justificado e levará em conta o índice de ocupação da área e a necessidade de se estabelecer rotatividade no uso do estacionamento.

Art. 3º - O valor das tarifas cobradas pela SAMP, pelo estacionamento de veículos particulares nas "áreas azuis" será definido por ato do Poder Executivo mediante requerimento fundamentado da concessionária.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente as leis nº 1.428, de 04/7/80, 1.506, de 01/03/83 e 1.586, de 30/09/85.

Art. 5º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Passos, aos 11 de outubro de 1993.

*Jose Hernani Silveira*  
 JOSÉ HERNANI SILVEIRA  
 Prefeito Municipal

*Jairo Roberto da Silva*  
 JAIRO ROBERTO DA SILVA  
 Chefe do Escritório Municipal  
 de Planejamento Integrado-EMPI

**Anexo D - Talão de cobrança da Samp indicando Decretos****ÁREA AZUL DE 2 HORAS**

REGULAMENTADA PELOS DECRETOS  
N.º 205/97 E 254/98

**INSTRUÇÕES**

Evite multa ou remoção, seguindo estas instruções:

- 1 - Assinale o cartão com esferográfica:
  - placa do veículo, dia, mês, hora e minutos de sua chegada;
- 2 - Coloque o cartão sobre o painel do veículo, com a frente voltada para cima;
- 3 - A permanência do condutor ou de outra pessoa no veículo não desobriga o uso do cartão;
- 4 - Considerar-se-á estacionado irregularmente o veículo que:
  - a) Permanecer estacionado sem portar o cartão ou se o mesmo estiver rasurado, preenchido de forma incorreta ou à lápis;
  - b) Estacionar em local demarcado com faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para vaga;
  - c) Ultrapassar o tempo máximo permitido de estacionamento;
- 5 - Nas placas de regulamentação da Área Azul estão indicados horários e dias de funcionamento;
- 6 - A Prefeitura Municipal de Passos e a SAMP não caberá, em nenhuma hipótese, responsabilidades indenizatórias por acidentes, danos, furtos ou prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nos locais delimitados pelo Sistema Área Azul.



**Fone: (35)**  
**3529-2450**

**Anexo E - Coordenadora com adolescentes da Rede Cidadã de Passos (2017)**

## Anexo F - Folder “Vida e Trabalho” (Rede Cidadã)



**Rede Cidadã**

A Rede Cidadã, organização social sem fins lucrativos, criou a metodologia Rede de Geração de Trabalho e Renda (RGTR), que é formada por empresas parceiras, voluntários e outras organizações sociais. Há doze anos capacita e insere jovens e adultos no mercado de trabalho. Também desenvolve a cidadania, a inteligência emocional e o espírito empreendedor, promovendo transformação social contínua nas comunidades onde atua.

**Programa de Aprendizagem Profissional**

**Metodologia Rede de Geração de Trabalho e Renda**

A RGTR é uma metodologia própria da Rede Cidadã, certificada pela Fundação Banco do Brasil como Tecnologia Social desde 2011. Baseada na força das parcerias, numa rede colaborativa que direciona recursos humanos, físicos, financeiros e sociais para o desenvolvimento humano.

Foi criada para promover a sinergia dos setores público, privado e social, na construção de uma aliança capaz de aumentar o impacto das ações de geração de trabalho e renda. Realiza atividades planejadas nos eixos da empregabilidade, aprendizagem e empreendedorismo, inserindo jovens, adultos e pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho e apoiar empreendedores no desenvolvimento do seu negócio.

**A Rede Cidadã Organizou a Aprendizagem em Quatro Fases Fundamentais**

**Formação Inicial**

A Sala de Valores e Sonhos é o ritual de entrada do participante no Programa. Nesse momento, são pactuados acordos de valores e compromissos com o Programa de Aprendizagem e é mapeado o perfil comportamental por meio da ferramenta *Profiler*. Em seguida, o jovem passa pelo curso de Orientação Profissional Prática, que o inicia no universo profissional, e participa de um processo seletivo simulado com base em competências. Assim é formado o Banco de Talentos.

**Encontros Pedagógicos**

Os encontros pedagógicos acontecem uma vez por semana e são estruturados em atividades de complexidade progressiva em paralelo às atividades desenvolvidas na empresa. Nosso plano pedagógico desenvolve a formação integral do indivíduo, incluindo aspectos da tecnologia da informação, cidadania, inteligência emocional e a integração de vida e trabalho num só valor.

**Prática na Empresa**

O foco no desenvolvimento de competências é a melhor opção para as empresas que querem construir seus futuros profissionais. É a oportunidade de formar pessoas comprometidas com seu negócio, seus valores, e, sobretudo, com seus clientes. Nossos educadores tutores trabalham juntos com os gestores da empresa para otimizar o aproveitamento do Programa de Aprendizagem Profissional Rede Cidadã e obter resultados de desenvolvimento expressivos dos jovens.

**Compromisso com a Empregabilidade**

Ao término do Programa de Aprendizagem Profissional Rede Cidadã, os jovens podem ser efetivados como profissionais da empresa que os formou. Para os que não são efetivados, temos o compromisso de encaminhá-los para novas oportunidades no mercado de trabalho nas empresas parceiras dos projetos de Empregabilidade.














**Rede Cidadã**

**Empregabilidade**

## Anexo G - Folder Programa de Aprendizagem Prodizagem (Rede Cidadã)

### Um Programa Diferenciado de Aprendizagem

Desenvolvimento pessoal e profissional integrados: vida e trabalho num só valor.

Formação Inicial	Encontros Pedagógicos	Prática na Empresa	Compromisso com a Empregabilidade
 Sala de Valores e Sonhos	 Formação Humana, Cidadã e Planejamento Financeiro	 Formação nas competências exclusivas da empresa	 Plano de vida e carreira
 Mapa de Perfil Comportamental	 Competências Digitais: inclui Digitalização	 Formação nos valores exclusivos da empresa	 Inserção do novo profissional no mercado
 Orientação Profissional Prática (OPP)	 Formação Específica integrada ao desenvolvimento sustentável	 Suporte ao Educador Corporativo	 Diferenciais do Programa
 Seleção Simulada para Banco de Talentos	 Educação Biocêntrica: consciência, corpo e inteligência emocional	 Tutores de acompanhamento	

**Temas Transversais**

- Desenvolvimento de Competências e Valores
- Promoção da atenção com a inteligência emocional.
- Plano Educacional baseado no Relatório Delors (UNESCO) - Quatro Pilares da Educação: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver com os Outros e Aprender a Ser.

**Restaurar o valor da Vida e do trabalho**

**Promover a consciência:**

- de sujeito de si;
- da existência com o outro;
- da responsabilidade com a sociedade e o planeta;
- da busca de sua espiritualidade.

**Educar para o desenvolvimento sustentável**

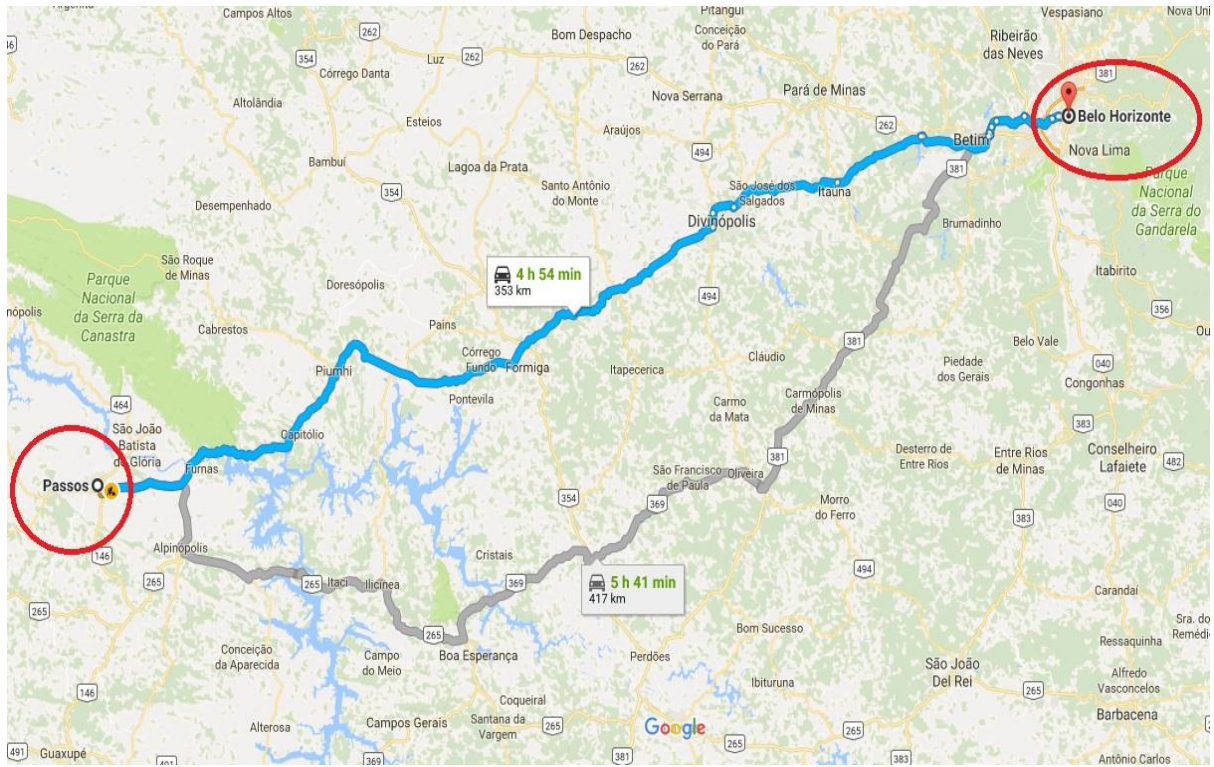
### Mapa de Perfil Comportamental

A Rede Cidadã firmou parceria com a empresa Solides, que desenvolveu o Profiler, uma ferramenta para mapear o perfil profissional e comportamental que é aplicada em todos os participantes dos nossos projetos. Essa ferramenta de assessoria foi desenvolvida sob sólidos conceitos amplamente aprovados, com certificação da FINEP, UFPA, Ministério da Ciência e Tecnologia, e com índice de acerto de 97,97%.

Identificar o perfil profissional adequado à função, reduz o altíssimo custo gerado pela contratação equivocada, potencializa a capacidade produtiva do profissional e gera desenvolvimento e motivação para os jovens e adultos participantes, pois contribui para o autoconhecimento.

O Profiler pode ser usado na contratação ou remanejamento do profissional, pois gera em todos os casos, um melhor proveito dos potenciais pessoais e profissionais.

### Anexo H - Mapa Passos - Belo Horizonte



### Anexo I - Mapa Passos- Franca

